

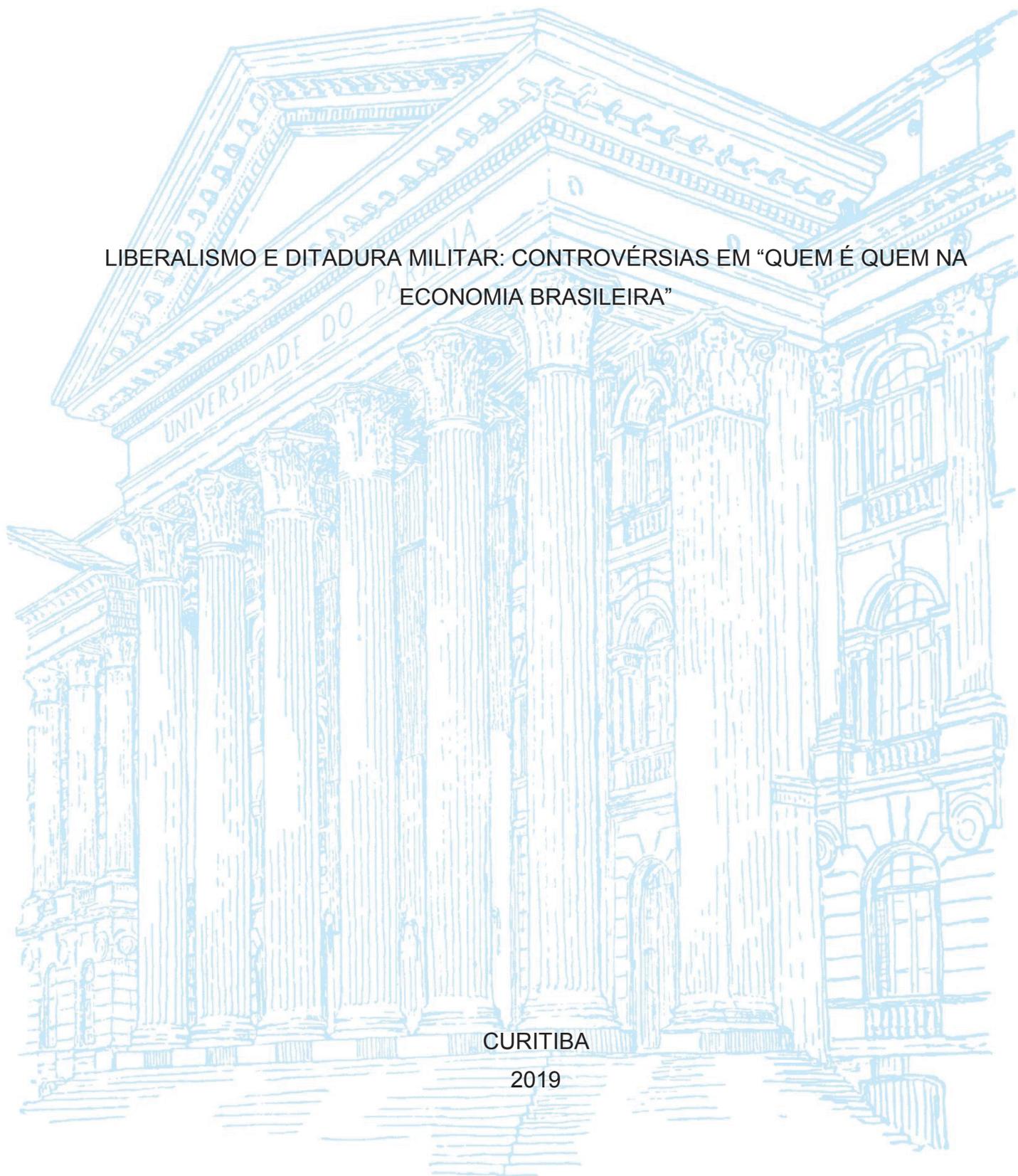
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO MENDES COELHO

LIBERALISMO E DITADURA MILITAR: CONTROVÉRSIAS EM “QUEM É QUEM NA
ECONOMIA BRASILEIRA”

CURITIBA

2019



FERNANDO MENDES COELHO

LIBERALISMO E DITADURA MILITAR: CONTROVÉRSIAS EM “QUEM É QUEM NA
ECONOMIA BRASILEIRA”

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Linha de pesquisa de Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Fernanda Emanóela Nogueira – CRB 9/1607

Coelho, Fernando Mendes

Liberalismo e ditadura militar : controvérsias em "Quem é quem na economia brasileira" (1967 – 1977). / Fernando Mendes Coelho. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves

1. Ditadura militar – Brasil - História. 2. História econômica - Brasil. 3. Liberalismo. 4. Imprensa – Brasil – História. I. Título.

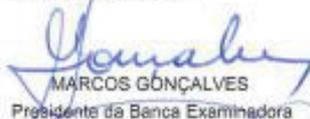
CDD – 981.063

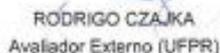
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FERNANDO MENDES COELHO**, intitulada: **LIBERALISMO E DITADURA MILITAR: CONTROVÉRSIAS EM "QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA"**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 14 de Fevereiro de 2019.


MARCOS GONÇALVES
Presidente da Banca Examinadora


RODRIGO CZAJKA
Avaliador Externo (UFPR)


LUIZ CARLOS RIBEIRO
Avaliador Interno (UFPR)



DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais Antonio Carlos e Elieze, à minha esposa Majoli e à tia Luísa (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A realização de uma dissertação de mestrado é apenas o ponto de chegada de um processo que se inicia muito tempo antes, no meu caso ocorreu em 2012 na ainda iniciação científica. Colocado isto, muitas pessoas estiveram presentes neste processo, posso esquecer de agradecer algumas que contribuíram de alguma forma com a minha caminhada, buscarei então mencionar as principais:

Primeiramente aos meus familiares, meus pais Antonio e Elieze, os quais sempre se preocuparam desde minha infância para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, além de todo apoio e amor em tudo que fiz ao longo da minha vida. À tia Luísa (*in memoriam*), que sempre me tratou como um filho. Minha esposa Majoli pelo carinho, amor, paciência, compreensão e amizade durante a realização do mestrado. Sem eles o resultado e a satisfação de concluir esta dissertação não seria igual.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Gonçalves, pela confiança depositada no meu trabalho, sempre me incentivou e está presente na minha vida acadêmica desde a iniciação científica no ano de 2011, dedicado e paciente, me aponta sempre os melhores caminhos a seguir no desenvolvimento da pesquisa. Outros professores e amigos se fizeram também presentes e contribuíram na minha formação, cito Prof. Dr. Federico Alvez Cavanna (Belíssimo tema de TCC); Prof. Dr. Anderson Prado, o primeiro a me falar que eu tinha capacidade de fazer um mestrado; a Profa. Dra. Ângela Welters que em 2009 orientou meu trabalho de conclusão da graduação em Economia.

Meus colegas de trabalho e comandantes que sempre atenderam minhas solicitações e dispensas em virtude dos compromissos acadêmicos. Em especial ao Cap. Alexander; Cap. Roberta; Ten. Correa; Sgt. Davi e Sgt. Eliel.

Um país que pouco reflete sobre si mesmo
está condenado a repetir erros e a entrar em
becos sem saída.

Celso Monteiro Furtado

RESUMO

O período da ditadura militar brasileira apresentou diversos momentos de tensões entre as elites econômicas que buscavam a manutenção dos privilégios do capital privado nacional e do empresariado. Diante deste contexto, esta dissertação tem como objetivo analisar as tensões existentes entre capital privado nacional, capital estrangeiro e capital estatal a partir de uma publicação produzida e gerida por liberais, o anuário “Quem é quem na economia brasileira”, publicação do Grupo Visão, que tinha como público leitor pessoas com interesses dentro da área dos negócios e da política. Os liberais que escreviam para o anuário, sobretudo figuras como Said Farhat e Henry Maksoud, tratavam de temas controversos a respeito da intervenção do governo e da inserção do capital estrangeiro na economia nacional, a partir da defesa dos interesses dos empresários nacionais. O recorte temporal estabelecido para operacionalização da pesquisa compreende os anos 1967 a 1977, tendo em vista a proposta metodológica de analisar o período de otimismo marcado pelo jargão do “milagre econômico” até sua crise em 1974, bem como o início da redemocratização e a reversão de expectativas com a campanha antiestatal, para com isto, seja possível perceber como os intelectuais liberais que escreviam para o anuário se posicionavam perante a intervenção do Estado na economia. Estes movimentos não são fixos no tempo, existem momentos de aproximação e de distanciamento destes liberais em relação ao apoio e crítica ao governo militar brasileiro, além de oscilações no pensamento no que se refere ao campo no qual estão inseridos. Diante de tal desafio, nos amparamos em autores como Pierre Bourdieu para trabalhar a noção de campo e *habitus* dentro da proposta dos liberais da publicação, Jean-François Sirinelli para mapearmos a rede entre os intelectuais que participavam da revista. Para a discussão a respeito de ideologia coube as contribuições de Andrew Heywood, Raymond Williams e Antonio Gramsci, e para a discussão do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro utilizamos como baliza teórica as reflexões de Ricardo Bielschowsky. No que se refere ao campo historiográfico, inserimos esta pesquisa no campo da História Política e História das ideias, contribuindo para a compreensão do pensamento liberal brasileiro durante os anos da ditadura militar, percebendo seus movimentos e anseios.

Palavras-chave: Liberalismo. Ditadura Militar. Imprensa liberal. Milagre econômico. Intervenção estatal.

ABSTRACT

The period of the Brazilian military dictatorship presented several moments of tensions between the economic elites that sought the maintenance of the privileges of the national private capital and the entrepreneurship. Given this context, this dissertation aims to analyze the tensions between national private capital, foreign capital and state capital from a publication produced and managed by liberals, the yearbook "Who is who in the Brazilian economy", a publication of the Visão Group, who had as a public reader people with interests within the area of business and politics. The liberals who wrote for the yearbook, especially figures such as Said Farhat and Henry Maksoud, dealt with controversial issues concerning government intervention and the insertion of foreign capital into the national economy, from the defense of the interests of national businessmen. The time cut established for the operationalization of the research comprises the years 1967 to 1977, in view of the methodological proposal to analyze the period of optimism marked by the jargon of the "economic miracle" until its crisis in 1974, as well as the beginning of redemocratization and the reversal of expectations with the anti-state campaign, in order to be able to perceive how the liberal intellectuals who wrote for the yearbook stood before the intervention of the State in the economy. These movements are not fixed in time, there are moments of approximation and distance of these liberals in relation to the support and criticism of the Brazilian military government, as well as oscillations in the thought regarding the field in which they are inserted. Faced with such a challenge, we rely on authors like Pierre Bourdieu to work on the notion of field and habitus within the proposal of the liberals of the publication, Jean-Francois Sirinelli to map the network among the intellectuals who participated in the magazine. For the discussion of ideology, the contributions of Andrew Heywood, Raymond Williams and Antonio Gramsci were used, and for the discussion of the ideological cycle of Brazilian development we used as a theoretical beacon the reflections of Ricardo Bielschowsky. As far as the historiographical field is concerned, we inserted this research in the field of Political History and History of ideas, contributing to the understanding of Brazilian liberal thinking during the years of the military dictatorship, perceiving its movements and desires.

Keywords: Liberalism. Military dictatorship. Liberal press. Economic miracle. State intervention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapeamento dos intelectuais liberais do Grupo Visão.....	54
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: As Correntes Básicas do Pensamento Econômico Brasileiro.....	46
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1: NOS CAMINHOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA COMO FONTE DE PESQUISA	21
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO, POTENCIAL E LIMITES DA FONTE	26
1.2 SAID FARHAT E HENRY MAKSOU: LIBERAIS DE ESTILOS DIFERENTES	32
1.3 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE HEGEMONIA, IDEOLOGIA E CAMPO	34
1.3.1 A Contribuição de Pierre Bourdieu para o Objeto de Pesquisa	42
1.3.2 Ideologias e o Pensamento Econômico Brasileiro	44
1.3.3 Mapeando Relações entre Os Intelectuais que Escreviam para o Anuário	51
Capítulo 2: A PROPOSTA LIBERAL NOS EDITORIAIS “QUEM É QUEM” E NA COLUNA DE OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES	56
2.1 POSICIONAMENTO LIBERAL NOS EDITORIAIS DE SAID FARHAT PARA “QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA” E OS LIMITES DO ALINHAMENTO E CRÍTICA AO ESTADO	56
2.2 FARHAT E MAKSOU: ENTRE A CRÍTICA E O APOIO AO ESTADO.....	65
2.3 HONESTOS X DESONESTOS, O CAPITAL INTERNACIONAL NOS EDITORIAIS DE SAID FARHAT	74
2.4 DEMOCRACIA E LIBERDADE NOS EDITORIAIS DE SAID FARHAT	79
2.5 DEMOCRACIA LIBERAL NOS EDITORIAIS DE HENRY MAKSOU.....	85
2.6 OPINIÕES DE OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES SOBRE ESTADO, DESENVOLVIMENTO E LIBERALISMO A PARTIR DA SUA COLUNA NO ANUÁRIO DO GRUPO VISÃO.....	90
Capítulo 3: HOMENS DE VISÃO E CIA: O DISCURSO LIBERAL NOS FÓRUMS E ENTREVISTAS PARA O ANUÁRIO	100
3.1 PARTICIPAÇÃO DE ROBERTO CAMPOS NO FÓRUM DE 1971: LIBERDADE, DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA.....	101
3.2 ROBERTO CAMPOS E OCTÁVIO GOUVÊA BULHÕES NO FÓRUM DE 1973: OS TRAÇOS POLÊMICOS DE UM MODELO.....	108
3.3 ENTREVISTA COM ROBERTO CAMPOS A RESPEITO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO MILITAR.....	119
3.4 SOBRE AS MULTINACIONAIS E O CAPITAL ESTRANGEIRO	128
3.5 O CAPITAL ESTRANGEIRO ATRAVÉS DA VISÃO DE UM SEMINÁRIO MINISTRADO POR PROFESSORES NORTE AMERICANOS.....	134
3.6 ESTADO, EMPRESA NACIONAL E MULTINACIONAIS.....	139
CONCLUSÃO	147
FONTES	152
REFERÊNCIAS	152
ANEXOS	158

INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira fomentou diferentes embates ideológicos, dentro de um campo frutífero para a abordagem historiográfica por meio de fontes que foram produzidas durante período tão controverso da História brasileira do século XX. Dentro deste campo, esta pesquisa explorará como problemática os posicionamentos ideológicos da imprensa liberal brasileira através de disputas entre hegemonias, representadas pelo capital privado nacional, capital estatal e capital estrangeiro. Para tal abordagem, utilizaremos como fonte primária o anuário “Quem é quem na economia brasileira”, publicação que trazia em seu corpo editorial importantes intelectuais do meio liberal brasileiro, como empresários e ex-ministros do Governo Militar.

Referente aos campos historiográficos, a pesquisa buscará trazer contribuições para a História das Ideias e para a História do Pensamento Econômico Brasileiro, sobretudo para o campo da Economia Política Brasileira, explorando a pluralidade que a atual abordagem deste campo proporciona relacionando-se com outros campos do conhecimento, como a sociologia e os estudos sobre ideologia que se inserem no nosso objeto¹. Dentro do aspecto da ideologia liberal brasileira e das tensões proporcionados pela condução econômica do governo militar, compreendemos que a História Política, dentro de suas novas dimensões, ocupa-se também das relações entre economia e política para entender como as duas vias se inter cruzam, alterando e influenciando o contexto histórico a partir das disputas de poder².

Outro campo, inter-relacionado com a Economia Política Brasileira e com a História Política, com o qual procuramos dialogar, é com o da História das Ideias, que se preocupa com as mudanças do pensamento intelectual ao longo do tempo. Nossa contribuição, pensando em subcampos da historiografia, se ampara na intenção de compreender parte da história do liberalismo no Brasil, através da análise de uma

¹ A economia política brasileira é interdisciplinar: como história é simbiótica à história do capitalismo; como sociologia exige que se articule a economia às classes sociais; e como ciência política espera-se que sejam decifradas as peculiaridades dos grupos de poder e do papel do Estado como promotor no processo de desenvolvimento (GANEM, 2011, p.70-71).

² O desenvolvimento das políticas públicas sugeriu que a relação entre economia e política não era de mão única: se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor ou para pior. (REMOND, 2003, p.23)

fonte impressa, produzida e gerida por liberais durante o recorte temporal estabelecido.

Para tal objetivo as perguntas básicas que norteiam a problemática da pesquisa são: Como se apresenta o pensamento liberal dos intelectuais que participavam do anuário? Como estes intelectuais se posicionavam a respeito das tensões entre capital privado nacional, capital estrangeiro e capital estatal? Qual modelo de sociedade era proposto e quais eram os limites da atuação do Estado?

O recorte da pesquisa foi definido do ano de 1967 até 1977, dentro de uma estratégia metodológica na qual observamos neste período o avanço do capital estatal e a intensificação da inserção do capital estrangeiro na economia nacional. O modelo de desenvolvimento nacional ganhou força a partir do jargão “milagre econômico”, com o objetivo de promover o crescimento harmonioso do Brasil, baseado em um tripé envolvendo capital privado nacional, capital estatal e capital estrangeiro. Porém, a crise mundial do petróleo em meados de 1973, que posteriormente se estendeu aos países periféricos, limitou o crescimento econômico destes países. No Brasil, o ambiente desfavorável provocou um aumento das críticas de grupos empresariais a respeito da capacidade da intervenção econômica do governo militar. A desconfiança se instalou, junto com ela a dúvida se o país poderia seguir os passos do desenvolvimento até então amplamente divulgados pelas campanhas ufanistas divulgadas pelo Estado durante o crescimento observado durante os anos do “milagre econômico”.

Sobre o “milagre econômico”³, o qual iremos nos referir diversas vezes durante o desenvolvimento da pesquisa, cabe demonstrar que ele é um momento controverso da história econômica brasileira, pois, foi uma importante ferramenta para manter o discurso hegemônico do governo militar, quando foram observados entre 1967 a 1974 crescimentos contínuos do PIB (Produto Interno Bruto). O economista desenvolvimentista, Celso Furtado, alerta sobre as ilusões que se construíram a respeito do chamado “milagre” na sua obra autobiográfica intitulada *Os Ares do Mundo*, ao abordar um ensaio que escreveu sobre o tema:

O ensaio tratava de metodologia científica, mas a carapuça cabia perfeitamente na cabeça dos “milagreiros” brasileiros: “em um país como o

³ O milagre econômico brasileiro é um período de crescimento econômico nacional que a literatura da área data entre 1967 e 1973. GIAMBIAGI, F; VILLELA, A; DE CASTRO, L.B; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Brasil”, dizia eu em conclusão, “ basta concentrar a renda (aumentar o consumo supérfluo em termos relativos) para elevar a taxa de crescimento do PIB. Isto porque, dado o baixo nível médio de renda, somente uma minoria tem acesso aos bens duráveis de consumo e são as indústrias de bens duráveis as que mais se beneficiam de economias de escala. Quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, mais alta será a taxa de crescimento do PIB. Dessa forma, a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes” (FURTADO, 1997, p.214).

A crítica de Celso Furtado refere-se a forma com que o milagre econômico foi construído, muito mais como um processo de concentração de renda nos grupos hegemônicos que garantiu acesso a uma quantidade maior de bens supérfluos, do que um crescimento econômico que beneficiasse a população como um todo, superando as desigualdades de renda. Podemos interpretar o “milagre” a partir desta perspectiva, como uma construção ideológica das elites políticas e econômicas para justificar o sucesso da condução econômica do governo militar, sobretudo nos primeiros anos do regime.

O “milagre econômico” é colocado como um importante componente de fortalecimento do apoio a ditadura militar brasileira, ao lado do crescimento das medidas repressivas que atingiram seu auge com o AI-5. Pablo Bielschowsky argumenta a respeito da importância do papel do “milagre” como contraste e superação das políticas econômicas anteriores em relação às expectativas das elites hegemônicas:

Na segunda metade dos anos 1960, parte da esquerda brasileira alimentava esperanças quanto a um “colapso” do governo militar, que não fez as “reformas de base”. Estas esperanças são desfeitas pela retomada do crescimento no “milagre” de Delfim e pelo Ato Institucional nº 5. Em 1967, a mudança de governo abre espaço para uma “retirada honrosa” da política econômica de Castello Branco. O grupo de Delfim, que chega ao poder com Costa e Silva em 1967, adota uma postura pragmática na defesa do crescimento econômico, criticando a política anti-inflacionária do PAEG por ignorar a inflação de custos, que tornaria ineficaz a política monetária do plano (BIELSCHOWSKY, 2011, p.230).

Dentro do espectro político nacional, nosso objeto contrasta com dois momentos diferentes. De um lado, o otimismo citado com o desenvolvimento econômico nacional e com a campanha de integração explorada e divulgada pelo governo militar, e de outro, as ações obscuras do governo, impulsionadas a partir de 1968 com a promulgação do AI-5 que levaram ao aumento da repressão e combate a

grupos que o governo classificava como subversivos. Esta lógica se inverte na porção final do recorte, pois depois de 1974 o crescimento econômico é interrompido, e com ele se enfraquece o otimismo, e por outro, com o governo Geisel, que também se inicia neste mesmo ano, temos o início da abertura política que levaria ao processo de redemocratização.

A escolha do anuário “Quem é quem na economia brasileira”, produzido e publicado pelo Grupo Visão⁴ para a elaboração desta pesquisa refere-se ao fato de que a revista quinzenal Visão seguia uma postura liberal, ligada aos interesses dos grupos empresariais nacionais. Além disto apresentava uma gama interessante de materiais produzidos nos seus editoriais, colunas e matérias especiais, trazendo importantes nomes do cenário econômico e jornalístico nacional para escrever em suas páginas. O anuário, buscava condensar os acontecimentos anuais publicados na revista Visão, produzindo também nas suas 500 páginas em média conteúdos mais aprofundados a respeito dos problemas políticos e econômicos nacionais. Por muitas vezes, o anuário faz referências a algumas edições e editoriais da revista quinzenal Visão, e durante a leitura da fonte, nas entrevistas e fóruns do anuário existe uma complementariedade, pois, o conteúdo do anuário é apresentado como: “Nós de Visão”; “A revista Visão se esforça em”; “Visão se preocupa em”; e assim por diante.

Dentre estes conteúdos, o anuário fomentava discussões a respeito da economia nacional, produzia estatísticas dos setores produtivos nacionais, e principalmente, promovia várias discussões no formato de fóruns especiais. Os editoriais produzidos pelos seus idealizadores, Said Farhat entre 1967 a 1974 e Henry Maksoud entre 1975 a 1977, período estabelecido pelo recorte da pesquisa, demonstravam as opiniões da revista e revelavam os posicionamentos ideológicos que guiavam a publicação. Outros nomes de grande importância no cenário liberal também eram figuras presentes, como o economista Octávio Gouvêa de Bulhões, presidente do conselho editorial da revista até 1976, que escrevia uma coluna para o anuário; Roberto de Oliveira Campos, parceiro intelectual e de ministério de Bulhões durante o governo Castello Branco, o qual sempre era convidado pela publicação para participar dos fóruns e matérias especiais; e Eugenio Gudín, maior nome da economia

⁴ O estudo de uma revista, por exemplo, poderia ser abordado a partir de duas dimensões: além de permitir um estudo do espaço de sociabilidade e das relações afetivas, servem como lugar para análise do movimento das ideias que se propagam em determinada época (CARNEIRO, 2012, p.170).

liberal brasileira, mentor intelectual de Campos e Bulhões. Outros intelectuais também participavam da publicação, como Luís Carlos Bresser Pereira e Delfim Neto. Cabe destaque assinalar que o jornalista assassinado durante a ditadura militar, Vladimir Herzog, até 1973 era responsável pelo departamento de produção cultural da publicação. Ao citarmos os principais articuladores e participantes da revista pretendemos mapear o perfil ideológico da publicação, identificar o padrão liberal e pragmático nos conteúdos publicados a partir do recorte das fontes para estabelecer o referencial teórico adequado para realização da escrita historiográfica⁵.

Devido à grande quantidade de massa documental disponível na fonte, nosso enfoque se dará principalmente nas participações de Said Farhat e Henry Maksoud (editoriais), Octávio Gouvêa de Bulhões (Coluna), e Roberto Campos durante as suas participações em fóruns e entrevistas, tendo em vista que Bulhões também participava dos fóruns. Exploraremos matérias especiais que enriquecem a problemática, sobretudo as que envolvem a relação entre o capital privado nacional e o capital estrangeiro.

Na proposta teórica e metodológica, buscamos entender a revista como um campo de disputas ideológicas, como apresentado por Pierre Bourdieu, no qual estes liberais estabeleceram uma forma de *habitus*, e que através deste *habitus*, situavam a crítica da revista ao Estado e ao capital estrangeiro dentro do campo liberal da publicação. A respeito da discussão sobre ideologia e hegemonia traremos como principais reflexões as contribuições dos marxistas Raymond Williams e Antonio Gramsci. Entendemos que se tratam de linhas teóricas diferentes, mas buscaremos aproximá-las ao longo da discussão. A respeito do debate do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro, a contribuição de Ricardo Bielschowsky (1995) servirá como principal referência para guiar nosso entendimento a respeito dos diferentes grupos de intelectuais que estavam presentes nas discussões dos assuntos econômicos do período, porém apresentaremos discussões mais recentes, como a presente no livro *Ecos do Desenvolvimento* (2011), escrito por vários pesquisadores com o intuito de atualizar a leitura de Bielschowsky sobre o tema.

⁵ Se quisermos, por exemplo, identificar as tendências mais importantes no campo ideológico, campo obviamente essencial para a história dos intelectuais, teremos dificuldade para percebê-las se não pudermos colocá-las em perspectiva, tomando para tanto certa distância (SIRINELLI, 2009, p.55).

Para pensar a ditadura militar brasileira, contribuições de historiadores como Carlos Fico, Marcos Napolitano e Denise Rollemberg, bem como do sociólogo Adriano Codato, ajudarão a entender as relações entre as elites e a sociedade, as quais na maioria do tempo não eram antagônicas, mas se misturavam, trazendo novos desafios para a produção historiográfica no sentido de interpretar a sociedade e as elites do período militar como elementos em fluxo com os interesses políticos e econômicos⁶.

Para perceber as oscilações de pensamento destes intelectuais, serão delimitadas relações de aproximação ou distanciamento com outros grupos, marcando as zonas de tensão entre os diferentes atores envolvidos na trama da pesquisa. Sobre as descontinuidades observadas, desenvolveremos a hipótese de que o campo liberal apresenta porosidades, com tensões entre as hegemonias econômicas nacionais, que buscaremos evidenciar na análise das participações dos intelectuais na revista, ao explorar o teor das suas críticas ou apoios ao governo que variavam ao longo do recorte temporal estabelecido.

Traremos também as contribuições de Jean-François Sirinelli, que ajudarão a mapear as relações entre os participantes da revista, a partir do conceito de rede de sociabilidades entre intelectuais, e, por mais que não tenhamos a pretensão de estabelecer um estudo das redes presentes da revista, este conceito ajudará a pensar as relações entre os liberais que escreviam para publicação. O conceito serve para compreender como eram definidas as redes intelectuais e com quem e para quem escreviam⁷, haja vista a especificidade da publicação, escrita por uma elite cultural e econômica, e endereçada também a elite e a classe média brasileira, ou seja, a homens de negócios, funcionários estatais, estudantes da área de ciências sociais aplicadas, entre outros grupos correlatos. Diante destes leitores e divulgadores, as

⁶ Denise Rollemberg crítica a visão tradicional da historiografia sobre a sociedade na ditadura militar brasileira, demonstrando as fragilidades de interpretar o período apenas a partir da oposição das forças: Diluem-se também objetos de estudo, como as colaborações. As zonas cinzentas e as ambivalências não são percebidas (conceitos desenvolvidos por historiadores de Vichy e, em particular, Pierre Laborie). Os campos são bem nítidos e demarcados: de um lado, os militares e as elites conservadoras; de outro, a imensa maioria da população. Sem interseções, sem pontes de ligação (ROLLEMBERG, 2012, p. 382-383).

⁷ A noção de engajamento articulada à noção de elites culturais fica mais clara na definição de intelectual proposta por Sirinelli: a primeira definição de intelectual, mais ampla, de natureza sociocultural, abrange mediadores e criadores culturais, articulados em torno da produção, difusão e recepção da cultura. Nessa categoria estão o jornalista, o escritor, o professor secundário, enfim, todos aqueles que produzem e divulgam conhecimento (CARNEIRO, 2012, p.170).

ideias liberais ganhavam ressonância e se ampliavam entre estes círculos específicos.⁸

Para a estruturação do texto, este trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro buscará definir os elementos que compõe a problemática trazendo a fonte para a discussão historiográfica. Tratará dos enquadramentos teóricos e metodológicos que a pesquisa se ampara, explorando as contribuições dos campos historiográficos da História das Ideias e da História Política que solidificam a análise e darão conta da problemática da pesquisa. Faremos neste primeiro momento, também uma revisão de parte do pensamento econômico brasileiro que trata das disputas ideológicas entre desenvolvimentistas e liberais, com isso, compreenderemos como se constituem os embates ideológicos no período estudado. Apresentaremos a fonte primária, e mapearemos os intelectuais liberais que farão parte do estudo.

No segundo capítulo iremos analisar os editoriais escritos por Said Farhat e por Henry Maksoud para o anuário, bem como a coluna de Octávio Gouvêa de Bulhões. A escolha pelos editoriais e pela coluna busca explorar a fonte com o objetivo de evidenciar a proposta editorial do Grupo Visão e consequentemente do anuário. Teremos neste segundo capítulo as vozes dos proprietários da publicação e do Presidente do Conselho Editorial, todos autodenominados liberais, e naturalmente, durante a exploração da fonte buscaremos demonstrar a oscilação dos posicionamentos destes intelectuais dentro do campo que representam.

Já no terceiro capítulo traremos os fóruns e matérias especiais publicadas, dando ênfase nos participantes presentes no núcleo da rede da revista, principalmente Roberto Campos. A escolha destes conteúdos reflete a interação da revista com outros intelectuais que dialogam com a publicação a partir da proposta editorial. Intelectuais da importância e representatividade dentro do pensamento liberal brasileiro dividem as páginas da publicação, como Roberto Campos, e Eugênio Gudim,

⁸ Nesse sentido, de acordo com Sirinelli (SIRINELLI, 1998, p.261), sob o signo de homens de cultura, estão reunidos os criadores culturais (os que participam da criação artístico-literária) e os mediadores culturais (aqueles que difundem os conhecimentos dessa criação). Essas elites culturais se definiriam principalmente pelo reconhecimento (pelos pares e pela sociedade) e pela sua capacidade de ressonância e de amplificação, ou seja, pelo seu poder de influência. Naturalmente, nem todo mediador cultural é um intelectual. Importa, além de se tratar de uma elite cultural, pensarmos a principal função social a ser desempenhada pelo intelectual: a intervenção no espaço público (CARNEIRO, 2012, p.169).

agraciado com o prêmio “Homem de Visão”, e ministros da área econômica como José Reis Velloso, entre outros que exploraremos ao longo do trabalho.

Capítulo 1: NOS CAMINHOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA COMO FONTE DE PESQUISA

Para iniciar a problematização do objeto de pesquisa iremos pensar a ditadura militar brasileira como pano de fundo para os debates que serão estabelecidos através da análise da fonte. Dentro da historiografia tradicional, a ditadura inicia-se no ano de 1964 com a queda de João Goulart, permanecendo até 1985 com o retorno das eleições diretas. Porém, existem algumas divergências em relação ao período de duração da ditadura militar brasileira, como aponta José D'Assunção Barros:

Além disso, considerando um termo ou outro para o conceito que se adequaria ao período do regime militar, discute-se também o período de duração da mesma. Do tradicional recorte 1964-1985, passa-se à possibilidade de discutir extensões do final do regime para 1989 (já que foi nesse ano que ocorreu efetivamente a primeira eleição direta para presidente), e também há estranhas propostas de recortar o período ditatorial brasileiro adiando o seu princípio (deslocando para o recrudescimento do regime em 1968, p. ex), ou antecipando seu final para 1979 (BARROS, p.104, 2016).

Compreendemos que este debate a respeito da ditadura militar brasileira ganha importância e enriquece a análise. Os momentos diferentes da sua periodização, bem como os ciclos de liberalização e repressão ao longo da ditadura, serão fundamentais para entender o objeto de estudos e interpretar o anuário “Quem é quem na economia brasileira” dentro da sua complexidade.

Iniciamos o capítulo com a discussão deste conceito para refletir sobre um dos atores sociais que influenciaram decisivamente os rumos da história econômica e política brasileira do período, que é o empresariado nacional. Compreendemos os grandes empresários como um grupo altamente influente e que interlaçam seus objetivos e espaços de poder com o governo. Logo, como apontam os estudos historiográficos que tratam do tema, desde a concepção do golpe militar brasileiro, conhecido no período como “Revolução de 1964”, este só foi possível porque grupos influentes das elites nacionais contribuíram para a retirada de João Goulart do poder⁹.

⁹ DREIFUSS, Renné Armand **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

Pois bem, é importante delimitarmos, quando pensamos a importância dos empresários e grupos representantes das elites nacionais durante o processo ditatorial brasileiro:

Se nomeamos esse regime ditatorial como uma “ditadura civil militar”, tal como propõem alguns historiadores em obras mais recentes, chamamos atenção para a coparticipação de setores da sociedade civil no apoio a este regime, ou mesmo amplos setores populares. Deixa-se de vitimizar mais enfaticamente a sociedade civil e passa-se a enfatizar uma parcela de responsabilidade social desta pelos acontecimentos ou de parte dela. Se, por fim, a este regime ditatorial denominamos “ditadura empresarial-militar”, especificamos mais o setor das elites que teria apoiado a ação militar de instalação do regime, e que continuou contribuindo para a sua manutenção (BARROS, 2016, p.104).

Barros atenta a respeito das nuances acerca do conceito de ditadura militar. Dentro da nossa proposta, por tratarmos das relações entre grupos empresariais nacionais e o governo, compreendemos que o conceito de “ditadura empresarial-militar” assume uma especificidade que limita a análise, tendo em vista que a ditadura militar brasileira estabeleceu relações sociais mais complexas. O termo ditadura militar, em sua complexidade, abrange todo o conjunto, o qual consideramos mais coerente e adotaremos para a pesquisa, pois se por um lado especificamos conceitualmente a relação dos empresários com a ditadura, por outro, as relações ideológicas entre os atores envolvidos extrapolam para o restante da sociedade.

O livro *Os militares na Política* de Alfred Stepan, apontou os primeiros caminhos historiográficos para tratar da associação entre militares e empresários, lançando importantes problemáticas para análise:

Os militares na política foi colaborar para divulgação, notadamente entre os historiadores, das questões que animavam amplo debate na ciência política e na sociologia: os militares deveriam ser entendidos como um grupo autônomo em relação ao restante da sociedade? Poderiam ser considerados como uma espécie de burocracia? Gerenciavam, efetivamente, o governo, definindo, por exemplo, a política econômica, ou estavam apenas a serviço da burguesia? Tais debates, que nunca chegariam a cativar historiadores, seriam paulatinamente abandonados, não obstante tenham produzido copiosa bibliografia (FICO, 2004, p.32)

O debate se faz presente nas ciências sociais, a qual busca metodologias para estabelecer análises teóricas do objeto de estudos. Paulo Roberto Neves Costa, em capítulo intitulado *Os empresários enquanto elite: a pesquisa empírica*, do livro *Como estudar as elites*, apresenta a necessidade de ampliação do escopo de estudos dos empresários enquanto elite. Segundo o autor, [...] *embora muito já se tenha feito*,

muito ainda há por fazer em relação ao estudo dos empresários, ou seja, os proprietários e/ou controladores do capital, seja ele privado, seja ele público (COSTA, 2016, p.218).

Quando compreendemos o papel das elites que mantêm relações com as esferas de poder político, e, especificamente no caso desta pesquisa, temos três importantes grupos que estudaremos, sendo eles o capital privado nacional, capital estatal e capital internacional, mas, compreendemos a inviabilidade de trabalhá-los de forma isolada, justamente porque eles se confundem e transitam entre os espaços hegemônicos da economia brasileira¹⁰. Na disputa pela hegemonia, os intelectuais que escreviam e editavam o anuário buscavam em diversos momentos estabelecer diálogos com o governo militar brasileiro através de matérias especiais, fóruns e editoriais. Dentro das tentativas de diálogo traçavam os caminhos para guiar a política econômica nacional. Para tal direcionamento discutiam temas que giravam em torno das relações econômicas entre o governo, basicamente por meio do capital estatal e suas relações com outros capitais que formavam o chamado modelo do tripé, entrando em pauta questões correlatas como: democracia, liberdade, desenvolvimento, segurança, estatização e capital estrangeiro. Os temas trabalhados se interligam a partir de um núcleo ideológico que é a visão liberal/pragmática dos intelectuais do anuário a partir do capital privado nacional, e o entendimento dos anseios dos empresários serve como uma forma de identificar como o grupo ligado ao capital privado nacional expressava suas demandas perante o crescimento do investimento privado estatal e da crescente entrada de capitais estrangeiros na economia.

Para explorar o contexto histórico e entender como se constituía o núcleo de pensamento da publicação, buscaremos elementos teóricos e historiográficos para guiar nossa argumentação de forma coerente, resgatando estudos e dados sobre o período, trazendo à tona, como se comportavam e o que esperavam as elites empresariais nacionais do regime militar brasileiro.¹¹

¹⁰ Mas um ponto importante que diferencia os estudos sobre o Brasil dos trabalhos comentados nos itens anteriores é o fato de que aqui as análises sobre os empresários enquanto elite se desdobram em três frentes: a *elite econômica*, entendida como altos dirigentes de grandes empresas, privadas ou públicas, a *elite empresarial*, os dirigentes de entidades de representação empresarial e os *parlamentares empresários* (COSTA, 2016, p.242).

¹¹ Assim, em relação ao nosso objeto, se, por um lado, tal processo só faz sentido se bem resolvidas as questões teóricas, por outro, a produção de dados é fundamental para o desenvolvimento não apenas do estudo dos empresários enquanto elite, mas também de todas as questões, inclusive

Dentro destes limites, entre capital estatal, capital internacional e empresários nacionais, situamos a nossa fonte, a partir da relevância que é atribuída por Costa ao estudo das elites empresariais:

Em suma, verificamos que, embora exista um vasto repertório de trabalhos sobre os empresários no Brasil, proporcionalmente poucos o fizeram a partir da questão dos empresários enquanto elite. [...] Os estudiosos se ressentiam de uma dificuldade até hoje existente e que é comum a praticamente todos os trabalhos acima comentados, ou seja, dos limites das fontes, sejam públicas, sejam privadas, de dados de empresas e de seus dirigentes. É nesse sentido que no Brasil ainda se ressenete da falta de fontes como as que existem já há muito tempo em outros países, como os levantamentos do tipo Who's Who (COSTA, 2016, p.241).

A citação coloca em evidência o esforço de pesquisa que é necessário empreender nesta seara, atenta sobre a escassez de fontes no Brasil, principalmente de levantamentos do tipo Who's Who (Quem é quem). Os levantamentos técnicos, como os que o anuário "Quem é quem na economia brasileira" realiza ao contabilizar os ativos e lucros de empresas privadas nacional, estatais e internacionais em território nacional é tratado pelo autor como escassos. Realmente, de acordo com Said Farhat, criador do especial "Quem é quem" do Grupo Visão no ano de 1967, salienta que foi o primeiro esforço de levantamento de dados de empresas por um grupo privado no Brasil. Desta maneira, se esses tipos de levantamentos são escassos atualmente, a publicação do anuário foi uma ação pioneira. Em relação a outras publicações, existem uma grande gama de documentos, revistas e jornais que tratam do mundo empresarial em diversas bibliotecas, inclusive na biblioteca do Setor de Ciência Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná podem ser encontradas diversas publicações na área, tanto publicações do governo, quanto revistas científicas ou de cultura econômica.

A respeito das possibilidades de alcance da fonte escolhida, esta é uma preocupação essencial inerente ao processo metodológico de definição de critérios para a escolha dos trechos escolhidos para a análise. Dentro da construção de uma pesquisa histórica consistente, uma série de cuidados devem ser tomados, principalmente situando a publicação dentro do seu contexto histórico e de circulação.

teóricas, relacionadas a esse grupo nas sociedades capitalistas. Em suma, devemos considerar que a produção de dados é parte constitutiva e fundamental da argumentação (COSTA, 2016, p.218).

Tania Regina de Luca, ao citar Pierre Renouvin, apontam alguns cuidados metodológicos necessário dentro desta tipologia de fonte:

A importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História (LUCA, p.116, 2015).

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, buscaremos levar em consideração estes caminhos a serem trilhados metodologicamente durante a abordagem do anuário. “Quem é quem na economia brasileira” possuía tiragem aproximada de 90 mil assinantes no ano de 1970, ressaltada por Said Farhat como uma importante publicação do segmento durante o período em que estava em atividade, e principalmente dentro do recorte proposto nesta pesquisa.¹² O alcance da publicação entre a classe média e elites econômicas nacionais fez a revista despontar como importante ferramenta de difusão das ideologias liberais. As relações apontadas entre a fonte e o seu contexto histórico serão exploradas e evidenciadas durante a construção da argumentação da pesquisa.

Em síntese, os aspectos até agora destacados enfatizaram a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si adotadas de historicidade, mas que as engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (LUCA, 2015, p.139)

Em conjunto com o lugar que a fonte ocupava dentro do contexto social do período, principalmente através dos seus meios de circulação e difusão de ideias, devemos perceber como se constituíam os atores que produziram o anuário, e quais eram seus espaços de produção e circulação de ideias, se estes orbitavam inclusive entre os circuitos empresariais e governamentais. Dentro deste escopo, faremos uma

¹² Sobre a tiragem da publicação, o dado é ostentado na edição de 1970 do anuário, mas devemos tratar com cuidado este dado, pois, compreendemos que dentro de uma estratégia de propaganda mercadológica este número pode estar superestimado. O dado é assim expresso na publicação : “É que, entre nós e nossos 90 mil assinantes, nenhum momento como o da apresentação de mais um “Quem é quem na economia brasileira” parece mais apropriado para fazer balanço: olhar para trás e contar os muitos passos que demos juntos” (Quem é Quem na Economia Brasileira, 1970, p.43).

breve contextualização teórica a respeito de como trabalhar estas categorias, porém, não nos cabe durante o desenvolvimento da pesquisa o aprofundamento nas redes de sociabilidades da revista, apenas identificar alguns intelectuais ativos e seus posicionamentos ideológicos para melhor suporte de análise.¹³ Dentre as principais contribuições teóricas a respeito das redes, Tânia Regina de Luca se apropria do trabalho de Jean François Sirinelli, para perceber estes lugares como oriundos de intensos fluxos de pensamentos e de trocas entre intelectuais, e diante deste aspecto, existe a importância de [...] *identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos* (LUCA, 2015, p.140)

Iremos, a partir do próximo tópico aprofundar a discussão teórica e a apresentação da fonte, consolidando os pressupostos teóricos e metodológicos que guiarão o prosseguimento da pesquisa.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO, POTENCIAL E LIMITES DA FONTE

Dentro da amplitude da fonte, a qual conta com edições anuais de 500 páginas, é inevitável fazer recortes para melhor direcionar a construção da pesquisa. Considerando estes recortes, optamos por trabalhar com os editoriais, fóruns, matérias especiais e entrevistas dando ênfase à participação de alguns intelectuais ligados à imprensa que seguiam a vertente ideológica liberal dentro de seus posicionamentos econômicos. Justamente na análise destes elementos é que podemos recorrer aos recursos historiográficos que vão proporcionar subsídios para entender as posições políticas e ideológicas dos editores que assinam o anuário e de seus principais articuladores.

Antes de adentrarmos nos pormenores na análise da fonte, devemos compreender que o contexto econômico global está fortemente correlacionado com o debate interno sobre os limites da presença estatal na economia. Mundialmente, uma série de fenômenos estavam modificando as estruturas da economia capitalista

¹³ As redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir a respeito da formação, estruturação e dinâmica deste. Nessa perspectiva, o sumário que se apresenta ao leitor resulta de “intensa atividade de bastidores”, cabendo ao pesquisador recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, lançamento e a manutenção do periódico (LUCA, 2015, p.141).

global, sobretudo com a internacionalização dos capitais e com as tensões que marcaram a crise mundial de oferta causada pelo avanço do preço do petróleo. Percebemos, através destes eventos que marcaram o pensamento econômico mundial, principalmente com a crise do petróleo que se desdobrou na crise do modelo de Estado de Bem-Estar Social, mudanças de paradigmas tanto econômicos quanto ideológicos. Estes processos de mudanças ideológicas levaram ao fortalecimento dos governos neoliberais em países centrais do capitalismo europeu, principalmente Inglaterra e Alemanha, estendendo-se para a América Latina, com a primeira experiência de política econômica neoliberal sendo aplicada em 1975 no Chile. O fortalecimento político do neoliberalismo é um desdobramento de teorias econômicas que estavam suprimidas pelo keynesianismo que predominou pós Segunda Guerra Mundial, mas que a partir de 1974 enfrentou uma virada com o fortalecimento de novas teorias econômicas que ganharam espaço entre a *intelligentsia* dos países centrais do capitalismo. Dentro deste contexto de mudança da hegemonia do pensamento econômico no ocidente capitalista, percebemos como se operam o reconhecimento de intelectuais liberais que até então estavam em segundo plano, com Friedrich Von Hayek ganhando o Prêmio Nobel de Economia em 1974, e Milton Friedman ganhando o mesmo prêmio no ano de 1976. Sendo dois economistas expoentes do pensamento neoliberal, com Hayek representando a Escola Austríaca de Economia em conjunto com Ludwig Von Mises e Friedman representando os monetaristas da Escola de Chicago¹⁴.

Considerando o debate econômico e político apresentado internacionalmente, trazemos o foco da análise ao caso brasileiro, no qual o debate que se estendeu na segunda metade do século XX entre liberais e desenvolvimentistas estava começando a pesar em favor dos liberais, os quais iniciavam uma aproximação com o pensamento de Hayek como referência ideológica. Como exemplo desta tendência Henry Maksoud veio a assumir este posicionamento nos seus editoriais¹⁵. O crescimento do

¹⁴ Os economistas do livre mercado, como o austríaco Friedrich von Hayek e o americano Milton Friedman, atacaram o papel hegemônico do governo. Hayek (1944) promoveu uma crítica econômica e política condenando a planificação centralizada em particular e a intervenção política em geral. Ele afirmava que toda forma de planificação está fadada a ser ineficaz em termos econômicos, porque os burocratas do Estado, por mais competentes que possam ser, deparam-se com informações complexas e variadas, e lidar com elas está simplesmente além de sua capacidade (HEYWOOD, 2010, p.63).

¹⁵ No entanto, o que às vezes se percebe como ideológico em uma forma de consciência não é o modo como ela ocorre, ou se é verdadeira ou não, mas o fato de ser funcional para legitimar uma ordem social injusta. Desse ponto de vista, não é a origem das idéias que as faz ideológicas. Nem

pensamento neoliberal no Brasil não era um fenômeno isolado, os desdobramentos ideológicos dos países centrais do capitalismo estavam ganhando força na América Latina, tendo em vista as experiências do Chile com os Chicago Boys e da Argentina encabeçada pelo Ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz entre 1976 a 1981. Neste contexto, o planejamento econômico estatal estava perdendo espaço e sendo alvo de críticas por parte das linhas ideológicas que defendiam o Estado Mínimo e o fim da estatização da economia¹⁶. O desgaste surgiu em virtude da crise econômica que interrompeu o crescimento contínuo de países como o Brasil e Argentina, motores econômicos da América Latina e que estavam enfrentando os revezes da crise internacional que interrompeu seus ritmos de crescimento. Estes movimentos internacionais são primordiais para perceber como o conteúdo da revista se posicionou perante as incertezas que imperavam nas economias centrais e que influenciavam de forma intensa todas as economias periféricas.

Incluso na análise dos editores do anuário, fazemos uso das figuras de Ibrahim Said Farhat, declaradamente liberal¹⁷, mas muitas vezes apoiando as políticas econômicas do governo militar, respondendo pelo campo editorial do anuário entre os anos de 1965 a 1974. Após Farhat, Henry Maksoud, defensor de um projeto de Estado mínimo nos moldes do pensamento de Hayek, o qual adquiriu o Grupo Visão de Farhat em 1974, manteve a revista ativa até o ano de 1993, quando o grupo entrou em falência.¹⁸

todas as ideias que se originam na classe dominante são necessariamente ideológicas; inversamente, uma classe dominante pode apoderar-se de idéias que germinaram em outro lugar e utilizá-las para seus propósitos (EAGLETON, 1997, p.50).

¹⁶ O tema dominante nessa doutrina contrária ao estatismo é um comprometimento ideológico com o livre mercado. A nova direita ressuscitou a economia clássica de Smith e Ricardo, conforme apresentado no trabalho de economistas mais recentes como Friedrich von Hayek e Milton Friedman. As ideias do livre mercado ganharam credibilidade renovada durante os anos 1970, quando se tornou cada vez mais difícil para os governos proporcionar estabilidade econômica e crescimento sustentado. Em consequência, surgiram dúvidas sobre se a solução dos problemas econômicos estaria nas mãos do governo. Hayek e Friedman, por exemplo, questionaram a própria ideia de uma economia “gerenciada” ou “planificada” (HEYWOOD, 2010, p.98)

¹⁷ Said Farhat em entrevista cedida à revista Brasília em Dia, no ano de 2007, fala sobre ser liberal: Ser liberal não significa ser conservador. Há uma longa distância entre um e outro. [...] E a esse ideal, sem dúvida nenhuma, dediquei toda a minha vida, onde estive, usando a força da palavra, escrita ou falada, com todo o empenho, em todos os meus gestos para ver surgir uma sociedade mais justa, que respeite os valores éticos e morais, sem os quais não existe a democracia. Disponível em <http://www.brasiliaemdia.com.br/2007/3/8/Pagina1863.htm>

¹⁸ JUNIOR, Gervásio César. **Revista Visão: Ação Partidária e Disputas de Projetos Hegemônicos na Década de 1970**. In: X Encontro Nacional de História: O Brasil no Sul. UFSM, 2010.

O período em que Farhat escrevia os editoriais foi marcado pela crença do chamado “milagre econômico”, em que a economia brasileira apresentava seguidas taxas de crescimento do PIB anualmente, e havia uma maior harmonia entre os interesses dos empresários e da burocracia estatal. O período Farhat foi marcado também pelo do Ato Institucional nº5, intensificando a repressão e a censura por parte dos militares. Por outro lado, o período em que Maksoud assumiu o Grupo Visão, dentro do recorte entre 1974 e 1977, marcou uma fase de ruptura, no qual a crise internacional do petróleo levou ao esgotamento do crescimento econômico contínuo da economia brasileira, e no âmbito das economias centrais à crise dos Estados capitalistas, como discutimos anteriormente.

No Brasil, além dos efeitos da crise internacional do petróleo temos uma hipertrofia do Estado, quando mundialmente já surgiam tensões que levavam ao crescimento das teorias neoliberais e ao esgotamento do Welfare State nos países centrais do capitalismo¹⁹. Diante do momento tensões surgiam, principalmente nos editoriais escritos por Henry Maksoud, o qual defendia um projeto liberal para o Brasil em um momento em que o Estado ampliava seu domínio econômico com a proliferação de empresas estatais, que eram vistas com maus olhos por usurparem espaço no mercado para as empresas nacionais de capital privado.

Ampliando o escopo de análise, além dos escritos de Maksoud e Farhat, podemos recorrer a alguns expoentes do pensamento liberal do período que também ganharam espaço na revista e que pensavam as questões do Estado. Era comum a realização de fóruns para discutir os problemas econômicos brasileiros, onde temas como a estatização e o capital internacional sempre estiveram presentes. O fórum de 1971, chamado “Liberdade, Desenvolvimento e Segurança”, contou com nomes como Roberto Campos, Bresser Pereira, José Mindlin, Dom Helder Câmara, Florestan Fernandes, dentre outros. Já em 1973 foi realizado o fórum “Homens de Visão”, com a participação de nove ganhadores do prêmio com o mesmo nome do fórum,

¹⁹ O Estado de bem-estar social, surgido pós II Guerra Mundial ficou conhecido nos países centrais por priorizar políticas de intervenção estatal na economia, principalmente em áreas como educação, saúde e infra-estrutura pública, dentro de uma proposta keynesiana, porém, o modelo do Welfare State, ou Estado de Bem Estar Social entrou em crise nos anos 1970 devido ao aumento dos gastos dos governos que levaram a desequilíbrios fiscais destes governos. Sobre a crise do modelo, de acordo com José Luís Fiori: “Estavam aí repostos os termos de um debate que começara antes, nos anos 60/70, sobre a crise de governabilidade dos Estados pressionados, segundo os conservadores, por um excesso de demandas democráticas e por um Estado de Bem-Estar Social cada vez mais extenso, pesado e oneroso, o responsável central, segundo eles, da própria crise econômica que avançou pelo mundo todo a partir de 1973/75” (FIORI, 1997, p.141).

concedido anualmente pelo Grupo Visão, com destaque para Roberto Campos em 1961 e Octávio Gouvêa de Bulhões em 1966.

A presença de Roberto Campos nesta seara de fóruns e prêmios também é interessante, pois foi Ministro de Planejamento do Governo Castello Branco, e durante a realização dos fóruns de 1971 e 1973 exercia a presidência do InvestBanco e de outras empresas. A visão liberal de Roberto Campos é reforçada pela sua produção acadêmica e técnica, como por exemplo o texto síntese do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) formulado em 1966, com destaque para a obra autobiográfica produzida na sua maturidade chamada *Lanterna na Popa*, publicada em 1994.

Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões são indispensáveis dentro das seleções dos recortes das fontes devido ao peso intelectual que em conjunto exerciam sobre o pensamento liberal brasileiro durante a ditadura militar. Bulhões foi presidente do conselho editorial até 1976, mantendo uma coluna na revista até este período.

Nas relações estabelecidas entre os capitais, principalmente após 1974, se consolidam tensões entre os seguintes polos: capital estatal (Estado); capital internacional (ao qual o Estado recorria para financiar os planos de desenvolvimento, além de garantir a inserção na economia brasileira); e capital nacional (representado pelos interesses da revista, e que se via pressionado tanto pelo avanço do Estado, quanto pela infiltração de capital internacional na economia brasileira)²⁰. O capital internacional era tema recorrente como demonstram os editoriais do anuário, ganhando ênfase na revista após 1974, quando a transição para a democracia também representava uma abertura à inserção de capitais globais nas econômicas periféricas.²¹

²⁰ A Crise política se desencadeou a partir de fins de 1974 ou começo de 1975, quando ocorreram as eleições de novembro de 74. Foi, fundamentalmente, uma crise de legitimidade, em que a tecnoburocracia civil e militar no poder de repente perdeu o apoio da burguesia, houve rompimento entre essa alta tecnoburocracia e a sociedade civil burguesa. E, dentro da própria burguesia, surgiram divisões. A burguesia que desde 1964, constituía um sistema absolutamente coeso, começava a se dividir. O sistema do tripé, que era perfeitamente coeso até 1974 e que nós, críticos do governo, denunciávamos, a partir desta época que ele entrou em crise, começou o governo conversar que essa era a sua base. (BRESSER PEREIRA, 1980, p. 21).

²¹ Depois dos militares já não há modernização que não implique integração ao mercado global capitalista. Este foi sem dúvida, o papel central dos regimes militares: purgar o corpo social de qualquer elemento que pudesse oferecer alguma resistência a uma abertura generalizada ao capital internacional [...] Transição para a democracia significou, neste sentido, nada mais que a legitimação jurídico-eleitoral da bem sucedida transição levada a cabo pelos militares, isto é, a equação última entre liberdade política para o povo e liberdade econômica para o capital, como se a primeira dependesse da segunda, ou como, se a segunda houvesse sido de algum modo obstruída pelos generais. (AVELAR, Idelber. 2003, p.48)

A respeito do capital estrangeiro podemos percebê-lo como mais um foco de tensão no material analisado, pois, a retórica do período na qual o capital internacional ajudaria no desenvolvimento brasileiro, principalmente a partir de nomes como Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, muitas vezes é colocada em dúvida pela forma com que a revista aborda o tema. Por vezes, o incentivo governamental para trazer o capital internacional é colocado sob crítica, tendo em vista que surgem argumentos da elite capitalista nacional de como lidar com ele, separando inclusive como honestos e desonestos. Diante disto, nossa hipótese inicial a respeito do capital estrangeiro parte do pressuposto de que era mais um espaço de poder que entrava em cena na disputa da hegemonia econômica brasileira.

O avanço do capital estatal²² e internacional na economia brasileira são fenômenos correlatos ao período de abertura democrática da ditadura militar brasileira. Esta transição do “Estado” para o mercado foi realizada por outras ditaduras latino-americanas, como no caso do Chile na mesma temporalidade proposta pelo objeto de estudos.²³ Os estudos de Luciano Martins²⁴ fazem uma análise sistemática do avanço do capital estatal na economia nacional sobretudo após a segunda metade dos anos 1970, com um crescimento acentuado das estatais, inclusive suas pesquisas se valem de dados estatísticos produzidos pelo anuário “Quem é quem na economia” para demonstrar como o capital privado avançava em proporção do PIB em comparação com os capitais privados nacionais e internacionais.

Coube a esta seção apresentar pontos da problemática da pesquisa, elencando os principais elementos que serão analisados *a posteriori*. Na próxima seção os esforços recaem na breve apresentação biográfica de Said Farhat e Henry Maksoud, para que nos aproximemos das trajetórias dos dois editores de Visão no período de análise.

²² O crescimento do número de empresas governamentais, de outro lado, parece confirmar esse padrão de expansão. Entre 1966 e 1975, o número de empresas governamentais (que aparecem no universo do “Quem é Quem”) passa de 40 para 271, ou seja, um aumento de 231 empresas. (MARTINS, 1985, p. 67)

²³ No Brasil e no Chile, as transições épocas do Estado ao Mercado tiveram lugar durante as próprias ditaduras mesmas, ao longo dos processos que duraram duas décadas e nos quais inclusive o retorno à democracia foi estritamente controlado e em última instância hegemonizado pelos mesmos regimes militares. (AVELAR, Idelber. 2003, p. 75)

²⁴ MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p.265.

1.2 SAID FARHAT E HENRY MAKSOUD: LIBERAIS DE ESTILOS DIFERENTES

Primeiramente vamos fazer uma breve apresentação de Said Abraham Farhat, nascido em Rio Branco, no estado de São Paulo, no dia 12 de novembro de 1920, vindo a falecer em 21 de agosto de 2014 na cidade de São Paulo. Formou-se em Jornalismo e Direito, vindo a se tornar um empresário no ramo da publicidade e propaganda. Na área estatal foi presidente da Embratur no governo Ernesto Geisel (1974-1979), e ministro da Comunicação Social da Presidência da República no início do governo de João Figueiredo²⁵. No campo da publicidade, teve como atividade mais relevante, a partir de 1954 cargos de direção na Standard Propaganda, que naquele período figurava como a maior agência de propaganda brasileira, atuando em grandes cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Realizou serviços também para a J. Walter Thompson, que até então era a maior agência de propaganda do mundo.

Referindo-se a sua atuação no Grupo Visão, adquiriu o grupo em 1965, com sua mulher, Ray Farhat, fase que é considerada a de maior prestígio da publicação no âmbito editorial brasileiro. Neste período, Farhat criou o a publicação Quem é Quem na Economia Brasileira²⁶, condensando os principais acontecimentos dos campos sociais, políticos e econômicos do ano, considerado como primeira experiência brasileira do gênero. Outra criação de Farhat foi o prêmio Homem de Visão, com grande destaque no Brasil por ser um reconhecimento da iniciativa privada, a qual a revista era porta voz, que contemplou figuras importantes dos ramos privados e governamentais, com destaque para Delfim Netto, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, todos agraciados com o prêmio.

A trajetória de Farhat nos leva a entender seu alinhamento com o governo militar, pois, após 1974 veio a assumir cargos dentro da administração estatal, fato que revela suas redes com o governo militar, reforçado pela diminuição da

²⁵ Aspectos biográficos da vida de Said Ibrahim Farhat podem ser encontrados em diversas fontes na internet, destaco as de maior credibilidade: A biografia de Farhat no site da Editora Poeiropolis, disponível em <http://www.editorapeiropolis.com.br/biografia/?autor=40>; Reportagem a respeito do livro que lançou no qual fala sobre a relação com o Presidente Ernesto Geisel, disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/o-livro-de-said-farhat-conta-como-era-o-presidente-que-gostaria-de-ser-esquecido/>; Notícia da morte de Said Farhat como fechamento do seu ciclo matrimonial, disponível em <http://www.hildegardangel.com.br/said-e-ray-farhat-um-casal-adoravel-que-completou-de-modo-ideal-o-seu-ciclo-de-vida/>; E por fim, uma entrevista disponível no site de hospedagem de vídeos YouTube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CxfwUa21ljc>.

²⁶ Editorial. **Anuário Quem é Quem na Economia Brasileira**. Grupo Visão, 1967.

propaganda do governo no periódico após sua saída²⁷. O breve exercício biográfico de Said Farhat prova-se útil para se pensar o objeto da pesquisa, pois, histórias pessoais possuem interligações, sobretudo, no jogo de poder das elites, e na proposta em que buscamos perceber como se davam algumas relações entre elites públicas e privadas no sentido de compreender os posicionamentos ideológicos da revista.

Por sua vez, Henry Maksoud nasceu em Aquidauana, em 08 de março de 1929, vindo a falecer em virtude de uma parada cardíaca no dia 17 de abril de 2014 na cidade de São Paulo. Formou-se em Engenharia Civil, e posteriormente foi titulado Mestre em Mecânica de Fluidos pela Universidade de Iowa, nos Estados Unidos. Foi Presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo entre 1967 e 1968²⁸. No ramo empresarial Henry Maksoud ganhou grande destaque com a sua empresa de engenharia Hidroservice, também com a rede de hotéis cinco estrelas conhecidos como Maksoud Plaza, e por fim, o Grupo Visão de 1974 a 1993. Outro trabalho de destaque de Henry Maksoud foi o seu programa de televisão, “Henry Maksoud e Você”, apresentado pela TV Bandeirantes entre o ano de 1988 e começo dos anos 1990, seguindo um modelo em que o apresentador interagiu com figuras conhecidas nacionalmente sobre diversos assuntos²⁹.

Cabe ao nosso objeto de pesquisa a trajetória de Henry Maksoud quando foi proprietário do Grupo Visão, assinando os editoriais de Quem é Quem na Economia, tendo o foco de maior tensão o período no qual adquiriu de Said Farhat o grupo; e passou a defender em seus editoriais um projeto liberal para a gestão do governo brasileiro³⁰. Henry Maksoud mudou completamente o perfil dos editoriais dos anos anteriores, fazendo pesadas críticas quanto a presença do Estado na economia por meio do inchamento e criação de empresas estatais, e do chamado capitalismo de Estado. No verbete sobre a Revista Visão, no site do Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC),

²⁷ NERY, João Elias. **Páginas de Cultura, Resistência e Submissão: Livros na Revista Visão (1968-1978)**. In: Revista Em Questão. Porto Alegre v.13, nº2, p.283-297, jul/dez 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/Paginas%20de%20cultura%20resistencia%20e%20submissao%202013%20Livros%20na%20revista%20Visao%20-1968-1978.pdf>

²⁸ JUNIOR, Gervásio César. **Revista Visão: Ação Partidária e Disputas de Projetos Hegemônicos na Década de 1970**. In: X Encontro Nacional de História: O Brasil no Sul. UFSM, 2010.

²⁹ Retirado do artigo que noticiava a morte de Henry Maksoud, disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/morre-em-sao-paulo-empresario-henry-maksoud-12229768>

³⁰ JUNIOR, Gervásio César. **Revista Visão: Ação Partidária e Disputas de Projetos Hegemônicos na Década de 1970**. In: X Encontro Nacional de História: O Brasil no Sul. UFSM, 2010.

aponta para uma tendência para a esquerda durante o período Farhat, e durante a mudança do perfil editorial com Henry Maksoud há um direcionamento para o resgate do liberalismo:

De acordo com Isaac Jardarnovski, diretor de redação (1975-1990) e diretor-geral do grupo *Visão* (1978-1990), “a compra de *Visão* por Henry Maksoud foi um divisor de águas ideológico: antes de Maksoud, tendência para a esquerda, liberdade para redatores e editores; na fase Maksoud tendência para o chamado liberalismo, tendo em Hayek seu principal mentor intelectual, e orientação centralizada da linha editorial, com marcante presença de temas políticos-filosóficos [...]” (FGV CPDOC).

O recorte coloca a visão de Said Farhat com uma tendência para a esquerda, porém, como veremos ao longo da pesquisa, essa definição também não se encaixa, pois não houve uma mudança tão acentuada de drástico redirecionamento ideológico, pois Farhat também era um liberal, mas não assumia posturas tão extremas e até caricatas como as que Maksoud assumiu na sua crítica ao Capitalismo de Estado.

As críticas referem-se às empresas estatais não servirem como um elemento do desenvolvimento na medida em que preenchem lacunas não cobertas pela economia de mercado, mas sim competem nos mesmos mercados das empresas privadas, e com vantagens de custo, fazendo com que o Estado usurpe parte do mercado, não respeitando a chamada mão invisível que regula a economia capitalista.

A apresentação dos proprietários da publicação foi importante para o melhor entendimento do material que será analisado, elencando algumas preferências ideológicas e teóricas dentro do campo da economia política em ambos editores e seus lugares enquanto representante do capital privado nacional.

1.3 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE HEGEMONIA, IDEOLOGIA E CAMPO

Traremos neste tópico discussões a respeito dos conceitos de hegemonia, ideologia e campo, os quais servirão como baliza para entender as relações e posicionamentos adotados pelo anuário dentro de sua produção cultural de cunho liberal. Adotaremos a perspectiva de Antonio Gramsci e Raymond Williams para tratar a questão da Hegemonia e Ideologia, tendo em vista que são conceitos correlacionados para entender como as estruturas econômicas e sociais funcionam, reproduzindo por meio das interpretações ideológicas o posicionamento das elites econômicas. Com isto, buscamos fugir da análise superficial de que a ideologia é

apenas um elemento superestrutural, pois reflete aspectos hegemônicos oriundos do poder econômico, o qual em nossa proposta é representado pela elite empresarial brasileira³¹.

As interpretações de Raymond Willians, reforçaram as reflexões sobre como o anuário seguia esta forma de reprodução de anseios de elites, sobretudo no campo ideológico e cultural. Após trarmos as contribuições de Pierre Bourdieu com as concepções de campo e *habitus*, o qual representa uma tradição teórica diferente da tratada por Gramsci, porém existem estudos dentro das ciências sociais que buscam associar esses autores³². Não temos a pretensão de estabelecer uma discussão aprofundada a respeito da aproximação entre Bourdieu e Gramsci, no entanto, entendemos que os conceitos trabalhados pelos autores são relevantes para análise desta pesquisa. Por mais que não existam muitos trabalhos teóricos que aproximem esses autores, parece válido utilizarmos os conceitos desenvolvidos por eles para entender a temática do anuário como um espaço no campo ideológico liberal brasileiro, o qual, estava refletindo elementos de dominação a partir da hegemonia do capital privado nacional.

Primeiramente vamos nos debruçar sobre o conceito de hegemonia dentro da tradição gramsciana. Para compreender o fenômeno iremos apresentar algumas reflexões que servem como base para o entendimento do pensamento de Gramsci, principalmente a partir de concepções como bloco histórico. Gramsci define bloco histórico, como um agregado que interliga a questão econômica e a ideológica, porém, ocupando-se da noção de persuasão popular, como forma de aglutinar as massas dando formas às ideologias:

Recordar a frequente afirmação de Marx sobre a “solidez das crenças populares” como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isso: “quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares”, etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material (ou algo semelhante), o que é muito significativo. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco

³¹ Essas leis, constituições, teorias e ideologias que são tão frequentemente defendidas como naturais ou como tendo validade ou significância universal devem ser vistas como simplesmente expressando e ratificando a dominação de uma classe particular (WILLIANS, 2011, p.51).

³² BURAWOY, Michel. **O marxismo encontra Bourdieu**. Trad. Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
ASSUNÇÃO, Marcelo Felisberto Moraes. **Notas Sobre a Dominação Social em António Gramsci e Pierre Bourdieu**. In: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXXI, 2016. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14280.pdf>. Acesso em 10 jul. 18.

histórico”, no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1978, p. 63).

Na citação temos o apelo das forças populares, que de acordo com Marx produz força comparável a força material, mas cabe na nossa análise a ideia de que bloco histórico é uma junção entre o material e o ideológico. Através dela é possível perceber a configuração dos blocos hegemônicos e como as ideologias dominantes refletem os interesses do grupo que detêm o poder econômico. A noção de bloco histórico serve para nos situarmos entre o estrutural e o superestrutural, tendo em vista que, como cita Gramsci, são apenas divisões didáticas, diferentemente do que era na visão marxista tradicional, onde encontramos a infraestrutura exclusivamente econômica, e as superestruturas apenas como reflexos. A pesquisadora Anita Helena Schlesener reforça a apresentação deste conceito colocando-o como uma organicidade entre o estrutural e o superestrutural, e é a organicidade que constitui a ideia de que o conjunto social é uma construção de diversas relações:

A reciprocidade e organicidade entre o estrutural e o superestrutural, o vínculo concreto entre “as forças materiais e as ideologias”, entre o “econômico-social e o ético-político em cada momento histórico”, Gramsci expressa no conceito de bloco histórico (SCHLESENER, 2007, p. 27).

Temos nesta discussão um vínculo latente entre forças materiais e ideologias as quais se expressam dentro de sua temporalidade, apresentando um bloco histórico diferenciado ao decorrer do tempo com as mudanças dentro do tecido econômico e social. Para o recorte estabelecido para a pesquisa, o bloco histórico pode ser interpretado como as forças materiais representadas pelo capital privado nacional, as quais se expressavam nos conteúdos publicados na revista, ou seja, a revista refletia um pragmatismo liberal, que é resultado de uma ideologia hegemônica burguesa³³. Dentro do bloco histórico, podemos perceber mais claramente como as superestruturas e estruturas se configuram, ampliando a base para a discussão a respeito de ideologia, dentro de uma sociedade onde grupos hegemônicos controlam a economia.

³³ É no interior do bloco histórico que se explicitam as relações de hegemonia, os mecanismos de dominação e direção exercidos por uma classe social sobre toda a sociedade em determinado momento histórico, bem como se esclarece a função dos intelectuais como organizadores da hegemonia (SCHLESENER, 2007, p.28).

Raymond Williams aprofunda a compreensão do pensamento de Gramsci, expondo que o autor avançou em relação à discussão das diferentes vertentes do pensamento marxista, ao perceber que o modelo de infra e superestrutura deixava de fora a análise cultural, e pecava ao propor análises totalizantes, principalmente a respeito da ideologia apenas como elemento superestrutural. Para Williams a ideologia estava imbricada com os grupos econômicos dominantes e com as disputas hegemônicas, dentro de um amplo espectro cultural, o que tornava o processo ligado a um contexto de dominação mais profundo do que a percepção de que as ideologias eram soltas ou independentes, sendo apenas construções abstratas das elites econômicas, mas sim, alterando-se na medida em que as posições das elites eram modificadas³⁴. Dessa forma, assinala Williams que Gramsci percebeu uma forma de usar o conceito de totalidade associado ao de hegemonia³⁵. O conceito de hegemonia é apontado como a principal contribuição de Gramsci para pensar a relação de dominação entre classes, e para nosso objeto de pesquisa é interessante entender que os grupos hegemônicos estatais, nacionais e estrangeiros estavam em processos de busca de espaço dentro da economia brasileira, sobretudo com o avanço das estatais e das multinacionais no período da ditadura militar brasileira. Sobre o destaque dado a discussão sobre hegemonia, Raymond Williams argumenta que:

A grande contribuição de Gramsci foi ter enfatizado a hegemonia, bem como tê-la compreendido com uma profundidade que creio ser rara. Pois a hegemonia supõe a existência de algo verdadeiramente total, não apenas secundário ou superestrutural, como no sentido fraco de ideologia, mas que é vivido em tal profundidade, que satura a sociedade a tal ponto e que, como Gramsci o coloca, constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da fórmula de base e superestrutura (WILLIAMS, 2011, p.51).

A noção de hegemonia, pensando como uma proposta de totalidade, perpassa por todas as estruturas e superestruturas da sociedade, e quando

³⁴ Se o que então aprendemos fosse apenas uma ideologia imposta, ou se fossem apenas os significados e práticas isoláveis da classe dominante ou de uma fração da classe dominante impostos às outras classes ou membros da sociedade, ocupando apenas o topo de nossas mentes, isso seria – e muitos ficariam felizes – algo muito mais fácil de ser derrubado. [...] O processo está continuamente ativo e adaptando-se; não se trata apenas do passado, de embalagens vazias de uma ideologia que pode ser mais facilmente descartada. O processo só pode funcionar, em uma sociedade complexa, se for algo mais substancial e flexível do que qualquer ideologia abstrata imposta (WILLIAMS, 2011, p. 54-55).

³⁵ Creio que podemos usar corretamente a noção de totalidade apenas quando a combinamos com o conceito marxista crucial de “hegemonia” (idem, 2011, p.51).

observamos os Estados liberais percebemos que a hegemonia está diretamente relacionada aos principais grupos econômicos que exercem importante domínio social³⁶. No exercício da hegemonia os grupos dominantes se articulam com outros setores, e também coagem os grupos dominados, inclusive moldando as visões do senso comum. Na ideia de cooptação, podemos perceber as possíveis tensões, pois, inerente ao processo de construção hegemônica temos as disputas entre os grupos dominantes. E justamente, no recorte temporal da pesquisa, temos uma internacionalização crescente da economia mundial. Em países periféricos como o Brasil os grupos hegemônicos estavam ganhando uma nova configuração com o avanço das multinacionais, influenciando as áreas de poder, tanto das relações do Estado com o capital internacional, quanto do Estado com o capital privado nacional.

Percebemos que as hegemônias sofrem alterações, ou seja, os grupos dominantes ao longo do processo histórico se modificam a partir das disputas internas pela dominação econômica, com isto, estruturalmente a sociedade se reconfigura, moldando as construções superestruturais de acordo com o bloco histórico e os papéis dos grupos dirigentes. Compreendemos que a noção de hegemonia e suas formas são complexas, não podem ser analisadas isoladamente, principalmente considerando que os grupos hegemônicos em países centrais e periféricos são diferenciados, pois com a internacionalização da economia os grupos dominantes dos países centrais passam a exercer cada vez mais influência sobre os países periféricos³⁷. Seguindo estes parâmetros, sobretudo a partir da ideia de múltiplas hegemônias em processos de conversões, divergências ou contradições, uma das interpretações que podemos estabelecer é a de que no recorte temporal da pesquisa estava ocorrendo um processo de mudança hegemônica entre os setores dominantes da economia brasileira. Tensões ocorriam, pois, o crescimento da intervenção na economia trazia maior hegemonia aos grupos estatais, e a abertura internacional a

³⁶ No Estado Liberal, as classes dominantes exercem a hegemonia num processo ao longo do qual submetem os outros grupos ou pela coerção ou pela cooptação, ou, ainda, pela divulgação de seus valores, que são assimilados pelas classes sociais dominadas, tornando-se parte do senso comum (SCHLESENER, 2007, p. 15).

³⁷ Temos de enfatizar que a hegemonia não é única; ao contrário, suas próprias estruturas internas são muito complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo, podem ser constantemente desafiadas e, em certos aspectos, modificadas. É por isso que, ao invés de simplesmente falar “da hegemonia” ou “de uma hegemonia”, gostaria de propor um modelo que permite esse tipo de variação e contradição, com seus conjuntos de alternativas e seus processos de mudança (WILLIAMS, 2011, p.52).

uma modificação da hegemonia dos capitais internacionais, enquanto os capitais privados nacionais olhavam com desconfiança o crescimento destes dois grupos.

A questão da ditadura militar, principalmente a partir do golpe de 1964, pode ser entendida como uma reação ao medo de mudança de hegemonia no Brasil, pois as elites nacionais se articularam para derrubar o governo de João Goulart, temendo reformas estruturais que pudessem alterar os privilégios das elites. Sobre o cenário de crise, Anita Schlesener aponta a seguinte questão:

Nas circunstâncias políticas de profunda crise hegemônica (econômica, política e cultural), os regimes intervencionistas visam recuperar o país e reorganizar a produção através de um deslocamento da direção hegemônica para a dominação e um conseqüentemente processo de estatização e burocratização (SCHLESENER, 2007, p. 35).

O processo de Estatização foi intensificado, com o aumento da intervenção do governo na economia e também pelo crescente aumento das estatais, que atingiram seu auge nos anos 1980. Estes processos servem para percebermos como se desenharam as tensões que estavam modificando os grupos dominantes no Brasil, com alguns ganhando espaço e outros sendo suprimidos, tanto pelas incertezas quanto pelo avanço de outros capitais. Neste contexto temos o lugar das ideologias dominantes e seus desdobramentos. Raymond Williams faz a seguinte problematização do conceito de ideologia e hegemonia:

Pois se a ideologia for apenas um conjunto abstrato e imposto de noções, se as nossas ideias, pressupostos e hábitos sociais, políticos e culturais forem meramente o resultado de uma manipulação específica, de um tipo de formação aberta que pode ser simplesmente encerrado ou removido, então seria muito mais fácil mover ou alterar a sociedade do que na prática sempre o foi ou é. Essa noção de hegemonia, que satura profundamente a consciência de uma sociedade, parece ser fundamental para mim. E, ao contrário das noções gerais de totalidade, a hegemonia possui a vantagem de enfatizar, ao mesmo tempo, a realidade da dominação (WILLIAMS, 2011, p.52).

Temos presente na argumentação de Williams a estreita relação entre dominação e ideologia. Em conjunto com as relações entre dominação e ideologia, ganha espaço na análise o papel dos intelectuais neste processo. Os intelectuais são problematizados por Gramsci em diversas obras por serem os responsáveis por

estabelecer o vínculo orgânico entre a dimensão da produção e as superestruturas³⁸. No estabelecimento do vínculo orgânico, Gramsci coloca no seu livro *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, que a relação dos intelectuais é de mediar a relação da estrutura hegemônica com a sociedade civil:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 1982, p.10-11).

Compreendendo a análise das fontes desta pesquisa, em que o discurso do anuário refletia a visão liberal/pragmática preocupada com a manutenção da hegemonia do capital privado nacional, podemos perceber como estes intelectuais faziam este papel de construção de uma ideologia que refletia a estrutura econômica hegemônica brasileira do período analisado. Ao longo da discussão, Gramsci especifica o papel dos intelectuais dentro da sociedade:

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa da sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1982, p. 11).

Interessante quando Gramsci aponta que o consenso nasce historicamente do prestígio e da confiança que estes grupos possuem por causa da sua posição e de

³⁸ Enquanto “organizadores da hegemonia social”, “construtores de ideologias”, os intelectuais efetivam o vínculo orgânico entre o modo de produção e as superestruturas, unificando as diversas classes sociais em torno da classe dirigente e de seus objetivos (SCHLESENER, 2007, p. 37).

sua função no mundo da produção. Pensando nos intelectuais que exploraremos ao longo da pesquisa temos este quadro, com Said Farhat e Henry Maksoud como importantes empresários dentro do contexto nacional, não apenas por terem sido proprietários da Editora Visão, mas também por outros empreendimentos. Ou seja, possuíam importantes papéis no mundo da produção, inclusive Farhat posteriormente exerceu cargos importantes nos governos Geisel e Figueiredo, enquanto Maksoud era proprietário da empresa de engenharia Hidroservice. Junto com os editores, temos Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, que também exerciam importante influência, principalmente como ministros do governo militar e com uma história acadêmica e diplomática de grande importância para o pensamento econômico liberal brasileiro.

Considerando os papéis destes homens dentro do grupo hegemônico que integram, bem como a importância e atuação como divulgadores das ideias liberais, podemos estabelecer a compreensão da importância destes empresários/intelectuais brasileiros na construção e organização da ideologia hegemônica burguesa nacional³⁹. Sobre os empresários, Gramsci faz importantes considerações ao longo de sua obra anteriormente citada:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, e um novo direito, etc. (GRAMSCI, 1982, p.4).

Gramsci comenta sobre os empresários enquanto formadores de intelectuais voltados para a manutenção da hegemonia dos grupos capitalistas, constituindo assim a base do pensamento tecnocrático que legitima a ideologia capitalista e que temos latente no período da ditadura militar brasileira com o desenvolvimento da tecnocracia⁴⁰. Assinala o papel do cientista da economia política, temos neste

³⁹ Assim, no âmbito das relações hegemônicas, formam-se os intelectuais orgânicos (da burguesia ou do proletariado), que expressam, organizam, defendem, os objetivos e interesses do grupo social ao qual estão vinculados (SCHLESENER, 2007, p. 38).

⁴⁰ Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (GRAMSCI, 1982, p.4).

panorama Roberto Campos, Octávio Gouvêa de Bulhões e Eugênio Gudin como principais representantes deste segmento. Ou seja, neste esforço teórico buscamos perceber dentro do objeto de pesquisa como os intelectuais que escreviam para a revista se constituíam como o vínculo entre produção econômica e produção de ideias, compreendendo como o pensamento liberal brasileiro era ancorado à estrutura econômica, rompendo a ideia de uma disputa apenas entre diferentes segmentos ideológicos.

1.3.1 A Contribuição de Pierre Bourdieu para o Objeto de Pesquisa

Dentro da proposta teórica para tratamento do anuário, adotaremos também contribuições de Pierre Bourdieu, as quais são importantes para compreendermos como são constituídas as relações de poder que se estabelecem dentro das arenas ideológicas demonstradas a partir da análise do anuário, em um espaço descrito como campo. De acordo com Pierre Bourdieu:

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 1989, p.69) [...]

Ainda sobre a teoria dos campos, Chartier assim a define: Os campos, segundo Bourdieu, têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e constituídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. (CHARTIER e BOURDIEU, 2012, p.88)

Posteriormente vamos recorrer a fragmentos do anuário, compreendendo o recorte temporal da pesquisa, para tentar ilustrar o que Bourdieu assinalou quando propôs o exercício de elucidar a gênese de um campo. As recomendações do autor são [...] *apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta,*

*do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram*⁴¹.

Quando pensamos os conceitos como liberalismo e desenvolvimentismo ou capitais privados nacionais, capitais estatais e estrangeiro, temos representações que se confundem, mas que na sua justaposição representam tensões de um momento histórico, tanto nas dimensões nacionais quanto internacionais. Pela dinâmica e subjetividade das relações construídas dentro de um momento histórico, em um determinado contexto político e social brasileiro, podemos mapear alguns elementos que Bourdieu assinala numa tentativa de visualizar como o anuário pode ser interpretado como um elemento inserido no campo do pensamento liberal brasileiro. Dentro deste exercício, a crença que sustenta dentro da problemática da pesquisa pode ser interpretada como a do desenvolvimento econômico brasileiro; o jogo de linguagem que se joga pode sinalizar a forma como as classes capitalistas brasileiras se relacionam com o Estado; e, as coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, podem ser ilustradas pela forma com que o anuário traduz esses temas durante o período estudado. Logicamente entendemos as limitações, e não queremos generalizar questões tão amplas do ponto de vista teórico, muito menos encaixar a problemática da pesquisa dentro de um modelo teórico rígido, porém, o exercício proposto pode ser realizado na tentativa de operacionalizar algumas questões, na busca da identificação de possíveis tensões representadas na fonte analisada e perceber a revista como um espaço de produção material do campo liberal.

Devemos considerar que indissociavelmente ao conceito de campos, temos o que Bourdieu chamou de *habitus*⁴², que estão inseridos nos aparelhos ideológicos hegemônicos, os quais reproduzem ideologias dominantes. Dentro da concepção que Bourdieu elabora o *habitus*, este se interioriza nos sujeitos, os quais, muitas vezes não conseguem perceber que estruturas como a religião, a escola, as relações liberais do capital, o partido político, a mídia, enfim, os sujeitos exteriorizam essas estruturas *a priori* interiorizadas, reproduzindo *a posteriori*, concepções próprias destes sistemas que formam a categoria de campos.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁴² O *habitus* vem a ser, portanto, um princípio operador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. O *habitus* completa os movimentos de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas (BOURDIEU, 1989, p.41).

Dentro do recorte estabelecido pelo estudo, temos um mesmo campo, no entanto percebemos uma certa “porosidade” neste cenário, pois temos uma mesma linha ideológica liberal que serve como baliza tanto para Said Farhat, como para Henry Maksoud. No entanto, quando a revista passa a ser propriedade de Maksoud, existe uma distinção de como o campo era anteriormente representado. Ou seja, o campo é o mesmo, mas a construção do discurso liberal de Maksoud é diferente do discurso liberal de Farhat, justamente quando tratam a questão sobre as dimensões do Estado na economia e o papel do capital estrangeiro neste contexto.

1.3.2 Ideologias e o Pensamento Econômico Brasileiro

Nesta seção buscaremos fazer uma revisão das principais linhas de pensamento presentes na discussão econômica no Brasil durante o período estudado, principalmente para identificarmos as matrizes que guiavam os posicionamentos dos intelectuais que escreviam para o anuário “Quem é quem na economia”. Dentro da produção bibliográfica da História do Pensamento Econômico Brasileiro, temos um dos primeiros trabalhos que procurou sistematizar as linhas de pensamento presentes no debate econômico assinado por Ricardo Bielschowsky no ano de 1988, chamado: *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento Brasileiro*. A obra de Bielschowsky traz à tona as principais correntes de pensamento que serviram como base para o debate nacional sobre os rumos da industrialização e o desenvolvimento entre os anos 1930 a 1964, e que influenciaram os economistas liberais que iremos analisar.

Outros estudos atualizaram o debate sobre as controvérsias do pensamento econômico brasileiro. Com destaque para o trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, intitulado: *Ecos do Desenvolvimento: Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro*, publicado no ano de 2011 e organizado por Maria de Melo de Malta. Destacamos esta obra, pois, os autores preocupam-se em trazer uma nova perspectiva sobre o tema, resultado de sete anos de estudos e conjugação de esforços de dois grupos, o Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Taulie (LEMA) e o Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro. No prefácio de Maria Mello de Malta, a autora coloca que:

Desde 2007 estivemos comprometidos com um projeto de extensão sobre os clássicos do pensamento social brasileiro. De nossas produções individuais, saltavam aos olhos dois elementos comuns: uma conexão fundamental entre

economia, política e história, e o interesse pelo pensamento produzido nas ciências sociais. Nossa causa coletiva sempre foi entender o Brasil. Então, chegamos a um projeto que conjugasse todos estes esforços: estudar o pensamento econômico brasileiro (MALTA, 2011, p.16).

Neste trabalho de trazer à tona novas discussões sobre o pensamento econômico brasileiro, o grupo de estudos desenvolveu uma metodologia de análise específica, na qual todos os pesquisadores envolvidos se mantêm alinhados, que é a perspectiva marxista. No primeiro capítulo do livro, escrito por sete autores, inclusive Maria de Mello Malta, é definido o método de análise. O esforço de sistematização da pesquisa é definido da seguinte forma:

Finalmente, conclui-se com uma nova missão: historiografar o pensamento econômico nacional segundo o método proposto, com o intuito de recuperar seus temas e sujeitos, como também a história dos debates teóricos e políticos que, partindo de matrizes ideológicas diversas, foram a grande estufa para o florescimento das inovações do pensamento econômico no Brasil (MALTA, 2011, p.25).

A missão do grupo, de historiografar o pensamento econômico brasileiro é parecido ao esforço deste trabalho, pois, tratamos de um recorte teórico parecido, englobando a ditadura civil-militar brasileira e o “milagre econômico”, e todas as controvérsias contidas nos debates que marcaram esta temporalidade. Diante disto, ao longo da análise das fontes nos próximos capítulos utilizaremos de base diversos artigos desta coletânea.

Nossa preocupação são os liberais que escreviam para o anuário, porém, o debate ideológico não é feito por um só lado, ele é construído dentro de um contexto econômico e político que envolve diversos intelectuais e linhas de pensamento que tinham como principal ocupação os debates a respeito do desenvolvimento brasileiro através de diversas tradições. Diante do exposto, primeiramente iremos fazer a revisão da obra clássica de Ricardo Bielschowsky, para entendermos a configuração das principais linhas ideológicas que marcavam a discussão, e que sistematizou a partir da seguinte tabela:

Tabela 1 – As Correntes Básicas do Pensamento Econômico Brasileiro (Meados dos anos 1950 e início dos anos 1960)

SOCIALISTA	DESENVOLVIMENTISTA			NEOLIBERAL
Socialismo	Setor Público (nacionalista)	Setor privado	Setor público (não nacionalista)	Neoliberalismo
-Caio Prado Junior -Nelson W.Sodré -A. Passos Guimarães -Aristóteles Moura	-R.Simonsen -Celso Furtado -Rômulo de Almeida - Américo B. de Oliveira -Evaldo C.Lima	-R. Simonsen -J.P. de A. Magalhães -Nuno F. de Figueiredo (FIESP E CNI-Confederação Nacional da Indústria)	-Roberto Campos -Lucas Lopes -Glycon de Paiva -Ary Torres	-Eugênio Gudim -Octávio Gouvêa de Bulhões

Fonte: BIELSCHOWSKY, 1995, p.242

Na síntese de sua pesquisa, Bielschowsky identificou três grandes correntes de pensamento: a socialista, a desenvolvimentista e a neoliberal. E dentro da corrente desenvolvimentista, foram identificadas outras três linhas teóricas que pensavam o fenômeno desenvolvimentista por vieses diferentes. Ou seja, se decomposmos a corrente desenvolvimentista, teremos na verdade cinco correntes de pensamento econômico brasileiro. Diante disto, percebemos polarizações entre as correntes desenvolvimentistas, tendo a principal divergência em relação ao posicionamento dos intelectuais a respeito da intervenção do Estado na economia e da entrada de capitais estrangeiros.

Com isso, a corrente desenvolvimentista não nacionalista distanciava-se da corrente desenvolvimentista nacionalista, pois, enquanto a primeira não possuía restrições a respeito da entrada de capitais internacionais na economia brasileira, a segunda era favorável, mas desde que com controle e com restrições. Por outro lado, o desenvolvimentismo do Setor privado aproximava-se do nacionalista no que se refere ao controle de capitais estrangeiros⁴³.

O posicionamento a respeito do planejamento também variava bastante de acordo com esses grupos desenvolvimentistas, sendo o não nacionalista se aproximando dos neoliberais, favoráveis apenas a um planejamento parcial. De acordo com Bielschowsky os neoliberais estavam entre contrários e tolerantes a ensaios de planejamento parcial. Os desenvolvimentistas do setor privado se

⁴³ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento**. 2ªed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

aproximavam dos desenvolvimentistas nacionalistas, pelo fato de ambos defenderem o planejamento estatal, porém, os nacionalistas iam mais a fundo propondo o planejamento geral e regional da economia.

Outro ponto de controvérsias destas linhas de pensamento, surge a respeito das empresas estatais e seu papel no desenvolvimento econômico. Os neoliberais se mostravam abertamente contrários à intervenção econômica do governo a respeito da criação e ampliação das estatais, principalmente a partir dos anos 1970. Já os desenvolvimentistas não nacionalistas eram tolerantes quando o capital privado nacional e estrangeiro não manifestassem interesse⁴⁴. As linhas do desenvolvimentismo do setor privado eram moderadamente favoráveis e do setor público nacionalista eram enfaticamente favoráveis.

Destacamos também, dentro do quadro proposto por Bielschowsky, os economistas que representavam cada vertente ideológica. Temos como principal nome dentro do desenvolvimentismo nacionalista o economista Celso Furtado. Representando o setor privado Roberto Simonsen, pautado nos interesses de instituições como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria), que seguiam um posicionamento moderado que não se distanciava do liberalismo, mas também não se aproximavam tanto do nacionalismo e do socialismo.

Por fim, cabe analisar as linhas ideológicas que interessam para a análise do anuário “Quem é quem na economia”, ou seja, que representam os posicionamentos da revista a partir das contribuições de Henry Maksoud e Said Farhat. De um lado temos os neoliberais, representados por Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões, e de outro os desenvolvimentistas não nacionalistas, representados por Roberto Campos, Lucas Lopes e Glycon Paiva. Nomes que repercutiam diversas vezes pelo Grupo Visão, sendo todos agraciados com o prêmio “Homem de Visão”.

Preliminarmente, identificamos o alinhamento da revista com as linhas descritas por Bielschowsky como neoliberal e desenvolvimentista não nacionalista,

⁴⁴ O tema dominante nessa doutrina contrária ao estatismo é um comprometimento ideológico com o livre mercado. A nova direita ressuscitou a economia clássica de Smith e Ricardo, conforme apresentado no trabalho de economistas mais recentes como Friedrich von Hayek e Milton Friedman. As ideias do livre mercado ganharam credibilidade renovada durante os anos 1970, quando se tornou cada vez mais difícil para os governos proporcionar estabilidade econômica e crescimento sustentado. Em consequência, surgiram dúvidas sobre se a solução dos problemas econômicos estaria nas mãos do governo. Hayek e Friedman, por exemplo, questionaram a própria ideia de uma economia “gerenciada” ou “planificada” (HEYWOOD, 2010b, pg.98)

posicionamentos ideológicos muito próximos que buscaremos aprofundar, e claro, serviam como orientação para a construção das matérias e fóruns, bem como posicionamentos dos editoriais do anuário. O intenso debate ideológico travado neste período aconteceu entre os desenvolvimentistas nacionalistas, de um lado com a proposta estruturalista/cepalina, e do outro com o desenvolvimentismo não nacionalista muito próximo ao neoliberalismo com as propostas de estado mínimo e antiestatismo. Essas separações são importantes, porém não devemos interpretá-las como fixas, apenas como um recurso didático para organizar a pesquisa. De acordo com o demonstrado nas reflexões teóricas do início deste capítulo, elas estão conexas da estrutura econômica hegemônica e suas diversas nuances e conflitos internos e externos. No interior destes conflitos o pensamento neoliberal surge com maior intensidade após a crise do petróleo, sobretudo, a partir de 1974, retomando uma tradição liberal mais antiga do pensamento econômico brasileiro. Segundo Bielschowsky:

A tradição da ideologia econômica brasileira desde o início do século XIX até os anos 1930 foi liberal, como é consenso entre os historiadores. A crise internacional e as transformações econômicas, políticas e sociais que se seguiram solaparam a base real de sua sustentação. Nasceram, a partir daí diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro. Em reação, a ideologia liberal teve de passar, ela mesma, por transformações que viabilizassem sua resistência frente à nova realidade. O neoliberalismo econômico é resultado deste processo. (BIELSCHOWSKY, 1995, p.37)

A corrente neoliberal, surge como contraposição ao desenvolvimentismo na medida em que a economia estagnou em meados dos anos 1970, e a revista Visão passou por este processo de transição, o qual é perceptível na construção editorial, tornando explícitas as incertezas expostas pelos seus principais articulistas e participantes. Percebemos um reposicionamento ideológico do anuário, fruto de tensões em movimento e de um processo de reorganização ideológica da publicação. A reorganização proposta também é percebida, quando Bielschowsky propõe dois modelos muito próximos, que são os desenvolvimentistas não nacionalistas e os neoliberais. Trata-se de um grupo em transição, e é possível ilustrar isto quando Bielschowsky evidencia o posicionamento de Roberto Campos frente ao debate junto a Gudin e Bulhões. Na verdade, estes debates são fruto dos anos 1950, mas balizam os alinhamentos que seguiram no debate brasileiro sobre o desenvolvimento, ecoando

posteriormente na campanha antiestatal iniciada por Gudin e abraçada pelas elites empresarias pós-1974.

É conveniente uma introdução ao pensamento desenvolvimentista de Campos pela via fácil da comparação com o principal economista conservador brasileiro, Eugênio Gudin. Os textos publicados pelo primeiro em 1952-53 permitem distingui-lo claramente da posição conservadora. [...]. Curiosamente, à exceção de uma discrepância relativa à interpretação da crise econômica de 1953, não houve confronto intelectual entre os dois. Isso fica claro a partir da segunda metade dos anos 1950, quando a história promoveu certa convergência de suas distintas posições na direção da defesa comum da iniciativa privada e da abertura ao capital estrangeiro, e também em relação à crítica da política monetária oficial, que ambos consideravam inflacionária. (BIELSCHOWSKY, 1995, p.107)

Este modelo não pode ser interpretado de forma fixa, a reflexão sobre o posicionamento das ideologias nacionais no espectro mais amplo serve como uma luz na popa para guiar o avanço da pesquisa quanto a sua categorização teórica, dando os subsídios necessários para entendermos a configuração do anuário “Quem é quem na economia” quanto aos posicionamentos adotados e da forma com que dialogava com as elites a partir de um prisma ideológico. Alguns novos aprofundamentos para pensarmos a questão da ideologia ainda precisam ser desenvolvidos, e as limitações surgem quando homogeneizamos a discussão em categorias fixas, por isto, enfatizamos que as ideologias não são fixas, e a prova disto é que os grupos próximos se articulam e em vários momentos se aproximam, como é o caso de Gudin, Campos e Bulhões, ou se dispersam, como foi o caso de Celso Furtado com o grupo dos socialistas em um período próximo do debate em questão. Ou seja, devemos pensar a ideologia como um campo móvel, que se molda de acordo com o jogo de disputas entre os setores dominantes, como foi o caso do espaço que ganhou o grupo neoliberal frente ao grupo estruturalista após a crise do petróleo e no período de redemocratização.

Percebemos estes movimentos que o autor aponta quando pensamos o jogo de poderes e interesses que marcou o ciclo ideológico do desenvolvimento. Onde tínhamos importantes grupos de interesses que representavam o governo, bem como seus principais *policy makers*, como foi o caso de Eugênio Gudin no governo Café Filho (1955), Celso Furtado no governo Goulart (1962), e Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões no governo Castello Branco (1964-1967). Cabe destacar também na discussão o pensamento de Delfim Netto, ministro da fazenda durante o milagre

econômico (1967-1974) e “Homem de Visão” do ano de 1970⁴⁵, ocupando grande parte do recorte teórico da pesquisa, com a revista escrevendo, criticando e apoiando as políticas econômicas de Delfim Netto. Delfim Netto, ainda jovem no período analisado, com apenas 38 anos, adota uma política econômica mais voltada para um desenvolvimentismo nacionalista, oscilando entre as três derivações de desenvolvimentismo de Bielschowsky. Em estudo acadêmico a respeito do pensamento de Delfim Netto, Felipe Marineli o define da seguinte forma⁴⁶:

Em linhas gerais, ele defende um processo autêntico de desenvolvimento com uma classe empresarial dinâmica que atuaria, com apoio do governo, no sentido do aumento da produtividade agrícola e da integração sólida entre agricultura e indústria. Trata também do problema específico do Nordeste, que teria grande concentração fundiária e abundância de produtores de subsistência que em parte do ano vendiam sua força de trabalho. Para aumentar a baixa produtividade e suas consequências econômicas e sociais negativas, ele propõe a reforma agrária na região e o concomitante fornecimento de créditos aos produtores no interior de um programa de desenvolvimento regional. Entretanto, em artigo posterior no mesmo livro e já em uma situação política diversa, Delfim Netto repensa sua defesa da reforma agrária e passa a propor atuação governamental no fornecimento de melhores condições aos produtores, particularmente aos de menor produtividade, como a seleção e o fornecimento de melhores sementes, mas rechaça a reforma agrária. (MARINELI, 2014, p.3)

Delfim Netto em muitos momentos recebe o apoio nos editoriais do anuário, porém, o prisma das discussões da revista recai principalmente nas ideologias do desenvolvimentismo não nacionalista e do neoliberalismo. Porém, em ocasiões, quando o debate reflete a respeito do capital estrangeiro, acaba adotando uma postura mais nacionalista próxima da matriz teórica do desenvolvimentismo do setor público.

Sobre o prêmio “Homem de Visão”, adota-se uma postura estratégica da revista ao consagrar Delfim Netto como o Homem de Visão de 1970, auge tanto do milagre econômico, das campanhas ufanistas do governo e também da repressão contra a imprensa. Delfim Netto foi o segundo “Homem de Visão” que foi laureado

⁴⁵ Geralmente os seus membros rendem homenagem a um pioneiro da iniciativa privada, mas diversas vezes consagram aquele que se distinguiu no exercício da função pública. Duas vezes sentiu o dever de prestigiar e reconhecer o valor do estadista quando ainda no exercício do poder. Tais foram os casos de Octávio Gouvêa de Bulhões e de Antônio Delfim Netto (Quem é quem na economia brasileira, 1970, p.70).

⁴⁶ MARINELI, Felipe. **O Desenvolvimento de Antônio Delfim Netto: para Além dos Estigmas da Teoria do Bolo.** In: **Revista Contemporânea - Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, A Cultura Autoritária em Questão.** Ano 4, nº05, vol.1, 2014. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/4_O_developimentismo_de_Antonio_Delfim_Netto.p_df, acesso em 22 set. 2017.

com o prêmio enquanto ainda fazia parte do governo, o primeiro foi Octávio Gouvêa de Bulhões, presidente do conselho editorial da revista. De acordo com a apresentação da revista sobre a escolha do Homem de Visão de 1970:

Foi uma das escolhas mais rápidas e tranquilas de quantas o júri do Homem de Visão já realizou nos doze anos em que a láurea é atribuída – o mais importante título não oficial que se outorga no país (Quem é quem na economia, 1970, p.70).

Interessante perceber como a publicação se refere ao seu prêmio, autodenominando o mais importante título não-oficial que se outorga no país, neste ponto, podemos interpretar que a publicação se coloca como porta-voz dos grupos empresariais, e colocando o prêmio como um reconhecimento destes homens que “fazem a diferença” no setor privado. Considerando as escolhas públicas para o prêmio, elas não surgem como uma contradição, mas são altamente coerentes com os posicionamentos da revista, como foi o caso da premiação de Delfim Netto em consonância com os interesses empresariais.

1.3.3 Mapeando Relações entre Os Intelectuais que Escreviam para o Anuário

Quando pensamos as relações estabelecidas entre os intelectuais liberais que pertencem, ou, que possuem espaço no anuário, percebemos que uma rede se constitui entre os atores envolvidos. Diante disto, como demonstramos através dos embates ideológicos do período analisado, a partir da categorização que Ricardo Bielschowsky construiu dos grupos de intelectuais que representavam cada linha ideológica do pensamento econômico brasileiro, partiremos neste tópico para o mapeamento das possíveis redes entre estes intelectuais que fluíam no universo do Grupo Visão⁴⁷.

Para pensar esta questão, buscaremos as contribuições de Jean-François Sirinelli para refletir a importância de estudar as redes ao verificar a natureza de uma determinada publicação, e como uma série de espectros de elementos subjetivos estão envolvidos de forma densa quando aprofundamos a análise das ideias presentes na revista.

⁴⁷ Uma rede seria, portanto, uma construção social de relações de grandezas distintas, mas que possibilitariam o contato entre os diversos elementos que iriam gerar sua composição. (ENNE, 2004, p.2)

O meio intelectual constituiu, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber do que parece. (SIRINELLI, 2003, p. 248)

É importante verificar estes laços que se atam em torno da revista, e podemos percebê-los ao longo do recorte temporal escolhido para a pesquisa. No núcleo da publicação temos a figura de Ibrahim Said Farhat entre 1967 – 1974 e Henry Maksoud entre 1975 – 1977, entendendo que Said Farhat fazia parte do Grupo Visão desde 1952, e Maksoud permaneceu como proprietário do Grupo entre 1975 – 1993, mas para fins de recorte e da análise do objeto selecionamos o período de dez anos. Elencamos também neste núcleo mais denso em torno de Visão, Octávio Gouvêa de Bulhões, presidente do conselho editorial da revista, mas somado a isto, a sua carreira de vanguarda como economista liberal brasileiro, e seu cargo de Ministro do Planejamento no governo militar de Castello Branco. Bulhões influenciou com suas ideias tanto Said Farhat quanto Henry Maksoud.

Após identificado este núcleo, podemos abrir a rede para outros atores que influenciaram a consolidação do pensamento liberal da publicação, e os dois principais intelectuais neste caso são Eugênio Gudín e Roberto Campos. A presença dos dois é frequente nos fóruns promovidos pela revista, como também no prêmio Homem de Visão. Os três intelectuais são fundamentais para estabelecer as balizas ideológicas da publicação, dentro do ramo neoliberal e do desenvolvimentismo não nacionalista. Logo temos neste ponto mais dois laços da rede, não dentro do Grupo Visão, mas que orbitam na publicação e que estabelecem uma relação direta com Octávio Gouvêa de Bulhões. Temos neste ponto, a formação do campo intelectual que age diretamente sobre a publicação:

Entre as estruturas mais elementares, duas, de natureza diferente, parecem essenciais. As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão. (SIRINELLI, 2003, p.249)

Três elementos da citação são fundamentais para analisarmos o material produzido, o primeiro é a fermentação intelectual, esses grupos que compartilham de um mesmo ideário se unem para produzir reflexões e conteúdos os quais refletem seus posicionamentos e alinhamentos. O segundo elemento é a relação afetiva, ou seja, os laços profissionais, intelectuais e um sentimento de classe que compreende os atores pertencentes a rede, ou seja, no caso do objeto de pesquisa um grupo que se coloca como uma elite econômica que representa os interesses do capital privado nacional. E o terceiro elemento é como o motor que move este conjunto, dando o caráter de movimentação e fermentação de ideias provenientes da rede, ou seja, o espaço de sociabilidade no qual circulam estes intelectuais e suas ideias⁴⁸.

Quando buscamos mapear as redes para a realização da análise, não devemos entendê-las como entidades autônomas, fechadas todo tempo pelas ideologias que defendem, mas sim, perceber conexões com a sociedade que as rodeia, a qual apresentam modelos e propostas sociais a serem seguidas a partir de seus posicionamentos.

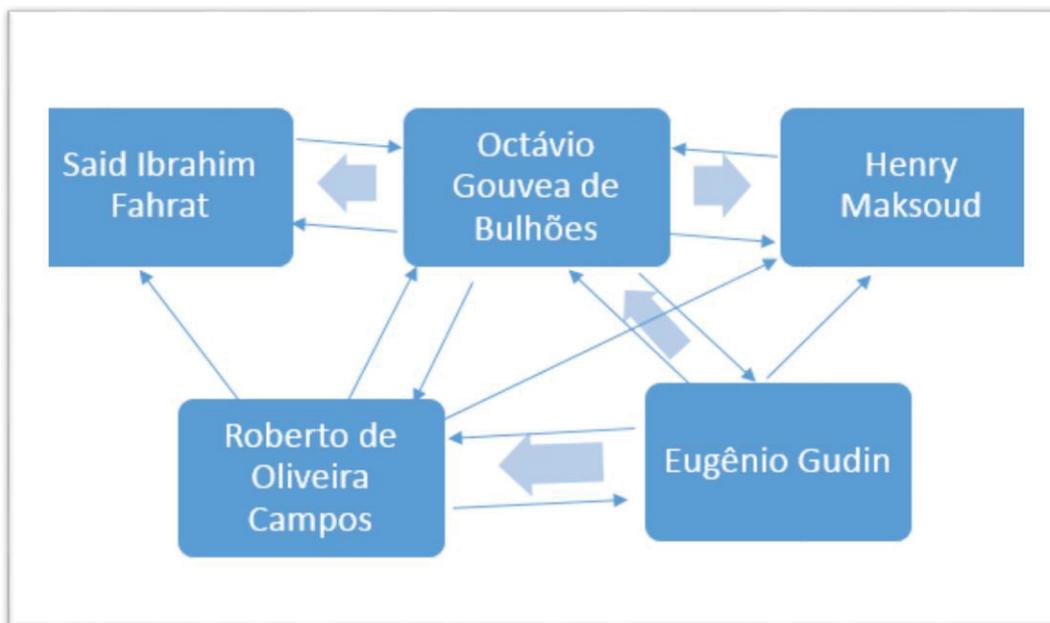
Essas conexões são essenciais para o florescimento das ideias dos intelectuais envolvidos na publicação, e é aí que percebemos a ressonância de suas ideias, e quais grupos conseguem angariar para juntar-se em prol das causas que defendem⁴⁹. Partimos da premissa que o Grupo Visão, assumiu o seu diálogo com a sociedade como representando os grupos ligados ao capital privado nacional, assim delimita quem é seu público alvo, que são os pequenos empresários, estudantes ligados ao ramo dos negócios, além de uma proporção da classe média nacional que se interessava pelos assuntos abordados na publicação.

⁴⁸ Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular. (SIRINELLI, 2003, p.252-3)

⁴⁹ O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu campo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior. É afinal o que dá a sua especificidade à <<alta intelligentsia>>: dela participam os que possuem, a um ou outro título, poder de ressonância. Faculdade de eco de que decorrem imediatamente duas questões. Por um lado, como avaliar a amplitude deste eco e o seu impacto na esfera política? Por outro, no domínio mais preciso das culturas políticas e da sua constituição, qual a parte das grandes ideologias forjadas ou veiculadas pelos letrados? (SIRINELLI, 1998, 265)

Pois bem, apresentaremos a seguir um esforço de representar o que seria a rede dos intelectuais que mais frequentemente aparecem nos anuários “Quem é quem na economia brasileira”:

Figura 1: Mapeamento dos intelectuais liberais do Grupo Visão



Fonte: Elaboração própria

A figura busca mapear internamente a rede estabelecida na revista e os principais intelectuais que servem como orientação teórica para a construção do anuário. Diretamente ligados ao anuário estão Said Farhat e Henry Maksoud, os dois proprietários do Grupo Visão em momentos distintos, e Octávio Gouvêa de Bulhões como presidente do conselho editorial e colunista da revista. Consideramos como núcleo Eugenio Gudin e Roberto Campos pela proximidade com Bulhões, além do reconhecimento que possuíam como intelectuais liberais que serviram como a base do pensamento e do discurso de Said Farhat e posteriormente Henry Maksoud nos editoriais. Não nos iludiremos na busca de encontrar os posicionamentos destes intelectuais de forma linear, e sim perceber os padrões parciais dentro do campo que analisaremos. Compreendemos que os intelectuais que circulam na revista possuem o padrão liberal, mas é interessante buscar as tensões dentro dos padrões, pois é neles que perceberemos as incoerências nos discursos e as porosidades do campo. Isto é, em que momento estes liberais que defendem o Estado mínimo ou a diminuição da intervenção estatal pecam nas entrelinhas ao defender alguma medida de ação do governo que vai contra seus dogmas?

Através das discussões apresentadas neste primeiro capítulo, sobretudo com as noções de hegemonia e campo, como da revisão das discussões a respeito da economia política brasileira do período, estaremos prontos para partir para o próximo passo, que é analisar o “Anuário quem é quem na economia brasileira”.

Capítulo 2: A PROPOSTA LIBERAL NOS EDITORIAIS “QUEM É QUEM” E NA COLUNA DE OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES

O presente capítulo irá explorar a visão liberal de Said Farhat e Henry Maksoud em seus editoriais, procurando identificar como os editores se apropriam do discurso do liberalismo econômico para abordar assuntos referentes ao avanço do Estado sobre a economia e do capital estrangeiro. Procuraremos demonstrar como as argumentações dos editores refletem os interesses dos grupos os quais representam, sobretudo o capital privado nacional. Após, para complementar a análise, utilizaremos a contribuição de Octávio Gouvêa de Bulhões na sua coluna para o anuário, para assim identificarmos se o intelectual mantém posições parecidas ao dos editores nas suas colocações.

2.1 POSICIONAMENTO LIBERAL NOS EDITORIAIS DE SAID FARHAT PARA “QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA” E OS LIMITES DO ALINHAMENTO E CRÍTICA AO ESTADO

Iremos neste tópico discutir editoriais escritos por Said Ibrahim Farhat, entre os anos de 1967 até 1974, buscando elucidar como eram colocadas as demandas das elites empresariais, e também o modelo de defesa da empresa privada nacional durante o auge da proposta desenvolvimentista guiada pelo chamado modelo do Tripé (capital estatal, capital privado nacional e capital privado internacional). Os recortes discursivos trazidos neste momento irão situar a fonte dentro da proposta teórica que visa problematizar o anuário “Quem é quem na economia brasileira” como um campo que refletia os anseios de uma classe economicamente hegemônica, dentro da perspectiva Gramsciana, no qual, se estabelecem relações entre os agentes envolvidos, em um momento da história econômica brasileira em que se travavam grandes disputas ideológicas entre correntes liberais e desenvolvimentistas.

Dentro deste cenário, Said Farhat apresenta editoriais de menor potencial crítico no que se refere ao Estado desenvolvimentista e interventor da economia. É possível identificar uma postura de aparente apoio de Said Farhat, que em editorial do ano de 1970, enaltece os seis anos da “Revolução de 1964”, momento em que o Brasil vivia o auge do milagre econômico, e também a intensificação das medidas repressivas através do AI-5:

A Revolução de 1964 deixou de lado a posição cômoda e se preocupou com os pormenores desagradáveis, enfrentando-os até com a coragem de desgastar-se diante de alguns setores da população, durante anos viciados na prática de um tipo de raciocínio incompatível com o verdadeiro desejo de mudar. Talvez ela não tenha criado uma mística para substituir a poderosa mudança total das tais estruturas. Mas, em compensação, ela fez tudo o que pode a cada momento para melhorar a vida do povo brasileiro, ajudar a criar um espírito de nação e restabelecer um carinho e respeito pelas coisas do país que há muito não se sentiam. A Revolução cometeu erros, foi melhor numas coisas do que em outras, pois o talento de seus seis anos de poder, entretanto, demonstra que ela acertou mais do que errou (FARHAT, 1970, p.60).

Farhat assinala que a revolução cometeu erros, mas que acertou mais do que errou, apontando o chamado desejo de mudar e a necessidade de se criar um espírito de nação que estaria se perdendo antes de 1964.⁵⁰ Interessante verificar que neste ponto, o posicionamento de Farhat se alinha com o do governo militar e se direciona aos acertos nas ações que suprimiram os movimentos anteriores, remetendo ao “perigo comunista” que pairava o governo Goulart. As elites se posicionaram contrárias ao chamado desenvolvimentismo nacionalista do período, na figura de Celso Furtado e do Plano Trienal de Reformas de Base, levando inclusive a articulações que derrubariam o governo, como apontam pesquisas clássicas, como a de Renné Armand Dreifuss⁵¹. Diante disto, entendemos quando Farhat se posiciona a favor do governo, e complementa dizendo que a “Revolução de 1964” recuperou o nacionalismo e recolocou o Brasil nos trilhos. No entanto, se no plano político Farhat apoia os acertos, no campo econômico a aproximação se dá na sinalização do governo às políticas de reprivatização de setores produtivos nacionais:

Há que assinar, ainda, um começo de esforço de reprivatização da economia. A simples associação da Petrobrás com empresas privadas e a da Vale do Rio Doce com a U.S Steel já seriam sintomas animadores; mas não se pode negar a sinceridade com que o Governo quebrou o monopólio virtual das linhas internacionais de navegação. (FARHAT, 1970, p.61)

⁵⁰ Os liberais, em seus diversos matizes – de pragmáticos a doutrinários, de fisiológicos a oligarcas, de centro e de direita, articularam e apoiaram o golpe, salvo honrosas exceções. A grande empresa, os grandes empresários e suas associações, os políticos udenistas, velhos inimigos do trabalhismo e do getulismo, profissionais liberais, foram peças importantes na conspiração contra Goulart. (NAPOLITANO, 2014, p. 81)

⁵¹ DREIFUSS, Renné Armand *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

O trecho evidencia o otimismo de Farhat ao perceber a associação de empresas estatais com empresas privadas e a quebra de monopólios estatais em áreas de infra-estrutura da economia nacional, no entanto, destaca a sinceridade com que o governo faz isto. Neste ponto, uma das possibilidades é entender que Farhat coloca a ação estatizante como necessária durante os anos iniciais do governo militar, mas que com a retomada do crescimento econômico, o direcionamento deveria voltar-se para uma guinada do setor privado com a reprivatização. Com isto, a intervenção estatal modelada através dos desenvolvimentistas, bem como a ampliação do investimento em empresas estatais representariam fases transitórias e necessárias para a superação da crise e redirecionamento do Brasil ao desenvolvimento econômico.

A fase posterior, isto é, a passagem dos capitais das empresas estatais para o setor privado, ou a incorporação entre empresas dos três setores que formam tripé, é reforçada quando retornamos aos medos das elites empresariais pré-1964, quando existia a desconfiança de que o comunismo pairava sobre os ares do Brasil, e que melhor seria a instauração de um regime militar para garantia da propriedade privada, do que os capitais privados caírem em mãos “comunistas”. Temos então, as elites empresariais se direcionando a favor do regime militar através de um discurso pragmático, e o que une estas parcelas das elites privadas e estatais é o pano de fundo do desenvolvimentismo e da garantia da manutenção do nacionalismo, reforçado principalmente com as campanhas ufanistas que vinculavam no final dos anos 1960 e início dos anos 1970⁵².

Sobre a questão das expectativas das elites de uma ditadura transitória, que coibiria as forças que faziam pressões por políticas distributivas ancoradas nas reformas de base, o historiador Marcos Napolitano, alerta que para a manutenção de uma política de acumulação de capitais seria necessário uma ditadura de longo prazo, chocando-se desta forma com as expectativas dos grupos conservadores e liberais que apoiaram o golpe, os quais esperavam uma “intervenção saneadora” com a rápida volta das eleições.⁵³

⁵² FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: Ditadura, Propaganda e Imaginário Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

⁵³ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

Said Farhat estava imbuído destas expectativas, considerando que o perigo comunista havia se estancado e que um novo momento estava surgindo, no qual, o direcionamento deveria acontecer no sentido da liberdade dos homens, e esta liberdade se ancoraria na segurança de empreender.

Feita a grande opção nacional de 1964, quando o povo brasileiro rejeitou e sepultou a tentativa de instalação de um regime comunizante ao arripio da tradição nacional, nós de Visão acreditamos firmemente que o Desenvolvimento de que o país precisa, inclusive para assegurar sua Segurança, só pode ser promovido, nos dias de hoje, por homens livres. Porque só na Liberdade é que o homem se realiza como ser racional, quer dizer, com inteligência criadora, e não apenas como último degrau da escala biológica. (FARHAT, 1971, p.44)

É interessante notar alguns pontos na citação, o primeiro já apontado como o sepultamento da instalação de um regime comunizante, o segundo faz referência à racionalidade dos homens associada à liberdade e a inteligência criadora. Percebemos a aproximação de Said Farhat com os pressupostos ideológicos da economia política liberal, logo, as correntes neoclássicas, base na microeconomia, apontam a racionalidade dos agentes econômicos, e quando Farhat cita a inteligência criadora é possível remeter ao pensamento de Joseph Alois Schumpeter, com a famosa teoria da destruição criativa, motivada pelo poder de inovação da iniciativa privada em contraste com a morosidade e a falta de estímulos à inovação das empresas estatais⁵⁴.

Podemos fazer outro deslocamento encoberto pelo discurso de Said Farhat, pois neste trecho selecionado do editorial aparecem três conceitos importantes: desenvolvimento, segurança e homens livres. Quando o autor se refere a segurança, percebemos que ela deve se destinar aos chamados homens livres, metáfora que substitui os grupos sociais e políticos que apoiavam a ditadura e financiavam a repressão, que se encontrava em seu auge quando Farhat escreveu este editorial.

Em relação ao conceito desenvolvimento, associado ao crescimento econômico, surgiam interesses geopolíticos norte-americanos sobre países periféricos do capitalismo mundial. Neste contexto estava no auge o pensamento a respeito da Segurança Nacional e Desenvolvimento, do Ex-Secretário da Defesa dos

⁵⁴ SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

Estados Unidos durante o governo Kennedy e Johnson, entre 1961 a 1967, e Presidente do Banco Mundial entre 1967 a 1981, Robert McNamara⁵⁵.

Na sua obra *A Essência da Segurança*, de 1968, McNamara define desenvolvimento e relaciona o conceito com a segurança dos países periféricos da seguinte forma:

Embora todas essas advertências sejam bastante claras, permanece o fato incontestável de nossa segurança estar diretamente ligada à segurança desse novo mundo em desenvolvimento, e nossa função deve ser, precisamente, esta: auxiliar a proporcionar segurança às nações em desenvolvimento que verdadeiramente necessitem de nossa ajuda e a solicitem, e que demonstrem estar dispostas e ter capacidade de ajudarem-se a si próprias. O ponto principal da questão está em que nem sempre compreendemos o significado da segurança nesse sentido. Numa sociedade em que está modernizando, segurança significa desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora este possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. É desenvolvimento; e sem desenvolvimento não pode haver segurança (MCNAMARA, 1968, p.173).

Atrelado ao desenvolvimento e a segurança nacional, está o homem livre, imbuído destes conceitos e comprometido com a nação, um grupo que compactua com os governos militares, normalmente ligado aos grupos hegemônicos nacionais, tanto ligadas ao empresariado como ao governo, o qual é colocado por McNamara como agente fundamental para a manutenção da segurança:

A força militar pode auxiliar a manter a lei e a ordem, mas tão somente no caso de já existirem lei e ordem na sociedade em desenvolvimento, disposição básica da cooperação da parte do povo. A lei e a ordem são o escudo sob cuja proteção pode ser atingido o desenvolvimento, fato fundamental da segurança. [...] À medida que o desenvolvimento progride, progride a segurança; e quando o povo de um país tiver organizado os recursos humanos e naturais para proporcionar a si próprio aquilo de que necessita e espera da vida, e tiver aprendido a acomodar-se pacificamente, em meio às exigências competitivas, nos grandes interesses da nação, então sua resistência à desordem e à violência aumentará enormemente (MCNAMARA, 1968, p.174-175).

Desta forma, percebemos a especificidade do trinômio desenvolvimento, segurança e liberdade, ou seja, a liberdade é diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico, e a segurança é a dos homens livres contra os regimes estranhos aos interesses do capital. Quando identificamos estas características

⁵⁵ MCNAMARA, Robert. **A Essência da Segurança: Reflexões de Um Secretário da Defesa dos Estados Unidos**. Trad. Leonidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1968.

pragmáticas no discurso de Farhat, consolidamos a hipótese de que as elites que representavam o anuário, na figura de seus articulistas, como no caso de Farhat que era proprietário do Grupo Visão, situavam-se dentro de um projeto intelectual que combatia a presença do Estado ditatorial dentro do âmbito econômico. Porém estavam alinhados com a doutrina de segurança nacional associada ao desenvolvimento, e as escolhas teóricas de Farhat reforçam este posicionamento, mesmo estando no auge do “milagre econômico” e do otimismo por um Brasil que estaria se tornando uma potência econômica mundial e com homens livres comprometidos com este processo.

No terceiro ponto que procuramos destacar, Farhat associa segurança com liberdade. A questão da segurança nacional é um dos principais temas debatidos neste momento, doutrina formulada a partir da Escola Superior de Guerra com base na doutrina de Segurança de Robert McNamara, a qual teve como um dos seus principais mentores o General Golbery Couto e Silva.⁵⁶ A Doutrina de Segurança Nacional ganhou força durante os ciclos de repressão, como bem demonstram autores como Maria Helena Alves e Adriano Codato. A proposta é que a periodização do regime militar alterna períodos de liberalização e de repressão, e para melhor compreender os movimentos ideológicos compreendidos no anuário devemos considerar estes diferentes momentos.

No recorte da pesquisa percebemos quatro ciclos, dois de liberalização e dois de repressão. O primeiro ciclo marca a liberalização, 1967 – 1968: adoção de “políticas de alívio” pelo Governo Costa e Silva, que envolvia tentativas de negociação com a oposição. O segundo ciclo repressivo, e o mais longo entre 1969 – 1973, marca enfrentamentos com a luta armada e a constituição de um aparelho repressivo-militar. O terceiro de liberalização entre 1974-1976, com política de distensão, adotada pelo governo Geisel; e o quarto ponto, localmente em São Paulo, entre 1975-1976, enquanto a nível nacional havia um ciclo de liberalização, localmente havia um ciclo de repressão a fim de enfrentar a emergência de uma grande frente de oposição. (CODATO, 2004, p. 4)

Estes ciclos são importantes para pensar o objeto e a problemática envolvidos, no caso deste tópico, estamos lidando com a fonte durante um ciclo

⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

repressivo, e não devemos negligenciar estes momentos ao analisar o teor com que Said Farhat constrói suas argumentações durante os editoriais, bem como o teor com que são abordados os demais conteúdos publicados pela revista.

O anuário não tocava nos assuntos da repressão e da tortura que aconteciam no âmbito político nacional durante o período, e quando certas informações eram vinculadas pela mídia internacional o anuário tratava de desmentir e atribuir tal acusação a uma suposta “inveja” dos países desenvolvidos perante o desenvolvimento econômico do Brasil. Podemos perceber essa questão ao retomar o editorial de 1970, no qual Said Farhat aponta que:

Mas é por tudo isso mesmo que Visão não pode deixar de deplorar – como fizemos em nosso editorial de 1º de agosto – que a opinião pública mundial continue a ser envenenada, através de órgãos da maior responsabilidade, quanto ao ambiente político em que vivemos. Agora, à calúnia gratuita junta-se a mentira premeditada, com a publicação no exterior de fotos de treinamento de comandos para a luta antiguerrilha, como se fossem documentos da existência de torturas sistemáticas, praticadas nas prisões brasileiras com a conivência do governo. Talvez esse seja o preço que tenhamos de pagar pela possibilidade, que se avizinha, de este país vencer a ladeira íngreme do subdesenvolvimento. Talvez seja o preço a pagar àqueles que sonharam com a socialização da miséria e não suportam ver aquilo que não podem negar: o progresso do Brasil, do qual este “Quem é quem na economia brasileira” é um espelho (Quem é quem na economia, 1970, p.61).

No entanto, a questão ideológica se faz presente ao delimitar de um lado o desenvolvimento próximo do país, e do outro o período pré-1964, quando Farhat refere-se à socialização da miséria, remetendo “aos que sonharam com”. Diante disto, percebemos o embate ideológico presente no material, e o alinhamento neste período com as políticas econômicas do governo, inclusive colocando “Quem é quem” como um espelho deste momento. A publicação refletia também o sentimento ufanista do governo, cercado-se da aura nacionalista, no qual, o Brasil se projeta internacionalmente como um país que está superando a íngreme ladeira do subdesenvolvimento.

O discurso a respeito do desenvolvimento, neste editorial, sempre se faz em conjunto com a derrota do comunismo, e com a negação da repressão aos subversivos. Mais uma vez percebemos o modelo de desenvolvimento exposto por Robert McNamara. No discurso oficial o desenvolvimento econômico está acontecendo, e na medida em que ele acontece, a segurança nacional está cuidando para que a guerrilha seja suprimida através do treinamento dos comandos, garantindo

a liberdade dos homens livres. Nega também a repressão sob o discurso de que os olhares dos conspiradores do desenvolvimento estejam plantando notícias falsas na imprensa internacional.

Retomando as divisões dos ciclos ideológicos do desenvolvimento brasileiro, formuladas por Ricardo Bielschowsky, percebemos a presença das tensões entre os chamados grupos neoliberais/desenvolvimentistas não nacionalistas, com os grupos os quais rivalizavam, principalmente os desenvolvimentistas nacionalistas. A partir da sistematização de Bielschowsky, podemos fazer uma inferência aproximando Said Farhat e posteriormente Henry Maksoud, com a corrente Neoliberal e desenvolvimentista não nacionalista, por mais que assinalemos que essas categorizações não são fixas, pois existe a flutuação do pensamento destes atores.

Tal inferência pode ser justificada pelos espaços dados na publicação a intelectuais como Roberto Campos, Octávio Gouvêa de Bulhões e Eugênio Gudin. Todos eram mentores das correntes de pensamento econômico neoliberais apontadas por Bielschowsky, e eram a baliza teórica do discurso pragmático da revista ao tratar de um projeto de sociedade. No entanto, é preciso tomar cuidado para não tratar o tema de forma dicotômica, os movimentos intelectuais, principalmente os trabalhados pela revista oscilavam entre o apoio (aproximação) e a críticas à política econômica do governo que levou à hipertrofia do Estado (distensão), além da desconfiança perante as multinacionais como veremos a seguir. Desta forma, dentro do discurso existente referente ao pensamento econômico brasileiro, Maria de Mello Malta discorre que a formação do pensamento econômico brasileiro é um emaranhado de disputas políticas entre os diversos grupos envolvidos, não sendo possível explicitar de forma clara os limites entre as diversas visões, mas aponta para a influência das ideologias neste processo:

Segundo a nossa análise, não existe sistema de economia política que deixe de se organizar a partir de um sistema ideológico. Tais sistemas ideológicos são resultado de transformações históricas repletas de lutas políticas, que por sua vez são o contexto sob o qual se desenvolve, de uma forma ou de outra, um sistema analítico de referência (MALTA Et Al. 2011, p.35).

Os projetos de sociedade guiados pelo liberalismo apresentados durante a ditadura militar brasileira pelas elites, como no caso do anuário do Grupo Visão, que muitas vezes nos seus pormenores destoam do ideal nacional de desenvolvimento, expõem posicionamentos que buscam esforços para manutenção dos interesses do

capital privado nacional dentro de uma retórica pragmática indicando os caminhos para se chegar ao desenvolvimento, e que, anseiam por manter os capitalistas nacionais como principais grupos hegemônicos. Sobre estas discussões, assim como o pano de fundo da pesquisa de Bielschowsky era o desenvolvimento, estudos mais recentes ainda o colocam como cenário de disputas ideológicas, inclusive com os liberais apoiados no conservadorismo utilizando este discurso:

É nessa época que o pensamento econômico conservador emerge com força nos debates ideológicos nacionais e, junto com o golpe civil-militar de 1964, seus adeptos são alçados ao comando do Estado e passam a postular novos rumos para o desenvolvimento econômico brasileiro. Neste contexto, os projetos de estabilização e crescimento econômico propostos por Roberto Campos, Antônio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen e João Paulo Reis Velloso (Simonsen e Campos, 1974 e 1975; Velloso, 1978) ganham o espaço público, porém ainda se justificam no bojo do projeto desenvolvimentista, já definido anteriormente como o projeto de superação do subdesenvolvimento por intermédio da industrialização integral, do planejamento e decidido apoio do Estado. Assim, ainda que a abordagem teórica de base e o construto ideológico de referência tenham sido modificados, em um novo contexto político o tema do desenvolvimento permanecia na agenda brasileira, inclusive adaptando as teorias liberais para as necessidades da realidade nacional (MALTA, 2011, p.46-47).

Quando Maria de Mello Malta argumenta que o desenvolvimentismo adaptava teoria liberais para as necessidades da realidade nacional reforçamos a ideia do pragmatismo, onde as necessidades materiais e de produção dos grandes empresários nacionais eram colocadas em pauta no discurso de Farhat. Ou seja, provavelmente havia o receio de uma mudança de estruturas que alterasse a posição hegemônica dos grandes empresários nacionais, que enfrentavam as incertezas da mudança de cenário político e econômico, que refletia no discurso do editorial de Said Farhat.

Abordaremos na próxima seção possíveis contradições no pensamento liberal de Farhat, onde o editor oscila entre apoio ao governo e desconfiança em relação ao capital estrangeiro. Ao se voltar ao capital internacional, é importante perceber como o liberal tratava de tema tão controverso em seus editoriais, e por fim, verificaremos se o seu discurso é compatível com os jargões que muitas vezes lança nos editoriais sobre a essência da livre iniciativa. Segundo Farhat [...] *a essência do regime capitalista é o direito de cada qual pegar sua cruz e levá-la aonde quiser, com seus meios, seu talento, sua ousadia e seu trabalho* (Quem é quem na economia, 1972,

p.10). Veremos se essas premissas se aplicam quando trata da questão das multinacionais.

2.2 FARHAT E MAKSOUD: ENTRE A CRÍTICA E O APOIO AO ESTADO

Nesta seção traremos reflexões através de análises do anuário “Quem é quem na economia brasileira”, porém, como fonte complementar utilizaremos dois editoriais da revista Visão assinados por Henry Maksoud, datados de 10 de fevereiro de 1975 e 24 de fevereiro de 1975, em que é lançada a campanha anti-estatizante na revista, inspirada no discurso realizado por Eugênio Gudin em dezembro de 1974 durante a cerimônia de entrega do prêmio “Homem de Visão”. Os fragmentos são do período estabelecido dentro do recorte temporal, abordando tanto o período Farhat, como o período Maksoud, focando em elementos que demonstram as tensões entre os grupos envolvidos, principalmente no que se refere ao mal-estar percebido nos editoriais pelo avanço do capital estatal na economia.

Utilizaremos inicialmente dois recortes para demonstrar o posicionamento ideológico da revista dentro da esfera liberal e contrária a ampliação do capitalismo de Estado. Primeiramente com o editorial de Quem é Quem na Economia Brasileira de 1969, assinado por Said Farhat, e posteriormente um trecho do editorial de 1976 do mesmo anuário, mas assinado por Henry Maksoud:

O Brasil, afinal, precisa resolver para onde vai, em termo de economia: em sentido estatizante, que chama a si desnecessariamente o risco “que é a essência da iniciativa privada”, ou continua dando a esta condição para se fortalecer e desenvolver cada vez mais, liberando os recursos oficiais para tantas coisas, como educação, saúde pública, onde tanto resta a fazer, com urgências. (Quem é quem na economia. 1969, p.25)

[...]

Justamente o que se vem discutindo no Brasil, nos últimos tempos com maior intensidade, é a crescente concentração do poder econômico nas mãos do Estado e, em especial, a ampliação das posições do capitalismo de Estado na esfera de bens e serviços, abalando o setor privado nacional, que, em vez de ser fortalecido, como recomendam os princípios constitucionais, vai sendo enfraquecido, pelo menos em termos relativos. (Quem é quem na economia. 1976, p.7)

Claramente os recortes demonstram o posicionamento contrário a “invasão” do Estado na economia, dentro de um contexto em que os capitalistas nacionais passavam por incertezas e expressavam seus descontentamentos, e por que não, medo de perda da sua hegemonia econômica. Ao apontar os direcionamentos que

deveriam tomar os investimentos estatais, Farhat, que reproduzia uma espécie de discurso pragmático liberal, aponta o caminho de um desenvolvimentismo estatal baseado em investimentos para promover o Bem-estar social. Interessante quando propõe os investimentos do governo em educação, pois, como virá a apontar o Censo de 1970, as desigualdades no Brasil haviam aumentado em contraste ao “milagre”. Fator que foi justificado no discurso oficial devido a pouco investimento na educação e não devido a estrutura de acumulação de capitais das elites brasileiras. Sobre a desigualdades observadas na relação entre capital e educação, Claudio Salm argumenta que:

Em decorrência, a massa de renda capaz de sustentar o consumo “moderno” ou dinâmico teria quase dobrado na década de 1960. Seria, portanto, um equívoco falar em tendência à estagnação seja pela falta de mercado consumidor decorrente da má distribuição de renda, seja pela insuficiência de poupança. Antecipam, assim, o que o censo de 1970 iria mostrar: maior concentração de renda em comparação com 1960, fenômeno que a versão oficial atribuirá às desigualdades educacionais, com base na Teoria do Capital Humano (SALM, 2011, p.187).

A citação atenta que a posição governamental da época, ao se deparar com a desigualdade de renda e estagnação do crescimento, não realizou um diagnóstico baseado nas diferentes concentrações de capitais nos setores produtivos, onde setores intensivos em capitais conviviam com setores com poucos investimentos, inclusive com agricultura de subsistência, demarcando um fenômeno chamado heterogeneidade estrutural⁵⁷, bem como com o crescente arrocho salarial da classe trabalhadora que influenciou na diminuição do consumo dessas classes. Ao contrário, ao sinalizar no sentido do pouco investimento em educação, o governo direcionava a crítica não nas estruturas produtivas e no problema de concentração econômica de capitais por algumas elites, mas sim na falta de investimento público em educação que gera desigualdades. A explicação pode ser válida em partes, porém as políticas econômicas industriais do governo e o crescimento nos anos do “milagre”, podem ter levado a um crescimento dos grupos hegemônicos que representavam o capital.

Maksoud por outro lado destaca o Capitalismo de Estado como concentrador de mercado e capitais, sobretudo quando aponta para a inserção do capital estatal no

⁵⁷ Concentrando-se nos setores modernos ou penetrando apenas parcialmente nos setores atrasados, os investimentos acentuavam a heterogeneidade tecnológica e provocavam a marginalização da mão de obra que vai se concentrar em “áreas econômicas residuais”, ainda que funcionais (SALM, 2011, p.1840).

mercado de bens e serviços e o estímulo que foi dado ao capital estrangeiro no período, colocando em segundo plano o empresário nacional dentro da retórica do desenvolvimento. O posicionamento de Maksoud na citação equivale a uma discussão estabelecida por Maria da Conceição Tavares, dentro de uma concepção teórica do modelo do tripé:

O Estado brasileiro que emerge com o golpe de 1964 não teria maiores compromissos com a chamada burguesia nacional e disporia de grau maior de liberdade para estabelecer novas formas de associação com o capital estrangeiro em setores estratégicos. Ao empresariado nacional, no novo esquema, restava um papel secundário, cabendo ao Estado prover as multinacionais de insumos e de infraestrutura. Estado e multinacionais se associam em grandes empreendimentos (mineração, petroquímica, transportes, energia), o que vai configurar um novo estilo de desenvolvimento capitalista no Brasil, cujos traços principais foram o maior peso, a complementaridade mais ampla de seus setores de ponta e a mais visível “solidariedade” entre o Estado e o capital estrangeiro no que tange aos investimentos mais dinâmicos (Tavares, [1972] 1973 citado por SALM, 2011, p.183).

A colocação do editor demonstra uma preocupação em relação aos espaços que o Estado estava assumindo modificando a estrutura de acumulação das elites brasileiras, e colocando em segundo plano a burguesia nacional. Podemos interpretar o posicionamento de Maksoud como um alerta aos empresários nacionais de que estava havendo uma nova configuração dentro da hegemonia econômica nacional, com o capital estatal solapando a acumulação que deveria estar nas mãos do capital privado nacional.

Cabe destacar, também, na citação que Maksoud para os princípios constitucionais que recomendam o incentivo do governo às empresas privadas nacionais, e que com o avanço do capitalismo de Estado isto não estava sendo cumprido. Estes princípios se encontram na Constituição Federal de 1967, no seu Art. 163.

Art 163 - Às empresas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

§ 1º - Somente para suplementar a iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente atividade econômica.

§ 2º - Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas pública, as autarquias e sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e das obrigações.

§ 3º - A empresa pública que explorar atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas.⁵⁸

A constituição dava privilégios às empresas privadas para a organização e exploração das atividades econômicas, porém, quando abre espaço para o Estado suplementar os investimentos onde as empresas privadas teoricamente não poderiam investir, possibilita o avanço da atividade legal por meio do planejamento. Mesmo que a Constituição, fosse a mais privatista que o Brasil teve até então, existiam controvérsias, pois ao mesmo tempo em que priorizava a iniciativa privada, também possibilitava a intervenção do Estado na economia e incentivava a entrada de capitais estrangeiros.⁵⁹ Roberto Campos aborda esta questão na sua obra *A Lanterna na Popa*, que [...] só se permitiria o monopólio do Estado sobre a atividade econômica quando ele se aplicasse a “setor que não possa ser desenvolvido com eficiência num regime de competição e de liberdade de iniciativa” (CAMPOS, 1994 pg.790).

Percebemos na citação do editorial de Said Farhat de 1969, a sinalização para que o país escolhesse o caminho a seguir, aconselhando a deixar os riscos desnecessários para a iniciativa privada, redirecionando os recursos para políticas de bem-estar social, e por mais que não citasse a constituição de 1967 alinhava seu discurso com ela. Existe um cuidado para com as críticas ao governo, provavelmente porque Farhat tinha uma boa relação com o governo, e a evidência desta afirmação é que após a venda da publicação à Henry Maksoud, Farhat teve um cargo no governo Geisel e após foi um influente ministro da comunicação no governo Figueiredo. Acreditamos por isto que a cautela das críticas ao governo não se deve a censura dos meios de comunicação, pois o governo militar não se envolvia na restrição dos assuntos econômicos, pois a maior preocupação se voltava aos assuntos políticos contrários à “revolução”. Claudio Salm, que foi funcionário do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em capítulo que escreveu para a coletânea *Ecos do Desenvolvimento*, relata que a instituição não sofreu nenhum tipo de restrição durante a censura do governo militar:

⁵⁸ PLANALTO FEDERAL. **Constituição Federal de 1967**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

⁵⁹ Meu ceticismo em relação a texto constitucionais é hoje acachapante. Tal como concebida, a Constituição de 1967 foi a mais antiinflacionária e uma das mais privatistas do mundo; [...] o governo só poderia intervir no domínio econômico se houvesse desinteresse do setor privado ou necessidade inadiável de segurança nacional. Entretanto 24 anos que se seguiram àquela Constituição, tanto a inflação como o estatismo continuaram sua marcha impávida. (CAMPOS, 1994 Pg. 1183)

Vale lembrar que entre os militares não eram poucos os que assumiram posturas nacionalistas, estatizantes. Não havia “pensamento único” na corporação e talvez por isso a censura tenha sido bem mais amena no debate econômico do que em outras áreas. Reafirmo que no Ipea havia ampla liberdade e aproveitou para dar os devidos créditos ao ministro Reis Velloso e ao superintendente de então, Roberto Cavalcanti, que não só garantiram a liberdade de opinião e pesquisa como jamais permitiram, que eu saiba, qualquer ingerência dos órgãos de segurança no instituto (SALM, 2011, p. 170).

Desta forma, existia certa liberdade da imprensa ao debater os assuntos econômicos, porém, em relação à condução política a censura era muito mais presente. Farhat fazia bem o papel de aproximação com o governo federal, apresentando inclusive editoriais bem elogiosos à política econômica do governo. Sabia que as tensões entre estes dois grupos hegemônicos (capital privado nacional e Estado), deveriam ser bem equalizadas, dentro de uma proposta de equilíbrio de interesses. Como bem demonstra o editorial de 1970, durante o governo Médici:

Seis anos de prosperidade é o pensamento que ocorre ao encerrarmos este quarto número do nosso “Quem é quem na Economia Brasileira”. [...] As sementes plantadas em 1964 a 1967, sob a inspiração do espírito reformista de Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, frutificaram na gestão criativa de Antônio Delfim Neto, a ponto de permitir que hoje se olhe o futuro do Brasil com otimismo e esperança.

Falava-se muito em mudanças de estrutura, mas é fato histórico que ninguém tinha ideia muito precisa de que novas estruturas deviam substituir as velhas (Quem é quem na economia, 1970, p.60).

Quando Farhat escreve que se falava muito da mudança de estruturas, claramente fazendo menção ao Plano Trienal do governo Goulart, quando no início dos anos 1960 entrou em pauta de discussão as chamadas Reformas de Base, e que causou muita desconfiança das elites econômicas nacionais. O termo Revolução também é utilizado ao fazer referência ao golpe de 1964, e no mesmo editorial de 1971, Farhat se posiciona a respeito de assuntos como capital estrangeiro, capital nacional e a preservação da iniciativa privada:

Não menos para nos orgulharmos é o papel que desempenhamos na propugnação da ideia de defesa da pequena e média empresa brasileira. Visão reconhece e proclama sem medo que o Brasil não pode desenvolver-se sem uma vultuosa e constante participação do capital e da técnica estrangeiros. Mas é igualmente importante, se não mais, é que a essência do regime da livre iniciativa no Brasil – e, portanto, da preservação das liberdades cívicas que a Revolução de 1964 promete manter – está indissolavelmente ligada ao fortalecimento da empresa brasileira de pequeno e médio porte. (Quem é quem na economia, 1971, p. 44)

Farhat diz que Visão reconhece e proclama sem medo que o Brasil não pode desenvolver-se sem o capital estrangeiro, mas é preciso ter cuidado ao analisar esta afirmação, pois implicitamente existia a tensão da iniciativa privada nacional a respeito da inserção de capital estrangeiro na economia nacional. Enquanto que o governo buscava atrair o capital estrangeiro, levando a uma maior concentração de renda observada após os anos de crescimento da economia entre 1967 a 1973⁶⁰.

Maksoud, por outro lado, já é bem mais incisivo nas críticas ao governo. No editorial do anuário de agosto de 1975 critica a necessidade de o Estado intervir na economia como promotor do desenvolvimento, apontando a “falácia dos espaços vazios”:

A falácia da moda é a de que o Estado não estaria invadindo áreas da iniciativa privada, mas investindo na infra-estrutura que propicia o desenvolvimento do setor privado e cobrindo “espaços vazios” deixados pelos particulares. Empreendedores e empresários, entretanto, que sofrem na própria carne a atuação “indiscriminatória” e a intromissão indébita das empresas do governo, não veem da mesma forma simplista o processo estatizante do país. Não manipulam dados, mas assistem à invasão do Estado, em todas as áreas, sob diferentes pretextos. (Quem é quem na economia, 1975, p.4)

A campanha anti-estatizante de Maksoud já havia começado um pouco antes, logo que assumiu o grupo Visão, em dois editoriais da revista Visão, quinzenais de fevereiro de 1975, escreveu “A Falácia do Espaço Vazio I” e “A Falácia do Espaço Vazio II”. E nestes editoriais o avanço do capital estatal não era a única preocupação de Maksoud, também sinalizava para uma possível ocupação do capital estrangeiro nestes espaços vazios com a chancela do governo.⁶¹

Ao tocarmos na chamada “Revolta dos Empresários”, antes de prosseguir na análise dos editoriais “falácias dos espaços vazios” escritos por Maksoud em 1975, precisamos contextualizar o que foi, e como se iniciou tal campanha anti-estatizante. O Economista neoliberal Eugenio Gudín, já com 88 anos foi agraciado com o prêmio

⁶⁰ (i) o padrão de distribuição condiciona a estrutura da pauta de importações e a estrutura produtiva por meio da extensão de mercados para bens específicos; (ii) o grau de concentração de renda está, em uma economia capitalista, relacionado à capacidade de poupar e investir. Juntando ambas as noções, observa que a concentração de renda no Brasil facilitou o tipo de crescimento rápido ocorrido entre 1967-1973, garantindo mercados em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, inclusive a partir de investimento estatal para estabelecimento de infraestrutura específica para este tipo de mercado, que utiliza tecnologia importada e é controlado por capital estrangeiro (MALTA, 2011, p.216-217).

⁶¹ Constitui um arquétipo destas afirmações doutrinárias e destes fins últimos a assertiva de que a ação empresarial do Estado se destina a preencher vazios deixados pela iniciativa privada nacional, vazios que, de outra forma, tenderiam a ser ocupados pelo capital estrangeiro. (Revista Visão, 1975a, p.13)

“Homem de Visão em 1974”, na condição de guru do liberalismo brasileiro e mentor intelectual de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões.⁶² Proferiu um discurso no Hotel Gloria, no Rio de Janeiro, por ocasião da concessão do prêmio que reverberou entre as elites intelectuais brasileiras, levando a mudança de posicionamento da revista em relação ao avanço do Estado na economia.

Não conseguimos o discurso de Eugênio Gudin na íntegra, alguns trechos foram publicados na revista *Digesto Econômico* de dezembro de 1974. De acordo com trabalhos consolidados sobre o assunto, como a dos pesquisadores Sebastião Velasco e Cruz, Adriano Codato e em informações publicadas por Élio Gaspari em sua obra *Ditadura Encurralada*, o marco do início da campanha antiestatizante era o discurso de Gudin, onde denunciava as “falácias do Estado interventor”:

Vivemos, em princípio, em sistema capitalista. Mas o capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas. Setores industriais, como os de energia elétrica, siderurgia, petróleo, navegação, portos, estradas de ferro, telefones, petroquímica, álcalis e grande parte do minério de ferro, que nos Estados Unidos estão em mãos privadas, foram no Brasil absorvidos pelo Estado. Bem como, em grande parte, a rede bancária que controla o crédito para as empresas privadas (Trecho do Discurso de Eugênio Gudin ao receber o Prêmio “Homem de Visão”).⁶³

Diante deste trecho do discurso de Gudin percebemos diferentes referências ideológicas, principalmente quando usa como baliza de análise “capitalismo” e “comunismo” para situar o que chamou de “capitalismo brasileiro”. No entanto, aproxima o capitalismo brasileiro ao comunismo após apresentar a apropriação pelo Estado de diversos setores da economia tanto no âmbito de serviços básicos como telefonia, quanto à indústria pesada citando a petroquímica e estradas. Ao usar de referência os Estados Unidos, reforça a postura do livre mercado, num momento histórico de Guerra Fria, em que o lado comunista era visto como subversivo pelo regime militar.

Considerando a influência que a fala de Gudin teve sobre as publicações de natureza econômica, sobretudo nos discursos pragmáticos/liberais, a revista *Visão* foi uma das primeiras publicações que seguiram a crítica apresentada por Gudin por

⁶² “Ninguém exerceu maior influência sobre minha formação de economista que Eugênio Gudin”. (CAMPOS, 1994 pg. 237)

⁶³ Citado por VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)**. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1995, p. 33.

ocasião do recebimento do prêmio. Feita esta contextualização retomamos as passagens do editorial de Henry Maksoud denunciando os “espaços vazios”.

Sobre as relações entre Estado e capital estrangeiro, Maksoud amplia a crítica, apontando que as relações com os investidores internacionais fazem parte da retórica governamental dos espaços vazios deixados pela iniciativa privada brasileira, e aponta para uma possível concretização da “falácia”:

A opção “Estado ou capital estrangeiro”, com que frequentemente se procura justificar o intervencionismo governamental tem sido abusivamente utilizada pela retórica política. O fato é que, se não se derem à empresa brasileira as condições necessárias à sua afirmação, aí sim, estaremos tornando aquele dilema cada vez mais real. Mas isto só acontecerá se, no Brasil, as pessoas responsáveis de toda a nossa sociedade não tomarem consciência do **real sentido da livre empresa e sua fundamentação nos homens empreendedores**. [...] Empresas privadas brasileiras tem sido subutilizadas, ou simplesmente impedidas de crescer, de aprimorar-se tecnologicamente, por que inúmeras vezes pessoas responsáveis da Administração preferiram ir buscar lá fora os bens e serviços que podemos perfeitamente produzir. E homens inovadores no campo dos negócios têm sido desestimulados e contidos nos processos burocráticos estatizantes que não raro apresentam matizes de incrível ficção kafkiano. E depois vêm dizer que há um espaço “vazio” que só pode ser ocupado pelo governo ou pelo capital estrangeiro. (Revista Visão, 1975b, p.11)

Os fragmentos destes editoriais, demonstram a posição ideológica assumida por Maksoud, e também pelo grupo Visão, e por mais que o campo assumido seja dentro da perspectiva da economia liberal, percebemos que no combate ao capital estatal também se amplia a desconfiança à infiltração do capital estrangeiro no país, temos então no discurso assumido por Maksoud uma contradição. Compreendemos que o papel do discurso liberal se pauta na livre iniciativa privada e na não intervenção do governo no mercado e na ideologia, por mais que como demonstramos no primeiro capítulo as ideologias estão imbricadas nas estruturas econômicas. Porém, o posicionamento de Maksoud contra o capital internacional ocupar os espaços vazios, e o pedido de apoio ao governo às empresas brasileiras vai contra as premissas que defende.

A contradição de Maksoud ao defender um “liberalismo nacional” e um protecionismo das empresas privadas nacionais perante o capital estrangeiro, se reforça entre 1977 e 1981, quando traz ao Brasil, por três vezes neste período, o teórico do neoliberalismo Friedrich Von Hayek para defender ideias como a não

intervenção do estado na economia, a mundialização dos capitais e o rompimento das barreiras nacionais para o fluxo de capitais e produtos entre os países.⁶⁴

Para aumentar o apelo da campanha contra o capital estatal, Maksoud lança algumas provocações no seu editorial, como forma de desconstruir a “falácia dos espaços vazios” e convocar a classe empresarial nacional para apoiar o movimento:

Não haverá empreendedores no Brasil? Serão os brasileiros, enquanto particulares, marcado por um tabu tropicalista, ou por maldição divina, que necessariamente os destine à mediocridade ou incompetência? Se é este o caso, que milagre é esse que os torna presumivelmente capazes, quando convertidos em dirigentes de empresas do Estado? (Revista Visão, 1975b, p.11)

Interessante quando Maksoud lança a questão da incapacidade dos dirigentes que estavam na iniciativa privada, quando convertidos a dirigentes estatais passam ser capazes de conduzir as empresas do governo para tapar os espaços vazios, e ironicamente coloca isto como um milagre. Este movimento entre dirigentes da esfera privada para a estatal e vice-versa é amplamente discutido nos trabalhos clássicos de Ben Ross Schneider e Luciano Martins⁶⁵.

A partir do exposto nesta seção, apresentamos evidências que buscam reforçar a problematização da pesquisa realizada. Considerando as particularidades do período analisado, temos o anuário “Quem é quem na economia brasileira” como um importante componente para representar estas tensões entre esferas de poder econômico e político brasileiro, no qual, o Grupo Visão, tanto no período Farhat quanto no período Maksoud, defendia um ideário liberal, contrário à intervenção do governo na economia.

Dentro do que expomos até aqui, reforçamos a utilização do referencial teórico apresentado, principalmente a partir de Bourdieu, Sirinelli, Raymond Williams e Gramsci. Compreendemos que a disputa não é presente só no mundo material, da produção econômica, passando ao campo da análise de poder simbólico e ideológico, onde o governo vendia a imagem e o ideário de desenvolvimento a partir da intervenção estatal na economia e da entrada de capitais estrangeiros. Por outro lado,

⁶⁴ PRUNES, Cândido Mendes. (Org.) **Hayek no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006

⁶⁵ MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p.265 & SCHNEIDER, Ben Ross. (1994), **Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil**. São Paulo, IDESP/Editora Sumaré, 1994.

se estabelecia uma disputa com campos ideológicos liberais da iniciativa privada, como fica evidente nos editoriais de Henry Maksoud e Said Farhat.

2.3 HONESTOS X DESONESTOS, O CAPITAL INTERNACIONAL NOS EDITORIAIS DE SAID FARHAT

Quando aborda a respeito do capital internacional, Said Farhat apresenta importantes ressalvas, principalmente quando distingue o capital internacional em honesto e/ou desonesto.⁶⁶ No recorte que escolhemos para iniciar a tratar este assunto, recorreremos inicialmente aos editoriais de 1967, quando este tema é tratado pela primeira vez. Compreendemos que naquele ano se iniciou o trabalho de Delfim Netto como Ministro da Fazenda do Governo Costa e Silva, e o otimismo posterior com o “milagre econômico” ainda não havia se espalhado entre as elites. No entanto, Said Farhat cita o “clima de harmonia” que foi instalado com a “Revolução de 1964”, e que estaria ameaçado pela atitude do capital internacional “mal intencionado”.

O clima de harmonia, que não existia anteriormente, foi implantado. Agora, ele ameaça quebrar-se não porque o Governo tenha sido assaltado por fúria nacionalista. Mas porque algumas empresas estão remetendo mensalmente dólares para suas matrizes no exterior, valendo-se para isso de balanços fictícios, que fazem desaparecer seus lucros reais, sobre os quais teriam que pagar imposto de renda. Um duplo crime contra o Brasil: sonegação de impostos e sangria de divisas. (Quem é quem na economia, 1967, p.161)

Farhat tira do governo a culpa pelo receio da quebra da harmonia, eximindo-o de uma fúria nacionalista. Nacionalismo que seria contrário ao liberalismo econômico que privilegia o estímulo da economia internacional, logo, o argumento do editor não vai contra suas premissas liberais, e nem descaracteriza o compromisso do governo com um modelo liberal, mas transfere a culpa da possível quebra de harmonia interna aos capitais internacionais que estavam agindo de forma predatória ao país, desalinhados com os objetivos de transformar o Brasil em um país desenvolvido economicamente, o que viria a ganhar mais força nos anos seguintes.⁶⁷

⁶⁶ O equilíbrio dinâmico entre as burguesias internas e externas no seio do Estado continua não apenas conflitante, mas eminentemente precário. Seja pela crise conjuntural, pelo fim de um ciclo especulativo ou por qualquer projeto que fracasse, o certo é que a dupla balança sempre (ROUQUIÉ, 1984, p.52).

⁶⁷ 1970 – 1973: Inspirada nos princípios da guerra passional, as propagandas do governo, difundida nacionalmente pela AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República – bombardeava permanentemente a população com a mística “Brasil Grande”, com as evidências dos progressos alcançados e o apelo agressivo dos projetos-impacto procurando explorar ao máximo o efeito ideológico das políticas sociais e da grandiosidade de alguns empreendimentos. (VELASCO & CRUZ, 1982, p.20)

O crime cometido pelas empresas internacionais traria ônus ao Brasil no sentido da sonegação de impostos e da sangria de divisas. Indiretamente prejudicaria o capital nacional pois não teria o mesmo volume de investimentos e a impossibilidade de realizar as mesmas transações internacionais que as multinacionais faziam ao transferir divisas para fora do país.

Pois bem, dentro do modelo de desenvolvimento que propõe a coalização de ações entre capital internacional, capital estatal e capital nacional privado, que configuravam o modelo do tripé, parecia que o capital internacional não estava tão comprometido com o crescimento do Brasil, mas apenas em ampliar seus investimentos e mandar o bruto dos lucros para suas matrizes. O capital privado nacional percebeu esta tendência de transferências de lucros para outros países, lucros que teoricamente seriam absorvidos pelos empresários brasileiros, fazendo com que a hegemonia econômica do capital privado nacional fosse depreciada ao longo do processo. Nenhum dos grupos econômicos parecia estar comprometido com o projeto de desenvolvimento econômico do Brasil, apenas se preocupavam com a manutenção e privilégios do seu grupo durante este processo de rearranjo econômico.

E como vemos nos editoriais do anuário, apesar do aparente discurso nacionalista e de apoio ao governo, a publicação defendia a manutenção dos seus privilégios econômicos, que aos poucos estavam sendo suprimidos pelo capital estatal e estrangeiro. Diante destes movimentos, o tripé não era tão harmonioso assim, mas com cada uma das “pernas” querendo se tornar maior. Mas neste momento, as críticas maiores de Farhat recaem sobre o chamado capital internacional desonesto: *Os desonestos, entra pelos olhos, estão semeando, entre o próprio empresariado e no próprio seio do Governo, o desencanto e a indignação natural dos logrados* (Quem é quem na economia, 1967, p.161).

Farhat cita os desonestos que estariam quebrando a harmonia, e se coloca ao lado do governo, apontando a indignação e desencantos aos responsáveis nacionais pelo desenvolvimento econômico brasileiro, ou seja, capital privado e capital estatal. Continua o editorial dizendo que não está buscando enumerar novos inimigos, que segundo ele, já possuem muitos:

A iniciativa privada já tem inimigos em número suficiente para que se dê ao luxo de criar mais adversários. Ou de implantar dissensões em seu próprio seio. O capital nacional, honesto, sabe disso. O capital estrangeiro, honesto, sabe disso (Quem é quem na economia, 1967, p.161).

Neste trecho é onde surge o termo capital nacional honesto e capital estrangeiro honesto. Não cita de forma direta quem são os outros inimigos da iniciativa privada, mas pelo momento político, entendemos que as preocupações da iniciativa privada nacional eram as desconfianças perante políticas desenvolvimentistas que previam grande intervenção do governo na economia. Implicitamente, também estava embutido o medo do “perigo comunista” que se avizinhou durante o governo Goulart, e no âmbito macroeconômico o problema de inflação crônica que o país enfrentava. Enfim, estes seriam os principais focos de preocupação das elites liberais. Porém, para elucidar essas questões, é necessário perceber quem são os honestos, e como eles podem auxiliar para a retomada do clima de harmonia, defendendo as ações do governo na tentativa de minimizar o problema de remessas de lucro destes desonestos ao exterior:

Mais que melancólico, o trágico no episódio é a forma pela qual se procura distorcer os fatos, sempre em nome da defesa da livre iniciativa – que na verdade é prejudicada. Quando o governo exigiu, há dois meses, a identificação dos compradores de dólares, houve protestos contra a medida, que contrariava o “liberalismo econômico” (Quem é quem na economia, 1967, p.161).

Percebemos no trecho acima uma tentativa do governo de combater os inimigos, porém, à remessa de lucros ao exterior e a identificação dos compradores de dólares são uma contraposição do ideário liberal, mas que logo em seguida Said Farhat se justifica ao dizer que seria uma distorção dos fatos usando como bode expiatório a defesa da livre iniciativa e o liberalismo econômico. A defesa da livre iniciativa seria apenas para os honestos, e não para os desonestos que deturpam suas políticas. Pois bem, neste ponto percebemos uma delimitação do campo ideológico de Farhat, pois, ambos são liberais, tanto honestos quanto desonestos, mas, a revista alerta contra os desonestos que usam de forma equivocada os pressupostos do liberalismo econômico, demarcando um aspecto do *habitus* liberal de Farhat e a porosidade no campo⁶⁸.

Compreendemos que o ano de 1967 era cercado de incertezas em relação ao desenvolvimento do Brasil, e que nos anos seguintes o surto de crescimento do

⁶⁸ A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (*habitus* filológico, *habitus* jurídico, *habitus* futebolístico, etc.). Apenas os que tiverem incorporado o *habitus* próprio do campo estão em condições de disputar o jogo e de acreditar na importância dele (LAHIRE, 2017, p. 64).

Produto Interno Bruto do país disparou, bem como o crescimento dos capitais estatais e internacionais, inclusive com empresas estrangeiras comprando empresas nacionais e concentrando mercados. Somado a este cenário existia todo um clima de otimismo e das campanhas governamentais ufanistas dos anos do “milagre”. Ao visitarmos um editorial de 1973 de Said Farhat, percebemos uma maior aproximação e menor temor do capital internacional.

Há muito a dizer com referência ao predomínio do capital estrangeiro na estrutura das grandes empresas privadas do Brasil. Não é muito difícil perorar sobre os riscos de “desnacionalização” das atividades econômicas do Brasil. Ou bater na tecla dos perigos inerentes ao deslocamento dos “centros de decisão”. Jamais encontrei, porém, quem fosse além das generalidades, nesses dois assuntos. É certo que empresas nacionais em número significativo tem sido adquiridas por firmas internacionais. Instintivamente, é difícil não concordar em que essa tendência, se se agravar, poderá não ser das mais salutares. Por outro lado, ninguém pode ser contrário a uma política de fortalecimento do empresariado nacional. Muito menos nós, de Visão, que temos formado decididamente ao lado dessa tese, e com especial carinho para os interesses – tantas vezes esquecidos – das pequenas e médias empresas (Quem é quem na economia, 1973, p.6).

Farhat cita como frágeis os argumentos a respeito dos riscos da desnacionalização e os deslocamentos dos centros de decisão, ao mesmo tempo em que reforça a tendência da compra de empresas nacionais por empresas estrangeiras. No entanto, aponta esta tendência como positiva do ponto de vista do fortalecimento do empresariado nacional e da atração de investimento de fora para dentro do país, como um incremento aos capitais que compõe o modelo do tripé. Uma interpretação possível desta passagem de um clima de desconfiança em 1967 a respeito do capital internacional desonesto, para o aparente apoio ao investimento estrangeiro de 1973, é que o clima de harmonia se restabeleceu, com o predomínio do capital estrangeiro honesto. Este capital estrangeiro honesto deve ter provado seu valor por ajudar o país a crescer durante o período do milagre econômico, pois, entre 1967 e 1973 o mito do Brasil Grande se espalhou, e a opinião pública foi bombardeada por lemas como “Ninguém segura este país”, ou “Brasil, o país do Futuro”. Como podemos observar em muitas campanhas publicitárias que vincularam no anuário nos referidos anos, percebemos uma tentativa das empresas estrangeiras de passarem a imagem de que estavam comprometidas com o crescimento do país, num esforço conjunto com o governo e com o capital nacional perante um objetivo maior, de tornar o Brasil uma grande potência da economia capitalista.

Diante da perspectiva de o Brasil alcançar o desenvolvimento em poucos anos, que fica evidente nos editoriais de Said Farhat ao adotar um posicionamento pragmático, ou seja, quase um receituário do que o Brasil precisa para seguir nos rumos do desenvolvimento, e claro, apontando quem são os setores mais comprometidos neste processo, reforçamos a percepção que o discurso da revista visava apenas os interesses dos seus grupos envolvidos, sob uma bandeira que se colocava como liberal e crítica ao desenvolvimentismo baseado nos capitais estatais e estrangeiros⁶⁹.

Temos então, o reforço desta interpretação de Said Farhat, quando fala que [...] *a evidência dos fatos parece provar que não teria sido possível desenvolver o Brasil sem o concurso de grandes capitais e técnica internacionais* (Quem é quem na economia brasileira, 1973, p.7). Percebemos que no discurso Farhat assume que o país já alcançou o desenvolvimento, e esta compreensão não é fixa no anuário nos próximos anos. O ano em que Farhat escreve estas palavras, é o último ano de crescimento contínuo do PIB, e que em 1974 o mundo já se apresentava em crise, e no Brasil, devido a intensa necessidade de insumos do exterior para manter o crescimento, a crença dos grupos hegemônicos no “milagre econômico” se esgota e com ele o otimismo também se torna volátil.

Outras questões a respeito do capital internacional vão ser retomadas posteriormente, principalmente através de matérias especiais e fóruns, no entanto, o objetivo deste tópico foi apresentar os posicionamentos de Said Ibrahim Farhat sobre a inserção do capital internacional na economia brasileira, e como, apesar do editor estar imbuído de pensamentos liberais, ou como diria Ricardo Bielschowsky, direcionado nas vertentes neoliberal e desenvolvimentista não nacionalista, percebemos que este pensamento não é linear, ele apresenta nuances, as quais ainda serão mais exploradas em outros tópicos.

⁶⁹ [...] constantes são os acordos domésticos e internacionais, fazendo com que os adversários e inimigos de ontem sejam os aliados de hoje. Ou seja, o jogo político tem sido realizado considerando a inexistência de amigos ou inimigos permanentes. Nesse sentido, todas as políticas são pragmáticas, uma vez que almejam atingir objetivos fixados pelos grupos, que disputam ou estão no poder, ainda que, em muitas oportunidades, as decisões possam ser consideradas demagógicas, oportunistas ou amorais, inclusive contrariando frontalmente as pregações e retóricas históricas de tais grupos (MIYAMOTO, 2013, p.4).

2.4 DEMOCRACIA E LIBERDADE NOS EDITORIAIS DE SAID FARHAT

Este tópico da pesquisa terá como objetivo a discussão a respeito de como Said Farhat concebia a questão da democracia e da ditadura militar brasileira em alguns de seus editoriais, ou seja, como os valores democráticos básicos eram suprimidos através de um governo que gradativamente cerceou diversas liberdades individuais com os atos institucionais que entraram em vigor, e que tiveram seu auge com o AI-5. Compreendemos que, de acordo com a lógica liberal, no campo político as ditaduras caminham na contramão dos valores universais, no entanto, um caso especial ronda a questão brasileira, que era o medo do avanço de regimes de esquerda sobre a América Latina, e, é neste ponto que podemos nos concentrar para entender as relações entre a ditadura e o empresariado.

A retórica era que perante a ameaça da manutenção de regimes republicanos democráticos, a intervenção provisória do Estado seria benéfica para impedir que revoluções que destituíssem o Estado de Direito tivessem sucesso, como por exemplo o caso da revolução cubana ocorrida em 1959, que gerou o receio do avanço de regimes comunistas na região. Dentro deste contexto, os primeiros anos da ditadura militar, com o governo de Castello Branco, seguiu o modelo sorbonista, onde um dos pressupostos previa controlar casos de subversão.⁷⁰

Cabe destaque o elogio das elites empresariais à intervenção constitucional durante a ditadura, este tema já foi bastante debatido na literatura acadêmica e historiográfica que se debruça sobre o período, e reforçamos estas posições ao analisarmos um recorte de um editorial de Said Farhat do ano de 1970:

No campo econômico, assim como no político, talvez a maior conquista da Revolução de 1964 tenha sido o fato de seus homens haverem conservado a racionalidade, não obstante os cantos de sirenia dos arautos do poder absoluto de todos os matizes.

Pode-se dizer que o país passou de um estado de profunda injustiça social, que mal se escondia sob o manto da demagogia desenfreada, para uma certa medida de justiça. E mesmo os sacrifícios sofridos pelo estado de direito- e que todos desejamos ver removidos urgentemente – não foram afinal em vão. (Quem é quem na economia, 1970, p.60)

⁷⁰ Em praticamente todas áreas de atuação, o governo Castello Branco manteve-se fiel ao que poderíamos chamar de ideal sorbonista: o de promover, via integração institucional, o modelo de civilização realizado pelos países centrais do sistema capitalista. No entender dos sorbonistas, um regime liberal-democrático moderno precisaria possuir, no mínimo três virtudes: 1) agilidade nos processos decisórios; 2) capacidade de controlar ameaças de subversão à ordem; 3) garantir aos partidos políticos o direito efetivo de se alternarem no poder mediante disputa eleitorais. (VELASCO E CRUZ, 1982, p.18-19)

Farhat ao mesmo tempo em que reforça os feitos da “Revolução de 1964”, recorrendo a termos como racionalidade para se referir a forma com que os militares assumiram o poder, superando a injustiça social e caminhando para o que chamou de “certa medida de justiça”, faz a contraposição do que seria a irracionalidade do período anterior ao se referir a ele como “cantos de sereia”. Neste recorte de 1970 ainda existe o relativo apoio e aprovação da intervenção do governo no campo institucional, ainda por vezes fazendo menção à constituição liberal de 1967, porém, ao avançarmos alguns anos na análise do material, notamos um tratamento diferente de Said Farhat a respeito do tema, e trazendo recortes do editorial de 1974 do anuário “Quem é quem na economia brasileira”, percebemos que o editor é mais enfático no que se refere a intervenção estatal no campo constitucional.

A desimportância atribuída à política, companheira do desprezo pela atuação dos políticos profissionais, desemboca inapelavelmente no desamor ao Estado de Direito e às liberdades democráticas. Evidentemente, não pretendemos ver uma relação direta, palpável, entre a elevação do produto nacional bruto e a liberdade de expressão; ou entre o aumento das exportações e o princípio da representatividade. Mas é óbvio, pelo menos para os que prestam atenção às lições da história, que o crescimento material de uma nação não pode ser desligado de sua evolução política. A partir de certo ponto, a falta de evolução política limita e deforma o crescimento material. (Quem é quem na economia, 1974, p.2)

Neste trecho, Said Farhat levanta a questão do desenvolvimento econômico e a crítica de que se ele não vier acompanhado de evolução política de nada serve. O discurso pragmático de Farhat se evidencia quando relaciona evolução política com crescimento material, ou seja, busca estabelecer uma dependência direta de uma variável em relação a outra, simplificando a análise e direcionando de forma objetiva seu discurso. O ano de 1974 em que o autor escreve este editorial marca a distensão com o período anterior de crescimento econômico contínuo, já com o início do desgaste do “milagre econômico”, e diante da crítica, o autor relaciona cada variável de crescimento econômico com outra de repressão em relação à política. A crítica ao governo militar toca em assuntos que foram suprimidos durante a intensificação do período repressivo, como a perda da representatividade política e da liberdade de expressão, desembocando com o que chamou de desamor ao Estado de Direito e às liberdades democráticas, contrariando o que os militares sorbonistas apresentaram como solução paliativa ao medo do avanço do comunismo.

É percebida uma inversão de expectativas em relação ao primeiro momento, ou seja, o posicionamento da revista muda, principalmente porque no início do governo militar existia o apoio dos setores liberais à intervenção, pois se esperava que ela fosse rápida, e passados dez anos o clima de desconfiança predominou, bem como a percepção do aumento do Estado se tornou mais evidente.⁷¹

Outro debate que acalorava a questão do retorno ao Estado de direito, era a respeito da doutrina de segurança e desenvolvimento, logo, o receio do Estado era garantir meios para que a segurança nacional blindasse os interesses nacionais contra os grupos subversivos.⁷² Garantindo privilégios de multinacionais e intensa intervenção estatal na economia, o que ficou conhecido como Capitalismo de Estado, que levou os grupos liberais ligados ao capital privado nacional a levantarem críticas contra estas medidas, o que fica evidente no posicionamento de Said Farhat à questão da segurança nacional:

A segurança deve ser, essencialmente, um meio de assegurar a liberdade de cada um e de todos os cidadãos. Da mesma forma, o desenvolvimento não terá sentido se não for orientado para promover o bem-estar da população. Caso contrário, teremos a situação grotesca de o Estado cercar-se de segurança para proteger-se de seus próprios cidadãos (e essa é a mais dispendiosa e ineficaz forma de segurança) e de uma nação enriquecida ao lado da miséria da maioria de seus habitantes. O quadro é grotesco, mas está longe de ser hipotético, já que define com precisão os Estados totalitários (Quem é quem na economia, 1974, p.2).

A comparação do regime brasileiro aos Estados totalitários desconstrói o argumento da intervenção saneadora dos primeiros anos da “Revolução de 1964”. Como assinala a pesquisadora Maria Helena Alves, o modelo de segurança nacional era basicamente o de hipertrofia do Estado com políticas Keynesianas ligadas ao que os liberais chamavam de Capitalismo de Estado. O editor também trata da questão distributiva, relatando os casos da pobreza da população brasileira contrastando com

⁷¹ A política voltada para a acumulação de capital e para a reforma conservadora do Estado, blindando-o contra as “pressões distributivistas”, exigia uma ditadura de longo prazo, que se chocava com as expectativas de boa parte dos golpistas de 1964, os quais esperavam uma “intervenção saneadora com a rápida volta das eleições (NAPOLITANO, 2014, p. 78).

⁷² Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constituiu um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado (ALVES, 1984, p. 26). A doutrina antiinsurrecional francesa também influenciou diretamente a Doutrina de Segurança Nacional nos Estados Unidos, tendo em vista que a experiência dos militares franceses em Argel foi repassada para os militares norte-americanos, como apontam estudos de Leneide Duarte Plon.

o crescimento econômico e progresso nacional, porém, apenas algumas elites usufruem destes benefícios. Apresenta um tipo de crítica que não era recorrente na revista, mas que pode ser interpretada como um julgamento do enriquecimento das elites estatais e estrangeiras beneficiadas pelo “milagre”, em detrimento do empresariado nacional que era sufocado pelo cada vez maior domínio na economia destes dois grupos, delimitando uma hipertrofia dos capitais estatais e internacionais e uma atrofia dos capitais nacionais.

Percebendo esta configuração nacional e internacional em associação com as tensões do início dos anos 1970 com a intensificação da censura e da repressão, bem como aos constantes atos institucionais⁷³ que o governo utilizava para se sobrepor juridicamente sobre a constituição. A crítica de Farhat trouxe um elemento novo ao debate a respeito da segurança nacional: a liberdade.

Em contraponto, a liberdade com segurança e o bem-estar como fruto do desenvolvimento perfazem o bem-comum, que é a aspiração maior dos Estados democráticos. Ou seja, no plano individual, a felicidade, cuja busca um dos documentos básicos do nosso tempo – a Declaração de Independência dos Estados Unidos – enumerou entre os direitos inalienáveis do homem.

[...]

A análise da situação política nacional, feita por Visão, é necessariamente subjetiva, embora repouse sobre uma base de coerência, construída em torno de ideias que temos sustentado, nestas páginas, ao longo dos anos. [...] No terreno político, temos tido a coerência do apelo insistente ao retorno do Estado de Direito. E, quando agora nos referimos ao binômio do bem-estar e da liberdade, nada mais fazemos do que reafirmar, de forma sucinta, todas essas ideias (Quem é quem na economia, 1974, p.2).

A liberdade surge como o elemento que redirecionaria os objetivos nacionais aos interesses do capital privado nacional, sobre o discurso de que a liberdade com segurança, aliados ao bem-estar como fruto do desenvolvimento perfazendo o bem-comum, delimita o modelo de sociedade que o articulista do anuário aponta. Ou seja, neste momento, rejeita a proposta de sociedade atual na qual diverge da democracia, evoca as desigualdades sociais como variável que destoa do desenvolvimento econômico e das propagandas ufanistas⁷⁴. Por fim, refere-se à constituição dos

⁷³ Por que uma ditadura precisava de “Atos Institucionais” elaborados a partir de um juridiquês cheio de caminhos tortuosos e intenções legalistas? Seria mera “fachada jurídica” do exercício legítimo do poder violento, como se convencionou dizer? Qual a função dos atos institucionais? O principal objetivo dos Atos era o reforço legal do Poder Executivo, e particularmente da Presidência da República dentro do sistema político (NAPOLITANO, 2014, p. 79).

⁷⁴ No ano de 1972, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou o Censo 1970 com dados variados referentes à população brasileira. Entre estes dados aparecia um resultado importante

Estados Unidos, a primeira de cunho liberal para ser apontada como modelo de garantia dos direitos inalienáveis do Homem. Percebemos nestes trechos a proposta de Visão, do caminho da liberdade com segurança, e como coloca Farhat constantemente “da coerência” para o retorno do Estado de Direito.

Então, temos dois caminhos fundamentais para o final da ditadura militar de acordo com o modelo proposto, mas ainda precisamos entender o que Farhat se refere a liberdade com segurança. O período marcou um ciclo de liberalização, diferente do contexto político do primeiro trecho selecionado do ano de 1970 analisado no início deste tópico, pelo teor dos discursos percebemos a mudança de postura do editorial nas críticas ao governo.

Sobre a abertura, após o período intenso de repressão que se iniciou com o AI-5, o editor já aponta otimismo para o fim do Estado de exceção:

Importa muito pouco se a chamarmos de abertura, descompressão ou redemocratização. Na verdade, todos sabemos o que queremos, e isso é, pura e simplesmente, o fim da exceção. Não que o Estado de Direito rejeite liminarmente a exceção – apenas, só a justifica quando provocada pela emergência (Quem é quem na economia, 1974, p.2).

A emergência no entender de Farhat já havia sido sanada, e que no contexto de 1974 a abertura proposta pelo governo Geisel deveria ser gradual, justamente para que fosse realizada com segurança. As travas de segurança instituídas pelo estado ditatorial brasileiro deveriam ser retiradas gradativamente, para que de acordo com o editor os temores do período João Goulart não retornassem ameaçando a democracia.

O governo tem suas razões para, sem com isso desmentir seu genuíno interesse pela abertura, fazê-la gradual, cautelosa. Serão, por certo, razões compreensíveis. Ninguém injuria a inteligência dos estrategistas do Planalto atribuindo-lhes o temor de que a retirada dos freios faria o país partir a galope rumo à república sindicalista que estava em gestação antes de 1964 – e que a nação rejeitou categoricamente (Quem é quem na economia, 1974, p.3).

Neste trecho selecionado, percebemos posicionamentos pautados nas matrizes ideológicas liberais que Farhat utilizava para apontar suas recomendações, perante a política de abertura democrática do governo militar. No entanto, é mais

que jogava um pouco de água fria na fervura dos elevados índices de crescimento econômico alçados pela economia brasileira sob a ditadura civil-militar. Tal resultado era que, durante a década em questão, olhada por qualquer aspecto, havia piorado a distribuição de renda no país (MALTA, 2011, p.195).

cauteloso ao concordar que se devem tomar os cuidados necessários para que o país não retorne, como ao que chamou o editor de “república sindicalista”, do período anterior de 1964, denotando um alinhamento entre doutrina de segurança nacional e os cuidados para se deixar a exceção. Ao apontar de forma generalizada que a nação rejeitou categoricamente o período político anterior a 1964, assume um discurso homogeneizador, como se todos os setores da sociedade estavam contrários às políticas estabelecidas no governo João Goulart, sobretudo através das propostas das reformas de base que tão mal-estar causaram para as elites.

Por fim, ainda no editorial de 1974 de “Quem é quem na economia”, Said Farhat, reforça a necessidade de urgência de uma coalização do Planalto com os mais diversos setores civis, numa ação conjunta para o restabelecimento do Estado de Direito:

Capacidade para gestos de grandeza existe no Palácio do Planalto. Seria de todo desejável se com ela coexistissem um senso de urgência em relação à tarefa a ser encetada e uma forte dose de confiança de que outras áreas da vida nacional – a classe política, os militares, o empresariado, intelectuais, estudantes, trabalhadores – estão igualmente à altura da missão. Porque a restauração do Estado de Direito não só interessa a todos: é uma tarefa de todos (Quem é quem na economia, 1974, p.3).

O trecho selecionado acima exalta o retorno do Estado de Direito, apontando a missão de todos os setores da sociedade nesta empreitada, e no tom com que usa as palavras, o editorial se desenvolve como um manifesto deste retorno contra o Estado de exceção. Devemos ter cuidado, e interpretar estas palavras como a voz dos liberais e das classes empresariais nacionais. Quando coloca estudantes e trabalhadores no mesmo bolo, devemos ter em mente que não é a consciência de classe que deve surgir, como posteriormente com o novo sindicalismo aponta alguns sinais, mas sim, uma preocupação em manter os trabalhadores alinhados com um modelo liberal/pragmático que busca manutenção da dominação econômica dos empresários e capitais nacionais.

Conclui o editorial resumindo seus posicionamentos, e contrastando as facilidades das ditaduras, e as dificuldades das democracias, com as primeiras sendo passageiras e as segundas devendo ser duradouras, e apenas interrompidas se regimes “estranhos” ameaçarem sua manutenção:

Por ter a consciência de que, exceto nas situações de emergência e de grave crise nacional, a construção de uma sociedade justa só adquire solidez

através do aprendizado democrático proporcionado pelo enfrentamento dessas dificuldades e limitações. Para as ditaduras, tudo é fácil, nada é permanente. Para as democracias, tudo é difícil e apenas o futuro é garantido (Quem é quem na economia, 1974, p.3).

O panorama apresentado por Said Farhat, nos serve para entender como o intelectual reivindicava a partir de um discurso liberal/pragmático o retorno do Estado de Direito, e como ele era importante para as elites empresariais. Partiremos no próximo tópico, aos editoriais de Henry Maksoud sobre a mesma temática, percebendo um posicionamento mais incisivo do que o apresentado por Farhat, que por algumas vezes defendia a cautela do governo ao manter o Estado de exceção.

2.5 DEMOCRACIA LIBERAL NOS EDITORIAIS DE HENRY MAKSOUD

Os recortes trazidos para análise neste tópico se referem ao editorial do anuário “Quem é quem na economia brasileira” do ano de 1977, de autoria de Henry Maksoud. Maksoud comprou o Grupo Visão de Said Farhat no final do ano de 1974, e já no início de 1975 direciona críticas diretas ao governo militar brasileiro, principalmente contra avanço do Capitalismo de Estado. Assim como Farhat, Maksoud também defendeu o Estado de direito, porém, assinalando para um Estado mínimo em todos os setores sociais. Neste contexto, Maksoud inicia o editorial colocando o que seria um regime de governo híbrido:

A indefinição também adquire tristes contornos quando procurando o céu na terra, se cultuam e se implantam regimes híbridos, supostamente o meio-termo virtuoso do que tem de bom no socialismo e o que julgado aproveitável no capitalismo. Em geral, do capitalismo, os cultores do hibridismo mantêm, hoje, o sistema de mercado, porém com liberdade restrita de iniciativa. [...] A busca do céu na terra normalmente leva ao inferno porque a condição híbrida facilita, mais que qualquer outra, a propagação do radicalismo totalitário, seja de esquerda, seja de direita. Nas últimas décadas a moda é do radicalismo de esquerda, apelidado de comunismo ou de socialismo mas que na prática é um capitalismo de Estado, isto é, um regime em que o Estado detêm o controle sobre a economia (Anuário Quem é Quem na economia, 1977, p.6).

Maksoud recorre a linguagem figurada ao ilustrar a condição híbrida, como um sistema de governo que busca mesclar o que é bom no capitalismo com o que é bom no socialismo, mas que ao prometer o melhor dos mundos acaba levando os que adotam este regime ao inferno, ou seja, sinaliza a tendência a um radicalismo totalitário. O editor aponta o totalitarismo como sendo de esquerda ou de direita, mas que no caso do Brasil é o radicalismo de esquerda, apelidado de comunismo e na

prática é o capitalismo de Estado.⁷⁵ O teor da crítica muda em relação ao período Farhat, pois, o editor anterior sinalizava os caminhos nos quais o governo deveria tomar para o fim do Estado de exceção, colocando-o como intenção do governo, porém de forma gradual. Em Maksoud percebemos uma crítica mais densa de conteúdo ideológico, assumindo sua posição orientada pelo discurso neoliberal, sinaliza a tendência negativa para o fim do Estado de exceção e retorno da democracia econômica liberal, e denuncia a guinada para o chamado Capitalismo de Estado.

O segredo moderno do êxito dessas ideologias totalitárias e o de combater a Democracia usando as próprias regras democráticas e lutando pelas fatias da liberdade que lhes interessam até alcançar o poder com sua ajuda. Assim é que, equivocadamente, como já destacamos no editorial “Por toda a liberdade” (Visão, 7-2-77), os setores intelectuais da sociedade – escritores, artistas, jornalistas, cineastas, filósofos, músicos, professores e até políticos – com os quais se deveria mais contar para discutir, estudar e defender a causa geral da liberdade infelizmente perderam a noção de amplitude dessa causa e lutam apenas pelos aspectos que lhes tocam de perto. Eles deixaram de se definir pela causa mais ampla da liberdade que se aplica não só a eles mas também a outros setores da sociedade – os empreendedores, os comerciantes, os fabricantes, os agricultores, os médicos, os financistas, os engenheiros, os lojistas, os publicitários, os construtores, etc – que desejam ter liberdade para fazer coisas em vez de somente dizê-las ou apenas escrevê-las (Anuário Quem é Quem na Economia, 1977, p.7).

Interessante quando Maksoud assinala que o êxito das ideologias totalitárias modernas é o de combater a democracia usando suas próprias regras. Maksoud convoca dois grupos diferentes da sociedade para lutarem juntos em prol do bem comum apontado por Farhat, colocando de um lado a classe artística e intelectual, que segundo o editor estão preocupados com causas particulares sem pensar em um contexto mais amplo, ou seja, que não estavam alinhados com os grupos liberais representados pelas elites capitalistas nacionais. Do outro lado, Maksoud enumera os grupos que estavam preocupados com a liberdade, mas que não estavam tendo apoio dos intelectuais e artistas. Logicamente o grupo bem-intencionado apontado eram os empresários nacionais, base do capital nacional privado defendido por Visão, e que

⁷⁵ Essa orientação é ratificada pela própria Constituição (1967), que proclama o caráter simplesmente “complementar” do Estado quanto à empresa privada. Os sucessivos presidentes, inclusive os que não se identificavam com o clã da ESG, parecem compartilhar das mesmas preocupações. Por isso o “plano do governo” do General Médici em 1970, prevê, entre outros, a consolidação do “sistema econômico baseado na iniciativa privada nacional e estrangeira” e a “racionalização do setor público” a fim de “eliminar a tendência à estatização observada antes de 1964”. Entretanto, a expansão do setor público e do capitalismo de Estado, parece ser uma das marcas que distinguem o regime militar brasileiro (ROUQUIÉ, 1984, p. 352-3).

segundo a construção do material publicado pela revista durante anos, era vítima do Capitalismo de Estado e da invasão dos capitais estrangeiros desonestos.

Maksoud conclui a citação apontando os grupos que querem liberdade para fazer, ou seja, para recuperar o espaço na economia nacional abafada pelo capital estatal, como apontou o editorial “Falácia dos espaços vazios” de 1975, trazendo em seu discurso a liberdade de empreendimento para o crescimento do Brasil, enquanto que o outro grupo estava apenas preocupado com a liberdade de dizer ou escrever. Coloca evidentemente em segundo plano o trabalho intelectual (dizer e escrever) em contraposição ao trabalho produtivo do capital nacional (fazer), sobrepondo os interesses dos grupos empresariais ao pleitear a liberdade acima dos outros grupos que também combatiam a ditadura militar, porém em outros campos.

A exceção no editorial de Maksoud, evidencia uma das grandes tensões que prevaleceu tanto nos ciclos de liberalização, quanto nos ciclos de repressão que perduraram por todo regime militar brasileiro, ou seja, a democracia sempre esteve em pauta, mas havia o medo de sua fragilidade:

Mas, ao pretender contrapor-se a esse assalto de seus valores e à sua própria existência, a Democracia constitucional se vê frente a frente com um dilema aparentemente insolúvel. Se nega aos agentes totalitários o uso das liberdades democráticas para evitar a destruição completa de toda a liberdade, atuará precisamente contra os princípios sobre os quais está fundada. Se, de outro lado, se mantém firme em suas bases democráticas ainda que beneficiando seus inimigos declarados, põe em risco sua própria existência (Quem é quem na economia, 1977, p.7).

Maksoud argumenta no sentido de que a democracia constitucional e a liberdade estão no limiar e a mercê dos seus próprios dispositivos, pois, caminha para o regime totalitário nos períodos de crise democrática onde recorre para a intervenção constitucional para a sobrevivência da liberdade. Quando suprimida, ou ao abrir mão dos mecanismos de defesa, faz emergir grupos inimigos, os quais, entendemos como grupos de esquerda citados diversas vezes pela publicação, grupos que estavam adormecidos desde 1964. Percebemos nesta tensão a faca de dois gumes que é a democracia na visão liberal de Maksoud, quando recorre aos dispositivos de intervenção nos momentos de crise está no caminho de uma maior intensificação da ditadura militar e da intervenção estatal, quando abre suas portas para a liberdade está nas mãos de grupos subversivos, possivelmente levando a uma maior resistência contra a ditadura e ameaçando a hegemonia dos grupos estabelecidos.

Esta seria uma construção até certa forma utópica, pois se a elite empresarial conseguisse se sobressair à ditadura militar, haveria a tendência a se livrar do capital estatal, por outro lado, se superassem seus inimigos se livrariam dos subversivos, alcançando a liberdade econômica e política, garantindo com isto, campo aberto para a manutenção e crescimento do capital privado, garantindo a manutenção da hegemonia dos capitais privados nacionais.

Constitui, portanto, um dever inalienável e irrenunciável do Estado democrático assegurar a manutenção inalterável das condições necessárias à plena realização individual, sem a imposição dos igualitarismos, coletivismos, distributivismos e centralismos estatais e quaisquer ações estatizantes que venham a suprimir a liberdade de iniciativa (Quem é quem na economia, 1977, p.7).

As demandas liberais por individualidade surgem no recorte exposto acima, dando ênfase à liberdade de iniciativa como a principal causa na retomada do Estado de Direito, separando os outros limites como prejudiciais para a manutenção de uma democracia liberal. Diante disto, Maksoud alerta de um lado o perigo das ações estatizantes e do outro lado os igualitarismos socialistas.

As energias de Maksoud parecem querer apontar para uma coalizão de forças entre as elites, para buscar este mundo ideal para o capital privado, onde a democracia é para lhes garantir direitos de propriedade. O Estado, na forma mínima, fora da economia, deveria dar maior domínio e garantia de exploração dos mercados para grupos privados, construindo um projeto neoliberal de sociedade de acordo com o projeto de Maksoud.

A realização e a manutenção da Democracia diante de tanta incerteza e esforços contrários, necessitam, portanto, de clara definição e militância ideológica agressiva. A definição da ideologia democrática advém de suas origens. Foi, porém, o marxismo que alertou para o fundamento econômico de todo o processo político, pois a economia sempre foi e continuará sendo a infra-estrutura do poder político.

[...]

Decorre dessa inter-relação o fato de que o núcleo de qualquer ideologia política moderna jaz em sua fundamentação econômica. É possível, então, reafirmar que a economia é que dá o tom e estabelece o matiz dos regimes políticos (Quem é quem na economia, 1977, p.7).

Reforça-se o caráter ideológico do editorial quando Maksoud cita a necessidade de uma militância ideológica agressiva para o retorno do ideal democrático. Demonstrando que a crítica ao Estado de exceção brasileiro era incisiva, diferentemente dos editoriais de Said Farhat analisados anteriormente, quando entre

outros aspectos defendia a segurança nacional como intermediária ao retorno da democracia. No aspecto da discussão dos valores democráticos e seus caminhos de retorno no caso brasileiro, notamos também a porosidade do campo liberal, pois, as tensões pós 1974 se intensificam, e a forma com que se constrói a crítica na revista se modifica, tanto com a figura de Maksoud, como pelo momento político de distensão se vivia no Brasil.

Outra questão a ser abordada é a referência ao marxismo no texto de Henry Maksoud, o editor dá crédito ao marxismo na análise da infraestrutura econômica que teoricamente rege a sociedade, com as superestruturas refletindo os aspectos culturais, sociais, políticos, etc.

Quando Maksoud cita Marx, a leitura que fez provavelmente seja da matriz ortodoxa da teoria econômica marxista. Diante desta interpretação, poderemos supor que a economia caminha para um capitalismo de Estado, a tendência é que as superestruturas reflitam os valores estatizantes em detrimento do liberalismo. Por outro lado, se temos um regime democrático, com liberdade de iniciativa no campo econômico, com um Estado mínimo que não interfere na economia, teremos uma superestrutura que refletirá as ideologias políticas liberais, consolidando-se o ideário apresentado por Maksoud no anuário da revista Visão.

Causa um pouco de estranhamento o fato de Maksoud citar Marx no seu editorial, pois, o autor sempre se alinhou ao lado do neoliberalismo, tanto que foi um importante divulgador das ideias de Hayek no Brasil, inclusive escrevendo os prefácios dos seus livros publicados no país. Mas, no editorial, Maksoud parece dar validade a teoria marxista da infraestrutura econômica, porém de forma equivocada e demonstrando insuficiente domínio do autor.

Na parte final do editorial, Maksoud aponta a militância democrática como caminho para o final da exceção:

A militância democrática é dura e exigente e requer maturidade e contínuo aperfeiçoamento. A democracia baseia-se numa ampla faixa de liberdades econômicas, políticas e intelectuais mas requer o trabalho, a disciplina, a ordem, a competição, a competência e o espírito inovador, e exige muita responsabilidade, pois as fronteiras das liberdades individuais e coletivas são rigorosamente vigiadas pelos indivíduos vizinhos que podem ativar os mecanismos democráticos, de defesa sempre que se veem ameaçados em suas liberdades.

Mas é na militância ideológica em defesa da própria sobrevivência da democracia que as demandas se agigantam nos dias de hoje. Há necessidade da capaz e permanente vigilância pelo respeito inarredável aos

princípios democráticos e prioridade especial para corrigir inteligentemente os desvios até agora cometidos (Quem é quem na economia, 1977, p.7).

Reapresenta como forma de conclusão do seu pensamento a relação entre democracia e as liberdades econômicas, que se desdobram nos mais diversos campos da sociedade de forma positiva, mas que, mesmo assim, existe a vigilância nas fronteiras destas liberdades, as quais quando se faz necessário interferem para a defesa da democracia. Neste ponto, Maksoud retorna no ponto nodal da instabilidade da democracia, ou seja, novamente percebemos a democracia pendendo espaço para os regimes de exceção, cerceando a liberdade em nome da proteção da liberdade.

Maksoud apresenta certa insegurança, pois, de acordo com seus argumentos o Brasil deve buscar o retorno da democracia, mas aponta neste aspecto a responsabilidade que a democracia traz, lembrando o editorial de Said Farhat de 1974, quando diz que para as democracias tudo é difícil, apenas o futuro é certo. A responsabilidade, exige maturidade da militância, e ao afirmar isto, coloca as classes empresariais como maduras, que olham para o futuro, lembrando da crítica que faz aos intelectuais e artistas que não percebem essa dimensão das coisas que as classes produtivas buscam, querem a liberdade de “fazer” e não apenas “dizer” ou “escrever”.

Por fim, o objetivo deste tópico foi apresentar como Said Farhat e Henry Maksoud se posicionavam frente ao Estado de exceção estabelecido pela ditadura militar brasileira, fator importante para notar como o discurso liberal da revista era construído a partir de uma relação direta da democracia com a liberdade econômica, pois, nos editoriais, entre 1970 a 1977 quando o tema é discutido, apenas a liberdade de empreendimento é debatida, não citando questões como eleições diretas ou liberdade no campo artístico. Quando estes temas aparecem, são colocados em segundo plano com os interesses da elite empresarial nacional se sobrepondo aos demais, denotando a predominância do discurso econômico para balizar a discussão ideológica apresentada para combater o Estado de exceção no período.

2.6 OPINIÕES DE OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES SOBRE ESTADO, DESENVOLVIMENTO E LIBERALISMO A PARTIR DA SUA COLUNA NO ANUÁRIO DO GRUPO VISÃO.

Octávio Gouvêa de Bulhões exerceu dupla influência na publicação, pois gozava de autoridade política nas esferas do governo, além de editorial tendo em vista

que escrevia uma coluna para o anuário, servindo como base para opiniões dos empresários Said Farhat e Henry Maksoud. Perante tamanha importância deste intelectual, e considerando que ele foi colunista tanto da revista como no anuário “Quem é quem na economia”, buscamos neste tópico trazer recortes discursivos da coluna que Otávio Gouvêa de Bulhões manteve no anuário. Os recortes escolhidos buscam refletir sobre os posicionamentos liberais do intelectual a respeito do Estado, do capital estrangeiro e da iniciativa privada e seu papel no desenvolvimento econômico brasileiro. Lembramos que, neste tópico não traremos as participações de Bulhões nos fóruns com outros intelectuais, pois deixaremos esta análise para o próximo capítulo.

Diante destas considerações, situa Bulhões como um dos centros intelectuais do anuário “Quem é quem na economia brasileira”, os recortes a serem abordados na Coluna são correspondentes aos temas dos editoriais de Said Farhat e Henry Maksoud. Buscamos tratar de assuntos ligados à defesa da livre iniciativa, à liberdade econômica e/ou política, a ação estatal sobre a economia, dentre outras questões que ocupavam a base do pensamento econômico ligado à publicação.

Pois bem, iniciaremos com a Coluna publicada no anuário “Quem é quem na economia brasileira” no ano de 1968, marcando a passagem da fase de predomínio do processo de substituição de importações para a fase posterior de esgotamento deste modelo com o crescimento de capitais nacionais, internacionais e estatais para a formação de poupança interna para bancar o desenvolvimento que foi a base do “milagre econômico”, numa perspectiva econômica de produção de vantagens comparativas:

Quando foi dito que cessaria a fase de expansão industrial de produtos nacionais, em substituição aos produtos importados, os devotos do pessimismo viram surgir no horizonte da economia brasileira a nuvem da estagnação. Entretanto, basta um relance para saltar a compreensão a existência de fortes estímulos ao desenvolvimento econômico. Observe-se, por exemplo, a promissora independência da indústria com a produção agropecuária, ainda muito incipiente (Quem é quem na economia, 1968, p.133).

O recorte demonstra a crítica de Bulhões aos desenvolvimentistas nacionalistas, ligados à CEPAL (Comissão Econômica da América Latina), os quais chama de devotos do pessimismo, sob o argumento que o esgotamento do processo

de substituição de importações levaria a estagnação da economia brasileira⁷⁶. Cita também a independência da indústria com a produção agropecuária, reforçando a ideia das vantagens comparativas, com o crescimento de setores tradicionais da economia brasileira, em contraste com o modelo de industrialização pesada para fortalecimento da produção de bens antes importados. Logo, na sequência da coluna, a visão de Bulhões é reforçada quando argumenta que [...] *Muitas indústrias novas poderão surgir, conjugadas com a atividade rural, proporcionando acréscimo apreciável de renda, além de oferecerem ao país um progresso de menor concentração urbana e maior difusão de serviços* (Quem é quem na economia, 1968, p.133).

Reforçamos neste ponto o alinhamento ideológico de Bulhões, que fica evidente quando relembramos as linhas teóricas chamadas por Ricardo Bielschowsky de ciclo ideológico do desenvolvimento. No entanto, Bulhões fala de progresso da atividade rural e do crescimento de empresas ligadas a elas, porém não cita questões de natureza social, como a reforma agrária que era uma das bandeiras das reformas de base. Podemos interpretar que o discurso de crescimento do setor rural através de investimentos da iniciativa privada leva a maior dinamização do setor, justificada através do seu crescimento em números absolutos, contrapondo o argumento da distribuição de terras para os pequenos produtores de subsistência que tiveram que migrar para áreas urbanas inchando as periferias. Bulhões encerra a coluna apontando o crescimento da economia nacional, e coloca com sucesso as previsões realizadas pela revista:

Com pequenos erros, as previsões têm sido confirmadas. No último inquérito realizado no mês de julho do corrente ano registra-se um clima de otimismo. “Prosegue”, diz o documento, “a expansão da procura e, em consequência, verifica-se generalizado o aumento da produção do emprego. Essa evolução favorável verificada no segundo trimestre, continua a previsão em abril” (Quem é quem na economia, 1968, p.133).

Relembrando que Bulhões havia deixado o cargo de Ministro da Fazenda um ano antes, ainda com uma visão muito próxima de quem estava nos bastidores do governo e das decisões, diante disto, as previsões eram de quem estava dentro do

⁷⁶ Após um período de intenso crescimento do PIB entre 1956 e 1962, a economia brasileira sofreu uma desaceleração que perdurou até 1967. [...] A demanda reprimida que o Processo de Substituição de importações buscou atender esgotou-se rapidamente, em função da baixa renda per capita e da elevada concentração de renda no país (LACERDA, 2000, p. 99-100).

jogo, e logicamente defendendo sua postura e ações enquanto Ministro em conjunto com Roberto Campos, contra os grupos suprimidos pelo governo.

Seria lamentável que tão auspicioso progresso viesse a ser reprimido por dificuldades forjadas pela impaciência de uns e pela incompreensão de outros. Há obstáculos a vencer, mas devemos enfrenta-los no prosseguimento tenaz de nosso trabalho cotidiano, retificando e acrescentando, ao firme propósito de melhorar e prosseguir, sem incorreremos a retrocessos, provocados por mudanças refletidas, pelo prazer cabotino de reformar (Quem é quem na economia, 1968, p.133).

Para Bulhões o progresso estava a caminho, apresentava com otimismo a expectativa do sucesso da economia brasileira, no entanto, alerta para os descaminhos que poderiam retirar o progresso do seu rumo. Cita dois grupos, os impacientes e os incompreensíveis com os objetivos que estavam sendo trilhados no plano econômico. O autor da coluna não deixa claro quem são estes grupos, mas podemos fazer inferências para tentar identifica-los com base no debate que ocorria no período. Os impacientes podem ser grupos ligados ao governo federal e também grupos ligados às elites que apoiaram o governo militar, que buscaram colher os resultados do desenvolvimento econômico, respondendo a ânsia que projetaram ao retirar Goulart do poder na espera de tempos de pujança que viriam com os rearranjos da economia brasileira. De outro lado os incompreensíveis surgem como grupos contrários à linha de pensamento econômico defendida por Bulhões e Roberto Campos na qualidade de Ministros da Fazenda e Planejamento de Castello Branco. Podemos remetê-los a grupos ligados ao desenvolvimentismo, os quais perdiam espaço no debate nacional para os grupos que defendiam a visão neoliberal, a qual olhava com melhores olhos a entrada de capital estrangeiro na economia, em conjunto com a liberalização do mercado e redução da intervenção estatal.⁷⁷

Na coluna de 1969, começam a surgir as críticas mais pesadas em relação a intervenção do Estado na economia, levando a distorções do modelo de livre mercado defendido pelos liberais:

O leitor encontrará neste número especial várias informações sobre empresários e empresas. Verificará, nos diferentes temas, provas

⁷⁷ A respeito do período em que Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos estiveram na equipe econômica do Governo Castello Branco, o sociólogo Octávio Ianni argumenta que: Em seus níveis principais, a política econômica governamental modificou as condições de funcionamento dos mercados de capital e de força de trabalho. Isto é, reformulou as relações de produção, segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado. Em particular, criou novas possibilidades para o funcionamento e a expansão da empresa privada nacional e estrangeira (IANNI, 1986, p.236).

confortadoras da atuação do Estado e dos particulares no esforço do desenvolvimento do país. Entretanto, nem sempre o esforço é comum. Com certa frequência, as atitudes deixam de ser conjugadas porque o Estado, ao desviar-se de seu roteiro de conduta coordenadora, cai em posições extremas: a da omissão ou a do paternalismo. No primeiro caso, a iniciativa dos indivíduos é desperdiçada no conjunto da economia; no segundo, o conjunto da economia estiola a iniciativa dos indivíduos (Quem é quem na economia, 1969, p.93).

Denuncia desvios cometidos pelo Estado, atentando para posições extremas entre omissão ou paternalismo. Ou seja, a intervenção do Estado na economia de acordo com a visão liberal do Bulhões carece de harmonia nas suas ações, levando, de acordo com o colunista a erros de condução da economia em ambos extremos. No entanto, louva a atuação do Estado quando este caminha ao lado da iniciativa privada, se referindo ao esforço em conjunto em prol do desenvolvimento. Percebemos neste trecho o alinhamento ideológico do Bulhões, que Bielschowsky aponta como Desenvolvimentismo não nacionalista, no qual o Estado serve como um coordenador do desenvolvimento, sem intervir de forma intensiva nas forças de controlam o mercado, salvo para garantir a manutenção do crescimento das empresas privadas. Claro que não buscamos cair em reducionismos ao pretender encaixar Octávio Gouvêa de Bulhões e também outros intelectuais liberais nas categorias estruturadas por Bielschowsky, mas estas categorias nos ajudam a perceber as linhas de ação e de pensamento destes intelectuais que representavam a crítica do anuário “Quem é quem na economia brasileira” e conseqüentemente o Grupo Visão aos limites de ação do Estado.

Dentro deste viés de pensamento, a preocupação era impedir os dois grandes erros da intervenção do Estado. O paternalismo faria com que empresas que fossem pouco competitivas permanecessem no mercado graças a uma atuação Estatal, perdurando suas existências incompatíveis com a livre competição, fazendo com que elas permanecessem no mercado sem o devido merecimento. Por outro lado, a omissão, faz com que empresas privadas com potencial para crescimento não atinjam a sua maturidade devido à escassez de apoio do governo em setores produtivos que ajudariam o país a atingir os níveis esperados de desenvolvimento. Bulhões coloca os limites de atuação do Estado, porém, dentro destas duas categorias de ação, de um lado paternalismo e do outro lado omissão, devemos considerar quem o colunista entende como os beneficiados pelo paternalismo, e quem são os prejudicados pela omissão. Em um modelo de livre concorrência pressupomos que o próprio mercado

deveria se encarregar pela sobrevivência ou não de empresas de acordo com sua capacidade de competição.

Sobre a experiência de planejamento, Octávio Gouvêa de Bulhões foi responsável pelo PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), que vigorou durante o governo Castello Branco. Foi controverso no sentido em que criou certas dificuldades para empresas pequenas e médias, porém, foi mais bem aceito pelos grandes empresários. Considerando o posicionamento favorável ao grande capital no período que esteve no governo, e de omissão às pequenas e médias empresas, podemos estabelecer no discurso da sua coluna do ano de 1969 as diretrizes as quais o governo deveria continuar a seguir, mas que talvez, estivesse se desviando ao atender grupos que Bulhões não previa quando elaborou e executou o PAEG. O Sociólogo Octávio Ianni, integrante do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), realizou importantes contribuições no campo do Planejamento, seguindo uma linha de problematização das desigualdades sociais em países subdesenvolvidos. A respeito do PAEG, Octávio Ianni argumenta que:

[...] o governo propunha-se a adotar medidas de ação diretas e indiretas destinadas a aumentar a liquidez das empresas, reduzir o ritmo de expansão dos custos e aumentar a demanda. Além disso, no que dizia respeito ao setor público, as linhas de ação do governo deveriam conduzir à cuidadosa programação dos investimentos governamentais, ao aumento de eficiência do setor público, à redução da pressão exercida sobre o setor privado, por parte do setor público (IANNI, 1986, p.247).

A partir da análise de Ianni, percebemos o caráter liberal na proposta de planejamento do PAEG, com uma intervenção menor do governo no avanço das empresas públicas, justamente para reduzir a pressão sobre o setor privado, e assim diminuir a omissão com os empresários nacionais que estava em voga na coluna de Bulhões de 1969.

Quando fala da omissão, entendemos que o colunista precisaria definir os setores ou grupos que deveriam ser beneficiados pelo governo, e que naquele momento não gozavam de assistência, que em tese, também se desviaria da livre iniciativa a partir do momento da realização da escolha do governo por um e não por outro.

Entre esses dois extremos há enorme gama de cooperação entre o Estado e os indivíduos, na senda do progresso econômico e social. Cabe insistir nessa cooperação, de modo a evitar-se o desperdício pela omissão do Estado e impedir-se que o surto da iniciativa dos indivíduos seja esmorecida pelo

paternalismo estatal. Cabe a insistência porque o atual Governo tem demonstrado grande capacidade de acerto, no campo econômico e financeiro (Quem é quem na economia, 1969, p.96).

Após relatar os extremos entre paternalismo e omissão, Bulhões volta a sinalizar apoio às políticas econômicas do governo de Costa de Silva, colocando que entre estes dois extremos existe uma relação simbiótica entre Estado e os indivíduos. Interessante, pois, quando o colunista fala em indivíduos, remete aos sujeitos enquanto agentes autônomos, remetendo ao direcionamento liberal de cada indivíduo possuir a liberdade de buscar seu lugar ao sol dentro do sistema econômico capitalista. No momento econômico que o Brasil passava, de euforia das elites com o crescimento econômico, o conselho de Bulhões ganha corpo ao propor que o afastamento do Estado da economia seja dado em nome do final do paternalismo Estatal. Este afastamento é justificado pelo surto da iniciativa dos indivíduos que poderia ser prejudicada com as distorções que as políticas governamentais poderiam causar dentro do modelo de livre iniciativa.

Porém, cabe ressaltar que o colunista encerra seu texto apontando que o governo tem demonstrado capacidade de acerto, o que nos leva a crer que dentro do modelo de liberalismo econômico brasileiro que a revista postulava, as ações do governo apresentavam conformidade com as demandas destes grupos. Sobre a passagem dos momentos de dificuldades no campo econômico, principalmente no início do governo militar, Bulhões, na sua coluna de 1972 para o anuário “Quem é quem na economia brasileira”, mantém o alinhamento com as políticas do governo federal:

Há obstáculos a vencer. Embora grandes dificuldades tenham sido aplainadas, existem problemas que nos desafiam. Mas as autoridades e o público procuram cooperar, em clima de compreensão recíproca, no sadio propósito de acertar. Não existem arroubos demagógicos, nem demonstrações de prestígio. Há disciplina consentida, no reconhecimento do esforço de cooperação, em benefício da conquista de um Brasil maior (Quem é quem na economia, 1972, p.130).

Notamos neste último recorte, de meados de 1972, o reforço do clima de cooperação, mas remetendo ao momento de direcionamento do Brasil rumo ao desenvolvimento. O alinhamento ideológico segue conciso, pois, apesar do país estar no auge do “milagre econômico”, o clima ufanista do período mesclava o otimismo do crescimento com o árduo trabalho que toda a população fazia para que o país conseguisse recuperar o tempo perdido e finalmente saísse da condição de periferia

para centro da economia mundial. Tudo isto era regrado e orquestrado pelo governo, que mesmo realizando a intervenção na economia, era observado pelas elites para que não cometesse nem omissões e nem paternalismos.

Diante destes posicionamentos, Bulhões, seguia sua aproximação com o alinhamento ideológico que era base de suas argumentações, defendendo o planejamento do governo, mas com o mínimo de impacto sobre a economia, principalmente sem a hipertrofia do Estado e de empresas estatais que pudessem desconfigurar o modelo de livre mercado. O modelo de um trabalhador ordeiro também surgia no anuário, ou seja, apesar das dificuldades que o brasileiro passava, principalmente com o arrocho salarial, o discurso defendido por Bulhões é de uma parceria entre o operário e o capitalista nacional, justamente porque os dois grupos lutavam pelo ideal de um país grande, e para isto, existia a rejeição a união de operários através de sindicatos.

O brasileiro acredita em si mesmo. Tem confiança em seu destino. Não lhe ocorre paralisar a produção para o realce de força política, como ocorre em alguns países, onde sindicatos de operários não trepidam em estancar toda a atividade econômica para evidenciar o seu indiscutível poder. Nesses países há fortes interesses constituídos e fraca motivação construtiva (Quem é quem na economia, 1972, p.130).

Na citação, Bulhões vê os sindicatos como nocivos por se contrapor aos interesses da burguesia nacional. Alerta que existiria uma deformidade quando os sindicatos buscam dar amostras de seu poder em detrimento do crescimento em conjunto da nação, como se fossem dissociados do projeto de desenvolvimento nacional, apenas olhando para seus interesses enquanto grupo. Podemos notar que o colunista é enfático ao afirmar que em alguns países o estaque da atividade econômica se dá por completo por razões dos movimentos operários. O discurso de Bulhões direciona apoio aos grupos capitalistas nacionais, pois, caso os sindicatos operários ganhassem força, ou voltassem à legalidade, uma nova força hegemônica guiada pelos sindicatos operários poderia surgir, ameaçando os grupos capitalistas, sobretudo a burguesia nacional.

A exposição do articulista tenta evidenciar os sindicatos operários como inimigos da produção, e apenas interessados em medir forças com as classes industriais para fins políticos, mas que no caso brasileiro isto não ocorria, pois, segundo Bulhões o brasileiro “acredita em si mesmo e tem confiança do seu destino”. Ao colocar o ímpeto do brasileiro de trabalhar em prol do desenvolvimento,

comprometido com um projeto de desenvolvimento nacional, Bulhões aparentemente buscava naturalizar dentro do contexto nacional a falta de interesse dos operários em medir força com as classes hegemônicas, porém, os sindicatos dos operários estavam enfraquecidos pela ditadura militar e não pela falta de interesse da classe operária se organizar. Desta forma, estavam impossibilitados de demonstrar essa força que Bulhões colocava que existia em países de sindicatos operários fortes⁷⁸.

Com a redemocratização, após o governo Geisel, o sindicalismo brasileiro ainda haveria de ganhar novo fôlego, tendo seu momento de maior força durante o final dos anos 1970 com as greves do ABC paulista, no entanto, ainda no auge da repressão no governo Médici, Bulhões colocava os sindicatos operários como um dos inimigos da burguesia nacional. Sobre estes inimigos, conseguimos delinear principalmente dois, de um lado o Estado que até o momento está de acordo com o ideário de desenvolvimento do colunista, e de outro o sindicalismo e os movimentos comunistas que apesar de estarem sufocados pela repressão ainda despertavam medo das elites. Não temos neste primeiro momento referência negativa ao capital internacional, que em outros momentos da publicação surge, principalmente em matérias especiais e como visto nos editoriais como elemento incógnito, separado em honesto ou desonesto.

Pois bem, nesta seção tratamos apenas das partes relevantes da coluna de Octávio Gouvêa de Bulhões para o anuário “Quem é quem na economia brasileira”. Para nossa temática de pesquisa, estaremos retornando nas ideias do intelectual no próximo capítulo desta dissertação. A estratégia de abordar apenas a coluna do autor surgiu como uma forma de ampliar a discussão além dos editoriais de Said Farhat e Henry Maksoud, que em conjunto demonstram os principais posicionamentos ideológicos da publicação.

O fato de que em 1976, Octávio Gouvêa de Bulhões tenha deixado o conselho editorial da publicação, e conseqüentemente perdido sua coluna na revista, pode ser interpretado não apenas como um marco cronológico da venda da publicação, mas como uma reorganização da linha de orientação editorial da revista. Percebemos o maior alinhamento de ideias de Bulhões com Said Farhat, tendo em vista que o

⁷⁸ Celso Furtado já sinalizava nos anos 1950 a necessidade de constituir sindicatos fortes para superação do subdesenvolvimento: Fortalecimento das instituições da sociedade civil (principalmente dos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos), de cuja ação se poderia esperar a renovação das bases sociais de sustentação do Estado e a contestação dos padrões prevaletentes de distribuição de renda (FURTADO, 1989, p. 25).

posicionamento de Bulhões seguia um planejamento econômico voltado para o estímulo de capitais estrangeiros e nacionais, porém Henry Maksoud era um neoliberal extremo e seguia um discurso pragmático, que não tolerava nenhum tipo de intervenção do governo da economia, destoando dos posicionamentos menos críticos observados anteriormente na publicação.

No próximo capítulo trataremos os fóruns e entrevistas produzidos pelo anuário “Quem é quem na economia brasileira”, com destaque para a participação de Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, dando maior densidade tanto documental, como de análise para os objetivos da pesquisa. Vale ressaltar que não trouxemos mais recortes da coluna de Octávio Gouvêa de Bulhões pois com a venda da publicação para Henry Maksoud em outubro de 1976, Bulhões deixou de possuir sua coluna, como também deixou de ser presidente do conselho editorial, ou fazer parte do corpo editorial da revista a partir de 16 de outubro de 1976⁷⁹.

⁷⁹ Dado coletado em pesquisa de campo ao verificar em publicação da revista quinzenal Visão, do dia 16 de outubro de 1976, no qual Octávio Gouvêa de Bulhões deixou de fazer parte do corpo editorial da publicação.

Capítulo 3: HOMENS DE VISÃO E CIA: O DISCURSO LIBERAL NOS FÓRUNS E ENTREVISTAS PARA O ANUÁRIO

As matérias especiais e os fóruns, ao contrário dos editoriais e das colunas, pretendem uma visão além das opiniões pessoais dos articulistas, mas mantendo a linha ideológica pretendida, bem como apresentando limites e posicionamentos basilares de como a revista reagia às mudanças políticas e econômicas do governo militar, preocupados sempre com a manutenção do poder das elites empresariais nacionais. Pois bem, consideramos como emblemáticos alguns pontos que serão abordados, como o Prêmio “Homem de Visão”. Quando percebermos o perfil ideológico dos ganhadores, isto pode muito nos dizer sobre o posicionamento da revista, e, nos casos de quando o prêmio é concedido a homens do governo, as circunstâncias da premiação considerando o momento econômico das elites nacionais podem explicar os motivos dos alinhamentos.

Por outro lado, as matérias especiais e os fóruns realizados pela revista, nos servem para perceber o quanto seu discurso é coerente ou não com seus editores ao longo do recorte estabelecido. Metodologicamente optamos por dar ênfase na análise de intelectuais ligados a linha ideológica do desenvolvimentismo não nacionalista e neoliberal, principalmente nas contribuições de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, os quais são intelectuais em foco no recorte da pesquisa. Dentro da proposta de análise para este capítulo, optamos por explorar os recortes em ordem cronológica crescente, assim como foi feito com os editoriais e na coluna de Bulhões em capítulo precedente. Tal proposta facilita a visualização das inflexões ao longo do recorte, percebendo de forma mais clara como a publicação reagiu a determinados assuntos e se posicionou perante os temas explorados.

No anuário eram comuns os fóruns, bem como entrevistas com homens do governo, ou matérias nas quais diversos intelectuais, na maioria ligados à vertente ideológica liberal discutiam temas relevantes para a economia nacional. Neste tópico buscaremos discutir alguns destes fóruns e entrevistas, com destaque principalmente para dois deles, o Fórum de 1971, “Liberdade, Desenvolvimento e Segurança” e o Fórum de 1973, “Traços de um Modelo Polêmico”.

A escolha por estes dois fóruns é justificada pela incisiva temática a ser abordada, trazendo conteúdos que reforçam os posicionamentos liberais da revista Visão, identificando elementos, além dos editoriais que reforçam as intenções da

publicação de expressar suas demandas, no qual, buscaremos perceber a porosidade do campo liberal, se houve oscilação de acordo com a conveniência da relação entre empresas privadas e governo militar.

3.1 PARTICIPAÇÃO DE ROBERTO CAMPOS NO FÓRUM DE 1971: LIBERDADE, DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA.

Primeiramente, exploraremos o Fórum intitulado Liberdade, Desenvolvimento e Segurança. De acordo com a publicação:

O Objetivo – dizíamos na carta às pessoas consultadas – era dar uma contribuição importante ao debate de um problema que desafia todos os homens capazes de se debruçarem sobre a coletividade humana, interessados em melhorá-la (Quem é quem na economia, 1971, p.163).

Como demonstra o trecho, eram enviadas cartas com o conteúdo das perguntas a serem debatidas, e, após a devolutiva a revista publicava seu conteúdo no anuário. Neste fórum participaram os seguintes intelectuais: Roberto Campos, Luiz Viana Filho, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Dom Helder Câmara, Oscar Pedroso Horta, Florestan Fernandes, Luiz Carlos Bresser Pereira e José Mindlin.

Compreendemos a importância de explorar o fórum na sua totalidade, principalmente com a presença de nomes tão expressivos nos campos político e social do período, cujos pensamentos foram importantes como crítica ao governo militar, inclusive com Dom Helder Câmara sendo um importante opositor. No entanto, para delimitar o escopo da análise, nos atentaremos à participação de Roberto Campos no fórum, para com isto percebermos como o notório liberal apresentava seu posicionamento baseado nas doutrinas de seu mentor Eugênio Gudin, aproximando-se com o alinhamento de Bulhões e dos editoriais e contrário às ideias estruturalistas cepalinas ligadas ao desenvolvimentismo nacionalista⁸⁰.

Diante destas primeiras intervenções, a pergunta lançada para explanação era: *Qual seria, no seu entender, uma estratégia para o progresso econômico que permitiria conciliar segurança, liberdade e desenvolvimento?*

⁸⁰ Afirmou uma vez Roberto Campos que o estruturalismo é uma espécie de contraponto intelectual do keynesianismo na América Latina. Talvez não seja exagero afirmar, analogamente, que Gudin proporcionou uma espécie de contraponto intelectual do neoliberalismo na América Latina, ou, mais especificamente no Brasil. Sistematizou os argumentos liberais, levando em conta uma série de características específicas das economias subdesenvolvidas e problematizando o liberalismo como procedimento para sua preservação em economias atrasadas (BIELSCHOWSKY, p. 41, 1995).

A pergunta buscou relacionar três dimensões amplamente debatidas no período, e de que forma ações nas três linhas levaria ao principal objetivo da nação durante o período, ou seja, o sonhado progresso econômico, principalmente para o crescimento do capital privado nacional. Pois bem, Roberto Campos, Ministro do Planejamento no governo Castello Branco, e parceiro intelectual de Gudin e Bulhões assim respondeu tal indagação:

Roberto Campos aponta que *refrear os reclamos distributivistas é o problema básico da conciliação entre liberdade e desenvolvimento*. Então se superpõem dois problemas: o acumulativo e o distributivo. Há que aumentar investimentos e, ao mesmo tempo, arbitrar entre os diversos grupos sociais que brigam para preservar sua fatia no bolo (Quem é quem na economia, 1971, p.206).

Neste trecho, Campos cita os “reclamos distributivistas” como elementos que causam interferências nas relações entre liberdade e desenvolvimento. Devemos perceber que do ponto de vista liberal, estes termos são fundamentais para a livre iniciativa, pois, liberdade refere-se neste caso à liberdade de capitais e de investimentos nos mais diversos setores da economia, mas, neste momento pairava sobre a economia nacional o espectro do já citado capitalismo de Estado e dos capitais internacionais “desonestos”. Logo, a busca da liberdade nos padrões defendidos pela publicação se referia à liberdade para o crescimento do empresário nacional sem a presença das estatais em áreas que a iniciativa privada poderia suprir, e sem os infortúnios e usurpações dos mercados das multinacionais, sobretudo as desonestas que remetiam dinheiro ao exterior. Percebemos então que o modelo liberal defendido acabava sendo um modelo deturpado e vulgarizado, e ligado a interesses empresariais nacionais.

O desenvolvimento então, conceitualmente tratado na publicação, é de um modelo no qual o Estado arbitraria o crescimento do setor ligado aos capitalistas nacionais, delimitando assim as duas dimensões que compunham a pergunta e de qual forma poderia se chegar a um modelo harmônico de crescimento para os setores liberais nacionais.

A acumulação refere-se ao crescimento dos lucros e a distributiva sobre quais grupos são beneficiados com essa distribuição, ou seja, como serão divididas estas fatias, e esta discussão parece ser o ponto nodal da luta por vantagens econômicas entre as elites, aguçadas em períodos de crise econômica onde o crescimento

apresenta estagnação e aumento inflacionário ao mesmo tempo: *A situação mais crítica ocorre, sem dúvida, quando se verifica uma sinistra convivência entre inflação e estagflação. A sociedade torna-se então explosiva, por que o bolo é estático e acirrada a luta pela distribuição de fatias* (Quem é quem na economia, 1971, p.206).

Campos ilustra a divisão do bolo como *explosiva*, um termo que denota a tensão entre os grupos que disputam o chamado *bolo*, esta distribuição de fatias, ou seja, o resultado do crescimento econômico, também remete aos interesses das elites econômicas nacionais. O que se coloca é que se deve reservar uma fatia maior para os capitalistas nacionais, e como podemos interpretar esta afirmação? Uma possibilidade de interpretação é que o capital estrangeiro desonesto, com suas remessas de lucro ao exterior, nada mais faz do que tirar a fatia do bolo do crescimento nacional e levar para o “vizinho saborear”, e o avanço das estatais, com o crescimento de empresas do governo sobre os “espaços vazios” denunciados como falácias, faz emergir lucros que revertem ao governo e às tecnoestruturas públicas, logo, esta fatia do bolo também não é reservada aos capitalistas nacionais. Temos, de forma resumida, o que no recorte Roberto Campos coloca como “acirrada luta pela distribuição de fatias”, com capital nacional se espremendo entre capital internacional e estatal.⁸¹

O interesse da iniciativa privada nacional se sobrepõe em diversos momentos ao discurso do liberalismo, na verdade, temos no teor da argumentação de Campos, mais a defesa de interesses do seu grupo, do que de um modelo que busque a liberdade de iniciativa e o pluralismo econômico.

Diante da inserção do conceito de segurança na argumentação de Campos, o autor recorre a uma discussão sobre a intervenção militar para a preservação da democracia e da liberdade, temos então, a segurança como primordial para estabilizar a liberdade e garantir o desenvolvimento:

Então as intervenções autoritárias, que na América Latina costumam assumir conotação militar, aparecem como solução anticatastrófica. Estas podem ser do tipo moderador, visando apenas à restauração da ordem com devolução do poder aos políticos, como ocorreu no Brasil em épocas passadas. Ou do tipo estabilizador e reformista, em que os militares retêm mais prolongadamente o poder político, mas confiam aos tecnocratas o poder

⁸¹ Alain Rouquié, na sua obra **O Estado Militar na América Latina**, faz uma observação que remete a discussão a respeito da distribuição do bolo, e por que ela nunca foi democrática no Brasil: [...] Mesmo se o famoso bolo dos economistas crescer, a redistribuição será sempre feita através da transferência dos setores produtivos para os que não são diretamente (ROUQUIÉ, 1984, p.53).

econômico, como após a Revolução brasileira de 1964. Ou do tipo monopolista, em que os militares concentram em suas mãos tanto o poder político como o econômico: essa a situação atual da Argentina e do Peru (Quem é quem na economia, 1971, p.206).

Roberto Campos procura distinguir as formas de intervenção militar na América Latina, apontando três tipos, classificando a que ocorreu no Brasil como do tipo estabilizador e reformista. Estabilizador no sentido de se recompor economicamente após o período de crise, e reformista no sentido de restaurar a ordem anterior, no entanto, como expõe Campos, a condução da economia ficaria na mão de tecnocratas, enquanto os militares detinham o poder político. O tema do reformismo democrático com a intervenção constitucional é debatido em editorial de Henry Maksoud em 1977, onde a crítica ao governo já é incisiva sobre o cerceamento da democracia sobre o discurso da reforma, no entanto, em 1971, quando Campos participa deste fórum, a intervenção ainda é bem vista pela publicação.

Distingue a condução econômica do governo brasileiro quando comparada à Argentina e ao Peru, coloca que no caso destes países os militares concentravam os poderes tanto no âmbito político quanto econômico. No entanto, a comparação com a Argentina é errônea tendo em vista que lá os tecnocratas também eram responsáveis pela economia. Quando o fórum foi publicado no mês de agosto de 1971, o presidente argentino era Alejandro Agustin Lanusse, tinha Juan Alberto Quilici como Ministro da economia, acadêmico da área da economia e da contabilidade, ou seja, um tecnocrata. Nos anos anteriores, a partir de 1966, quando ocorreu o golpe militar na Argentina, percebemos que todos os ministros da área econômica eram civis, com carreira acadêmica, logo, percebemos como imprecisa a comparação de Roberto Campos entre Argentina e Brasil⁸².

Posteriormente a Argentina ainda continua com esta tendência, pois, temos o liberal José Alfredo Martínez de Hoz como Ministro da Economia entre 1976 a 1981, enfrentando uma grave crise financeira nos mesmos moldes que o Brasil vinha enfrentando pós crise mundial do petróleo, ou seja, com índices altíssimos de inflação, queda no crescimento e endividamento externo.

Após brevemente discutir a imprecisão das comparações de Roberto Campos entre Brasil e Argentina, podemos interpretar que quando a revista crítica o governo

⁸² Centro de Documentación e Información del Ministerio de Hacienda de la Argentina. Disponível em <http://cdi.mecon.gov.ar/biblioteca/listado-de-ministros-de-economia/> acesso em 19 abr. 18.

por meio da sua condução econômica, não está diretamente criticando o governo militar quanto ao seu domínio político, mas sim as habilidades dos seus tecnocratas ao conduzir a economia, motivo pelo qual, talvez, não houve censura quanto aos posicionamentos mais críticos ao governo feitos pelo Grupo Visão. Cabe destaque também que a ausência de crítica a respeito da condução política durante a ditadura militar, sobretudo nos anos de chumbo, revelando uma negação da revista aos anos mais ferrenhos de repressão e prisões sistemáticas, coadunando desta forma com as diversas violações cometidas pelos militares durante a permanência no governo.

Sobre o processo de modernização da economia nacional, Campos aponta agudas tensões, nas quais, a manutenção dos poderes estabelecidos só poderá ser obtida através de um governo autoritário:

Durante o processo de modernização surgem agudas tensões, modificações de estrutura e desequilíbrios sociais, que só podem, às vezes ser compatibilizados num contexto autoritário. Atingida a modernidade, ressuscitam os instintos libertários, necessários, aliás, para assegurar criatividade às sociedades mais complexas (Quem é quem na economia, 1971, p.206).

As modificações de estruturas e desequilíbrios sociais, citados por Campos, e a busca da compatibilização através de um contexto autoritário, podem nos remeter a postura de manutenção de um *status quo* das elites nacionais, reforçando mais uma vez, a articulação que existiu entre setores das elites para a retirada de Goulart do poder e a instituição de uma “revolução militar”. Temos então, a solução para a estabilização no contexto da ditadura militar brasileira, com isto, as estruturas são mantidas, ou seja, as elites empresariais continuariam no topo, bem como desequilíbrios sociais seriam aplainados para se estabelecer condições para a modernidade⁸³.

Após, Campos relaciona os termos modernidade com liberdade, sendo necessário alcançar o que seria modernidade, no sentido econômico, como patamar para a busca da liberdade. Neste aspecto, a liberdade não está associada à democracia, mas apenas a condições favoráveis de mercado para que os empresários nacionais gozem de privilégios durante o crescimento do bolo durante o milagre

⁸³ A mensagem que a elite orgânica disseminava de marcante tom anti-comunista e objetivos sócio-econômicos modernizantes, envoltos de uma aura profissional-tecnocrática, exercia uma grande atração sobre novos recrutas entre os empresários, militares e as classes médias (DREIFFUS, 1981, p.252).

econômico. Em seguida relaciona *instintos libertários* com *criatividade*, percebemos mais uma vez a matriz liberal de Roberto Campos, logo, criatividade é um dos termos utilizados para demonstrar o potencial de criação e renovação da concorrência nas economias capitalistas complexas. Cabe um parêntese nesta questão, interessante quando Campos usa o termo libertário, considerando que ele era mais ligado aos grupos anarquistas do início do século XX, mas que dentro do discurso neoliberal que estava surgindo no período analisado, o termo passou a ser usado para designar liberdade econômica sem intervenção do estatal. Pois bem, o discurso de Campos, busca a cada argumento legitimar a postura autoritária do governo como necessária para o desenvolvimento e modernização, preparando o terreno para o retorno de uma economia de livre mercado que assegure o crescimento do empresário nacional, sem liberdade política.

Na sequência do fórum, inicia uma revisão dos mecanismos legais adotados pelo governo militar para dar sustentação à livre iniciativa no Brasil:

Habeas corpus, mandado de segurança, etc. Esses instrumentos são úteis à sobrevivência da livre empresa. Dificilmente se poderiam, porém, considerar indispensáveis para isso. É que alguns regimes, extremamente autoritários em matéria política, podem apoiar-se na empresa privada, como forma de organização econômica (Quem é quem na economia, 1971, p.206).

Neste recorte, Campos busca fazer uma relação entre os regimes de direita, principalmente o nazismo, e suas relações com as empresas privadas como aporte para a manutenção dos regimes políticos. Aponta a importância de mecanismos legislativos para a manutenção da livre iniciativa, que diferenciariam as relações dos regimes de extrema direita com o regime ditatorial brasileiro em termos de liberdade. Campos complementa que: *O nazismo, por exemplo, sempre se considerou aliado da burguesia industrial. Dentro de outra angulação, temos o caso dos países comunistas, que são cruas ditaduras políticas mas que se consideram democracias econômicas* (Quem é quem na economia, 1971, p.206).

Mais uma vez Campos fala da diferenciação entre ditadura política e ditadura econômica, como se fossem espectros diferentes, logo, a crítica do anuário, dentro deste prisma não recai na ditadura política e sim na ditadura econômica que priva os empresários brasileiros do “livre mercado”. Logo, Campos reforça o argumento da liberdade econômica que leva à liberdade política, e esta é a receita que ele lança no fórum para o governo, que a liberdade nos negócios levaria o país a liberdade política.

Tudo o que se pode dizer é que o pluralismo econômico, isto é, a predominância da empresa privada e competitiva, facilita a adoção do pluralismo político, enquanto que a concentração do poder econômico nas mãos do Estado costuma descambar no autoritarismo político.

[...]

Outra lei, mais ou menos constante, é que um Estado político autoritário, que todavia preserva o pluralismo econômico, tem chance de retornar à democracia. Mas não se conhece caso de economias centralizadas de planejamento socialista que se transformassem em democracias políticas (Quem é quem na economia, 1971, p.206-207).

Quando Campos fala da concentração de poder econômico nas mãos do Estado, temos o que mais tarde descamba na revolta dos empresários citada anteriormente, principalmente após a primeira metade dos anos 1970⁸⁴. Temos uma contradição, pois, de acordo com o modelo de pensamento de Campos, a liberdade econômica levaria à liberdade política. No entanto, o que observamos após 1974 com o governo Geisel, no campo político a abertura e dentro do cenário econômico temos um aumento das estatais, logo, diminuição da liberdade econômica.

Interpretando este momento, dentro do espectro econômico, enquanto no cenário político temos um cenário de “liberalização” ou “abertura”, por outro lado, no campo econômico, adotando os termos de Adriano Cotado e Maria Helena Alves, temos um período de “repressão” tendo em vista o aumento do preenchimento dos “espaços vazios” por parte do governo. Ou seja, a literatura e a historiografia brasileira do período são consistentes ao apontarem a segunda metade dos anos 1970 como período de enfraquecimento da ditadura militar brasileira, e compreendemos que a “revolta dos empresários” encabeçada por Eugênio Gudin e Henry Maksoud nos editoriais de Visão, serviu para demonstrar a resistência dos capitalistas nacionais perante este avanço da “repressão” econômica. Repressão diferente da exercida pelos militares no campo democrático, e que era expressa na forma de entrada de capitais estatais no mercado que de acordo com a visão liberal/pragmática da revista apelando diversas vezes à Constituição de 1967, deveria ser ocupado pelo empresário nacional⁸⁵.

⁸⁴ De acordo com Luciano Martins o crescimento das empresas governamentais entre 1966 – 1970 foi de 22,6%, e entre 1970 – 1976 foi de 37,4%, com percentagens calculadas sobre o total de empresas para as quais se tem informação utilizando como fonte “Quem é quem na economia”, Visão, agosto de 1976. (MARTINS, 1985, p.62).

⁸⁵ [...] O silêncio dos empresários em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal, sobretudo com o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que, se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar (FICO, 2004, p.38).

3.2 ROBERTO CAMPOS E OCTÁVIO GOUVÊA BULHÕES NO FÓRUM DE 1973: OS TRAÇOS POLÊMICOS DE UM MODELO

O Fórum de 1973 procurou dar voz aos condecorados “Homens de Visão” para discutir o modelo de desenvolvimento brasileiro, e assim a revista apresentou o evento:

Para discutir os aspectos fundamentais da situação econômica do Brasil de hoje, ninguém melhor do que empresários, economistas e administradores já testados – e aprovados – na prática. Assim, foram reunidos nove homens cujo sucesso inegável, em diferentes áreas de atividade, os transformou em “Homens de Visão”. Empresários como Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Giordano Romi, e Jorge de Souza Rezende, engenheiros como Glycon de Paiva e Lucas Lopes, economistas como Daniel Faraco, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, além de um administrador como Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil, integraram este fórum, único pela qualidade dos seus participantes, sobre o modelo brasileiro de desenvolvimento (Quem é quem na economia, 1973, p.13).

Temos um recorte bem definido dos participantes, empresários, economistas e administradores, delimitando inclusive o campo ideológico dos participantes de acordo com a classificação adotada por Bielschowsky, tendo em vista que são neoliberais e desenvolvimentistas não nacionalistas, como Glycon Paiva, Lucas Lopes, Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões. Diante da apresentação dos participantes, a revista qualifica estes sujeitos como os mais recomendados para falar da situação econômica do Brasil, pois seriam “aprovados na prática”. Quando a publicação remete à prática, percebemos um esforço de tentar fugir do caráter teórico/retórico, presente no discurso intelectual, e distinguir que “fazer” acaba sendo mais importante do que apenas “pensar” sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro. Percebemos estes movimentos na publicação, como se os empresários nacionais estivessem preocupados em fazer ao invés de apenas discutir, enfoque também trazido nos editoriais de Henry Maksoud em 1977. Posicionamento que nos leva a entender que por trás de um discurso pretensamente liberal, havia um pragmatismo em relação aos resultados do desenvolvimento, o qual foi expresso pelo termo “fazer”.

Neste fórum, como trazido anteriormente, tendo em vista a estratégia metodológica para abordagem da fonte, trouxemos para análise trechos selecionados com as participações de Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos. O tema de crítica principal do fórum nos trechos selecionados foram os problemas da

estatização, e durante a argumentação do fórum, Campos e Bulhões buscaram demonstrar os caminhos da estatização que levam a ineficiência do mercado, e os avanços que foram feitos durante os governos do regime militar.

O desafio, está em perceber como a ideologia liberal se articula com o pensamento destes intelectuais e a partir disto, como se constrói a crítica ao estatismo, ou seja, revisitando estes processos é possível historicizá-los, e dentro do recorte temporal compreender como o campo se articula entre os intelectuais e como se expressa nos limites da ação do governo que a publicação propõe. Neste fórum, fugindo do economicismo dos termos e conceitos específicos da área, o que nos interessa é: como compunham as ideias a respeito das questões do Estado, captando o teor ideológico que pairava a discussão nacional do período, e dentro desta proposta iremos organizar as questões a serem debatidas.

Diante destes objetivos, ao pensarmos a discussão sobre temas econômicos, como a poupança no período, ou melhor, sobre a ausência dela, que a economia utiliza muito como fator fundamental para a conversão em investimentos produtivos, Octávio Gouvêa de Bulhões argumenta que:

Sua defesa veio a ser consubstanciada depois de março de 1964, quando se instituiu a correção monetária do capital. Dada a escassez de poupança e urgente realização de alguns investimentos, recorreu-se ao financiamento por meio de impostos. Mas, nesse caso, somente o Estado poderia ser proprietário do que fosse investido ou empresário de empresas por ele construídas. Sem sombra de dúvida mau empresário, por que um capital obtido por compulsão está longe de despertar o interesse na produtividade e na eficiência (Quem é quem na economia, 1973, p.22).

Neste trecho Bulhões sinaliza para os caminhos que o Estado usa para captar recursos financeiros através de impostos e reinvesti-los em empresas estatais, mesmo com a ausência de poupança necessária para investimento em capitais produtivos. Configura-se neste caso, uma crítica ao modelo de intervenção estatal na economia, sobretudo aos caminhos tortuosos nos quais estes investimentos estatais são realizáveis. Os investimentos normalmente ocorriam através da captação de recursos privados por meio de impostos e a transferência para empresas estatais, bem como colocados em prática com a execução de planos econômicos de desenvolvimento, os PND's⁸⁶.

⁸⁶ O planejamento econômico, quando foi proposto como solução importante para os problemas econômicos do país, encontrou muitas resistências. Era considerado, pelos economistas ortodoxos e

Argumentando por meio do modelo liberal, Bulhões aponta a ineficiência do governo como empresário, nas suas palavras “mau empresário”, e mostra os meios de acumulação que levaram à “hipertrofia do Estado” ou “hipertrofia do executivo”, ou seja, o capital obtido por compulsão, que leva a distorções do mercado. Compreendemos que, o esforço de Bulhões, é de sinalizar aos leitores da revista que o modelo de funcionamento do capitalismo brasileiro estava sendo poluído pelas ações do Estado, contrárias à produtividade e à eficiência. Embutido nesta defesa do livre mercado também está a manutenção dos interesses dos grupos capitalistas nacionais, já numa previsão do que depois veio a ser a “falácia dos espaços vazios”.

Porém, Bulhões ao longo do fórum aponta avanços nas políticas de capital, sobretudo em 1973, onde lança uma perspectiva positiva para o futuro:

Do presente para o futuro: hoje, achasse [sic] modificado o ambiente. Com a correção monetária do capital, abriu-se o acesso ao mercado. O quadro financeiro assumiu aspectos radicalmente diferentes, quer para as empresas particulares quer para as empresas estatais (Quem é quem na economia, 1973, p.22).

A perspectiva positiva surge justamente com a frase “abriu-se o acesso ao mercado”, abrir este acesso é o caminho na visão de Bulhões para descentralizar o poder econômico que está nas mãos do Estado no período. Então, assinala como ponto de convergência o mercado financeiro, que poderia diluir as diferenças entre empresas privadas e empresas estatais, logo, as estatais poderiam ser diluídas aos poucos com a venda de ações. Este mecanismo é visto como eficiente por Bulhões, e implícito na argumentação econômica para o movimento de capitais na economia brasileira está a conotação ideológica de propor um modelo diferente de sociedade, ancorado nas diretrizes prezadas pela publicação.

A argumentação de Bulhões no fórum continua a reforçar seu posicionamento do mercado financeiro como caminho para a desestatização, inclusive, colocando o mercado acionário como forma de aumento da eficiência dos capitais estatais: [...] *por serem induzidas ao financiamento através do mercado, passaram a respeitar a produtividade e a eficiência. Dão conta de seus resultados ao público, porque do público dependem seus recursos financeiros* (Quem é quem na economia, 1973, p.22).

pela burguesia conservadora, uma ameaça de socialismo. As velhas teses dos laissez-faire eram desenterradas para contestar qualquer tentativa de planejamento (BRESSER, p.135, 1994).

O mercado então cobraria resultado das empresas estatais, para assim, através de resultados positivos e da transparência das ações, novos acionistas comprariam ações destas empresas. Logo, no argumento de Bulhões, mudaria a forma de captação de recursos das empresas públicas, se antes era através da criação de investimentos estatais por meio de impostos, levando à ineficiência e acarretando em um Estado “mau empresário”, a dinâmica se inverteria, porque a captação de recursos seria através do mercado de ações, ou seja, de agentes privados, forçando uma melhor administração das empresas estatais.

O modelo proposto por Bulhões, e que, ele coloca como já em funcionamento durante a discussão no fórum, busca uma mudança de mentalidade dos agentes do governo na forma de gerir a economia, e são estes os elementos sutis na publicação que procuramos. Pois, ao público leitor, constrói a imagem de um governo incapacitado para gerenciar as empresas estatais, e que o avanço das estatais levaria a problemas econômicos ao longo do tempo, tirando a possibilidade de crescimento dos empresários nacionais e também da criação de novos empresários.

É este modelo liberal que a publicação quer embutir no público leitor, estudantes de administração, empresários nacionais, classe média e funcionários de empresas privadas, que por meio da construção do material passam a formar a opinião de um Estado ineficiente, mesmo no auge do “milagre econômico”. Pois bem, quando Bulhões coloca o mercado de ações como forma de democratizar a economia e diluir o capital estatal, e ao mesmo tempo forçando o Estado a ser um “bom empresário”, acende a vontade de pessoas comuns, ou seja, o público alvo da revista contribuir para a desestatização de economia ao comprar ações de empresas do Estado:

O público, hoje, adquire ações de empresas do Estado ao mesmo nível que adquire ações de empresas particulares. No mercado de capitais, desapareceu a linha divisória entre empresas estatais e empresas particulares. É provável, no curso do tempo, que se venha a presenciar o fracionamento acionário, a ponto de diluir-se a propriedade do Estado e a propriedade de grupos de indivíduos (Quem é quem na economia, 1973, p.22).

Neste recorte Bulhões adota uma postura de um liberal clássico, muito próxima da ilusão ideológica do livre mercado em diluir a concentração de capital nas mãos de grandes grupos. Vê no mercado financeiro essa possibilidade de “diluir” a propriedade do Estado e de grupos de indivíduos. Interessante este tipo de

argumentação, digamos, até inocente de Bulhões, um economista já bem experimentado em 1973, de ver no mercado financeiro um dos caminhos para a redistribuição de riquezas em um país tão desigual como o Brasil. Deposita no mercado financeiro via fluxo de capitais uma forma de democratizar a riqueza, colocando como acessível para as pessoas ser um “pequeno capitalista”, dono de uma “pequena fração” de grandes empresas.

Este pensamento adota uma perspectiva oportunista, considerando que o movimento de concentração de capital em países periféricos do capitalismo mundial, como o caso do Brasil, caminha em outro sentido. Podemos pensar na hipótese de que o caminho adotado na argumentação de Bulhões é o de convocar pessoas comuns para aderirem ao mercado e pensarem como “liberais”, e também, como uma estratégia para captação de poupança suplementar para grandes grupos nacionais, pois, teriam o reforço do pequeno acionista para aumentar suas riquezas, e sem perder o poder de decisão nos grandes grupos. Ao mesmo tempo em que através deste modelo, sutilmente desestatizam a economia brasileira, agindo subjetivamente para ganhar espaço no campo “ideológico” frente aos grupos que defendiam a estatização da economia nacional.

Após a análise da participação de Octávio Gouvêa de Bulhões no fórum, partiremos para as contribuições de Roberto Campos no evento. Roberto Campos seguiu, como o esperado a mesma linha de argumentação de Bulhões a respeito da estatização crescente da economia brasileira.

Acredito que o grau de estatização tenha aumentado, a despeito de o ideário oficial ser privatista. É que, na prática, a teoria é outra... Em parte, o avanço da estatização é decorrência da massificação de investimentos exigida pela nossa escala de industrialização. É o caso do aço, por exemplo, da energia elétrica, da petroquímica de base (até certo ponto) e da grande mineração. Para preservar esses setores em mãos privadas seria preciso, da parte do Estado, uma grande convicção filosófica de que a iniciativa privada é necessária para propiciar eficiência competitiva e preservar a democracia política (Quem é quem na economia, 1973, p.23).

O posicionamento de contrário a estatização remete a uma busca de confiança do Estado de que a iniciativa privada cobriria os espaços vazios nas indústrias pesadas, onde normalmente o Estado atuava. Devemos ter em mente que o ano de 1973 é o último ano do “milagre econômico”, e que a economia nacional crescia a ritmo intenso desde 1968, logo, a política econômica de industrialização pesada é que sustentava o crescimento do PIB. No entanto, o crescimento da

economia passava por três setores, que seriam o tripé, e o pé do Estado, juntamente com o pé do capital estrangeiro eram as principais bases, e o discurso da publicação ia no sentido de que o Estado precisaria mudar a sua mentalidade, a “convicção filosófica” que falta para dar condições do pé das empresas privadas nacionais crescesse no mesmo ritmo ou mais que os outros dois.

Outro ponto interessante no recorte é a denúncia do discurso oficial do governo ser privatista. A Constituição de 1967 previa a preferência das atividades econômicas se concentrarem na iniciativa privada, mas como coloca o recorte “na prática a teoria é outra”, diante disto, seguia o crescimento das empresas estatais e do capital internacional em detrimento do capital privado nacional. Este é um dos questionamentos abordados por Luciano Martins na sua obra, pois não existia uma ideologia estatizante, muito pelo contrário⁸⁷.

Roberto Campos continua a denunciar o crescimento do Estado e da grande empresa estrangeira em detrimento da nacional:

Seria preciso também que o Governo dispusesse a financiar a longo prazo a participação acionária privada, habilitando inclusive os empresários nacionais a manter sua posição vis-à-vis dos Leviathans estatais e da grande empresa estrangeira. Ora, nosso ideário é favorável à empresa privada – assim o reza a Constituição –, mas estamos longe de ter uma fervorosa convicção doutrinária a respeito (Quem é quem na economia, 1973, p.23).

Roberto Campos neste trecho afirma que seu ideário é a favor da empresa privada, coloca a Constituição de 1967 como privatista, mas também nega a convicção doutrinária a respeito. Este ponto é um tanto controverso, porque vai na contramão do seu discurso no fórum até então. Existe um argumento de convergência com a participação de Octávio Gouvêa de Bulhões, que é o mercado de ações como um caminho que deveria ser estimulado pelo governo para que as empresas nacionais, ou capital privado nacional pudesse ganhar corpo frente ao Estado e às multinacionais. Sobre esta questão ressalta “posição *vis-a-vis* dos Leviathans Estatais e da grande empresa estrangeira”, notamos a forma com que Roberto Campos se

⁸⁷ Luciano Martins, no seu livro *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-1964*, questiona a ausência de uma ideologia estatizante neste momento de hipertrofia do executivo, dentro de um discurso contrário de fortalecimento da iniciativa privada: [...] um dos temas mais privilegiados foi o da busca de uma explicação para um fenômeno que é enunciado desde o início do segundo capítulo e que particularmente me intrigava: o da ausência do exato momento em que mais o Estado se expande, de uma explícita ideologia estatizante (MARTINS, 1985, p.12).

refere aos “inimigos” da iniciativa privada nacional, dando ênfase ao tamanho dos outros dois tipos de capital que rivalizavam com o capital nacional.

Longe da simbiose do tripé, é notável no discurso dos empresários a questão de como competir com estes gigantes, ou seja, o discurso liberal da publicação apresenta fragilidade em alguns pontos, é coerente pedindo a redução das estatais, mas não é quando pede intervenção governamental e apoio na competição contra o capital estrangeiro, demonstrando mais uma vez o pragmatismo no discurso. A porosidade se torna evidente nestes pontos, pois, é um tipo de “liberalismo de conveniência” da iniciativa privada nacional, que é colocada em muitos aspectos como vítima no discurso:

A iniciativa privada é ao mesmo tempo acariciada, como ideal, e espancada como realidade. Mas há, sem dúvida, alguns exemplos de melhor entendimento do papel da iniciativa privada. O BNDE dispõe a privatizar algumas empresas que anteriormente havia absorvido, depois de tê-las reabilitado economicamente. As subsidiárias da Petrobrás estão pagando impostos de renda, renunciando a uma injusta vantagem competitiva. O sistema de repasses financeiros (Finame, PIS, programas do BNH) devolve à iniciativa privada parte dos impostos cobrados. Mas inexistente ainda uma convicção filosófica de que o Estado é mero gestor e não proprietário do dinheiro público e de que nada pode dar ao contribuinte que dele primeiro não tenha tirado (Quem é quem na economia, 1973, p.23).

Quando Campos fala que a iniciativa privada é acariciada como ideal e espancada como realidade, temos um fator importante, que é a dissonância entre o discurso governamental e a prática. Com certeza este é um ponto de grande sensibilidade para a análise histórica, pois, no discurso econômico do “milagre”, existe a predominância da retórica de que os grandes empresários, principalmente nacionais, acumularam riquezas no período⁸⁸. Apesar de não caber a validade ou não desta afirmação para o objetivo desta pesquisa, a retórica da publicação era outra, ou

⁸⁸ Sobre esta afirmação, temos ampla divulgação tanto nos meios acadêmicos quanto na mídia de massa, que o bolo do crescimento econômico enriqueceu as elites devido ao desenvolvimento mal ordenado. Quando citamos mídia de massa percebemos a reprodução deste discurso que predomina na economia. Em entrevista concedida ao Portal de internet, R7, o professor do departamento de ciências econômicas da Unesp, Adilson Marques Gennari, ressalta que a economia da ditadura militar foi de grande expansão, mas mal planejada, com extremo desequilíbrio estrutural. De acordo com o professor: - Os planos econômicos e o planejamento eram em benefício do desenvolvimento industrial, mas totalmente desvinculados das necessidades reais da população. Logo, foi um milagre infernal, porque o planejamento gerou uma industrialização totalmente desequilibrada. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/milagre-economico-ou-desastre-saiba-mais-sobre-o-crescimento-brasileiro-durante-o-regime-militar-03042014>, acesso em 08 mar.18

seja, que o Estado “sugou” o capital nacional durante o milagre, delineando tensões entre estes grupos e não simbiose.

Percebemos no discurso de Roberto Campos o combate contra o chamado “Capitalismo de Estado”, quando coloca que o Estado deve ser um gestor e não um proprietário dos recursos, separando a *expertise* tecnocrática da influência de decisões políticas sobre a expansão estatal. Fator que enquanto ministro do governo Castello Branco sustentou que suas políticas econômicas ao contrário do governo anterior à 1964 eram dissociadas de interesses políticos dos grupos econômicos que estavam no poder, mas sim, resultado de planejamento técnico macroeconômico⁸⁹. Neste ponto da argumentação ganha corpo uma das formas de intervenção positiva do Estado na economia, que é justamente direcionando recursos para o crescimento da iniciativa privada nacional e regulamentando a estrangeira. Este é o melhor dos mundos para a “filosofia liberal” proposta pela revista, que é o “liberalismo de conveniência” para o capital privado nacional⁹⁰.

Ao longo do fórum, Roberto Campos demonstra de forma mais clara quando a intervenção estatal é importante:

De outro lado, propiciando o surgimento de grupos financeiros internos mais potentes e atraindo investidores externos, o crescimento acelerado do produto cria condições para uma delimitação clara da área permissível de operações do capital privado, em geral, e do estrangeiro em particular. Talvez já pertençam à fase anterior de imaturidade política as intervenções perturbadoras que alteravam o curso dos investimentos por simples capricho administrativo, ou a modificação das normas reguladoras, com óbvios prejuízos ao planejamento de longo alcance. Não obstante, enquanto a economia não for plenamente desenvolvida, será necessário um maior grau de intervenção governamental, seja por considerações de equidade, para corrigir desigualdades exageradas na distribuição de renda entre indivíduos e regiões, seja por fatores técnicos, tais como a alta concentração de investimentos e o volume maciço de capital exigidos para atingir economias de escala, como na construção das grandes centrais elétricas (Quem é quem na economia, 1973, p.24).

No recorte, Campos justifica a intervenção estatal em uma economia como a brasileira, devido ao estágio intermediário de desenvolvimento no qual se encontrava

⁸⁹ Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen acusaram os governos anteriores a 1964 de politizar as políticas econômicas e argumentaram que suas políticas estavam livres da política e que eram, portanto, superiores (SCHNEIDER, 1994, p.37).

⁹⁰ E o fato de que as classes produtoras e as elites capitalistas manifestem na América Latina uma aversão encarniçada contra o dirigismo e o intervencionismo do Estado, mesmo quando se apresenta de forma branda, quando alguns desses setores devem tudo ao poder público, é um dos paradoxos latino-americanos (ROUQUIÉ, 1984, p.53).

em momento anterior ao milagre. O “liberalismo de conveniência” surge quando delimita áreas para o capital privado nacional e para o capital estrangeiro, pois, a preferência ao capital nacional se torna explícita quando as áreas de atuação são “gerais”, sem limitações para o crescimento, e por outro lado, o crescimento do capital estrangeiro é “particular”, apenas cobrindo “espaços vazios”. No entanto, sobre estes espaços vazios, quem parece querer ditar as regras é o capital privado nacional, pois, ele assume a posição de vantagem nesta proposta, e quando limita o capital estrangeiro a operações em áreas particulares (restritas) determina apenas nichos em que não existe investimento privado nacional. Também tira de circulação o capital estatal, ou o Estado, que deveria apenas gerir os interesses das empresas nacionais.

Estes são traços específicos do modelo ideológico liberal apresentado pela revista, que adotamos nesta pesquisa a nomenclatura de “liberalismo de conveniência”, no qual delimita o espaço de ação do capital estrangeiro, e adota uma justificativa para intervenção estatal que gera benefícios ao capital privado nacional. Apesar que do ponto de vista do liberalismo clássico ou do neoliberalismo gera perturbações no modelo proposto teoricamente, pois, toma espaço um modelo de proteção ao capital privado nacional.

Roberto Campos recorre ao combate ideológico travado entre as linhas teóricas do pensamento econômico brasileiro, criticando o desenvolvimentismo, que levou à naturalização de grandes intervenções estatais na economia, e que seria a linha teórica que permite a evolução da hipertrofia do executivo e das empresas estatais:

Conviria lembrar, no entanto, que um convívio demasiado longo com o subdesenvolvimento cristalizou opiniões que levaram a intervenção governamental além dos seus limites úteis e corretos. Alguns dos motivos dessa intervenção eram espúrios e força é reconhecer que tais opiniões sobrevivem em círculos ainda impermeáveis ao espírito de mudança e reforma da Revolução de 1964 (Quem é quem na economia, 1973, p.25).

Segundo Campos, existe a cristalização do pensamento ainda favorável à intervenção governamental além de limites “úteis” e “corretos”, coloca como negativa a intervenção estatal, contrapondo como um pensamento econômico retrógrado, pois mesmo após os espíritos de mudança e reforma da “Revolução de 1964” eles ainda estão presentes. Neste trecho, Campos delimita o campo de pensamento que defende. Além de uma campanha pró iniciativa privada nacional contra o estatismo, por trás está o antigo debate do liberalismo contra o desenvolvimentismo, ou seja,

imperava ainda o duelo no campo das ideias, e que automaticamente Roberto Campos classificava o pensamento desenvolvimentista como retrogrado.

A forma com que se apropria de termos como “revolução” e “reforma” ao se referir à ditadura militar, reforça a ideia de que os intelectuais ligados ao anuário não estão contra a condução política do governo militar, mas sim contra a condução econômica estatista, que ancora seu discurso dentro de uma argumentação que busca uma exaltação de um ideal de nação unindo forças em busca do desenvolvimento⁹¹. A condução econômico-liberal, proposta pela revista ao negar o avanço do Estado na economia, reflete mais uma vez o posicionamento pragmático das elites que representavam o capital nacional na disputa para a manutenção da sua hegemonia econômica.

Temos então o cenário no qual os intelectuais ligados à revista estão ideologicamente contrários ao tecnicismo estatal e a permanência do pensamento desenvolvimentista no interior do governo militar, mas não estão pedindo por democracia em sentido de liberdade política, por isto criticam os que buscam o direito de “pensar” e “escrever”, pois para eles a liberdade de “fazer” é mais importante. E a liberdade de fazer está intimamente ligada à esfera da economia, sufocada pelo Estado e pelo capital estrangeiro.

Roberto Campos também retoma um discurso em que coloca o desenvolvimentismo como uma ideologia que levaria à falência do sistema capitalista brasileiro por meio da intervenção desenfreada do Estado da maneira errada. Porém, aponta como positiva a intervenção do Estado no tocante ao incentivo à iniciativa privada, enfatiza que o Estado estaria sendo subestimado como instituição que preservaria os interesses privados:

Advogava-se também a intervenção do Estado como meio sub-reptício de favorecer a destruição do sistema capitalista, pela gradual socialização dos instrumentos de produção. Ao lado do *preconceito ideológico* vinha o *preconceito patrimonial*, que consistia em subestimar-se a capacidade do Estado para respeitar o interesse social através do exercício de controles regulatórios, postulando-se, ao invés, erroneamente, que somente como proprietário e operador do direito do serviço poderia o Estado assegurar a predominância do interesse social sobre o privado (Quem é quem na economia, 1973, p.25).

⁹¹ [...] No plano da ideologia, estatismo, nacionalismo ou desenvolvimentismo apareciam muitas vezes como confundidos, como conceitos intercambiáveis, os quais, na medida mesma em que eram percebidos como instrumentais de um projeto de desenvolvimento da nação, serviam para justificar politicamente a existência da empresa estatal e o papel exercido por seus administradores (MARTINS, 1985, p. 60).

Segundo Roberto Campos, existia um preconceito ideológico contra a intervenção do Estado, pois, a progressiva acumulação de capitais nas mãos do Estado poderia levar a uma socialização dos meios de produção, mas o que Campos quer colocar é que a intervenção não deve ser um caminho para o socialismo, mas sim, para abrir espaço para o capital privado nacional. A partir disto, apesar da nossa referência às categorizações de Ricardo Bielschowsky, quando ele coloca Roberto Campos como um desenvolvimentista não nacionalista, devemos relativizar essas categorias. Justamente, por que de acordo com o que percebemos na fonte, o discurso de Campos oscila, pois, parece em muitos momentos adotar o posicionamento forte a favor do capital privado nacional, e dentro dos recortes selecionados não parece justificar seu apelido de Bob Fields, tendo em vista que a opinião pública o tinha como um guru da defesa da entrada de capitais internacionais na economia brasileira.

Mais do que o aspecto prático da economia, o qual não nos interessa aqui, percebemos um prisma de pensamentos diferentes a respeito da ideologia liberal, trazendo complexidade ao estudo, pois, no recorte proposto é possível perceber um movimento neste sentido. Campos é um intelectual que ainda olha o Estado como um instrumento importante para a iniciativa privada nacional, traços também presentes em Bulhões e Said Farhat. No recorte da pesquisa, pelo menos até o final do “milagre econômico”, o anuário finca suas bases no terreno liberal, mas que reconhece o Estado como um instrumento importante para a iniciativa privada, e a todo momento mostra a ele o caminho que deve seguir, sem, no entanto, ser um ferrenho crítico, apenas mostra a necessidade de uma mudança de postura, mas sempre com cuidado nas críticas.

Por fim, Campos conclui sua participação no fórum com importantes recomendações para o governo, as quais consistem basicamente como condições para tranquilizar o empresariado:

Seria um fator de tranquilidade para o empresariado se o Estado, ao atuar na área de rentabilidade direta, se dispusesse a obedecer a estas diretrizes: a) transferir as empresas para a iniciativa privada, uma vez completada a fase de implantação, a fim de recuperar recursos para novas atividades pioneiras; b) quando, excepcionalmente, operar em competição com empresas privadas, evitar a concessão de privilégios às empresas estatais, que impliquem concorrência desleal; c) sempre que for possível, procurar agir por meio de sociedades de economia mista, que permitam alguma mobilização

de recursos privados e a adoção de métodos de administração privada (Quem é quem na economia, 1973, p.25).

A todo momento em sua plataforma, Campos apoia os capitais privados, porém, existe um ponto de dúvida neste recorte, pois, o intelectual não deixa claro de qual tipo de capital privado está se referindo, se os capitais privados nacionais, ou se os internacionais, ou ambos sem distinção.

O que deixa bem claro, são os caminhos para as empresas estatais, os quais são bem delimitados por Roberto Campos, com recomendações para passar progressivamente as empresas estatais para o domínio privado. E quando houver competição entre empresas estatais e privadas, evitar a concessão de privilégios às empresas estatais, sob o argumento da existência de uma concorrência desleal. Pois bem, o Estado atuaria nos espaços vazios primeiramente, mas se houver uma concorrência entre empresas privadas e estatais talvez seja também pelo fato da empresa privada entrar nos espaços que antes eram vazios, e que foram ocupados pelas empresas estatais, este parece um mecanismo normal da economia de mercado, as empresas privadas foram atraídas pela rentabilidade dos mercados nos quais o Estado atuava. Desta forma, o que o capital privado nacional quer é que o Estado deixe os espaços antes vazios que foram desbravados, e transfira estes mercados para estes grupos, imperando mais uma vez o “liberalismo de conveniência”.

Na próxima seção iremos trazer uma matéria do anuário “Quem é quem na economia brasileira” no qual participaram vários empresários e intelectuais que fizeram parte da elaboração das políticas econômicas do governo militar, e mais uma vez, compreendendo a estratégia metodológica da pesquisa, iremos analisar as contribuições de Roberto Campos que foi convidado a participar de uma das entrevistas.

3.3 ENTREVISTA COM ROBERTO CAMPOS A RESPEITO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO MILITAR

Em 1976, o anuário realizou uma série de entrevistas com homens que participaram das políticas econômicas do governo militar brasileiro, o título era o seguinte: "Eles estiveram no poder (alguns ainda estão) e contam o que fizeram". Com essa proposta, foram realizadas perguntas sobre a condução das políticas

econômicas durante o governo militar, com uma grande lista de participantes. Como estamos neste capítulo buscando perceber como Roberto Campos constituía seu pensamento e como se expressava na revista, optamos mais uma vez em dar destaque para suas respostas nesta bateria de entrevistas. Buscamos com a adoção desta metodologia melhor recortar a percepção do fluxo de ideias nas redes presentes no núcleo de intelectuais da publicação. Compreendemos, assim como exposto em capítulo inicial que outros intelectuais orbitavam pela publicação, mas é central para nossos objetivos delimitar o pensamento dos principais articuladores.

Trataremos da participação de Roberto Campos, o qual é assim apresentado:

Roberto Campos, como ministro do Planejamento, coube comandar a reestruturação da economia brasileira, no Governo Castello Branco, embora submetido a violentos ataques da oposição e de dentro do próprio Governo (Quem é quem na economia, 1976, p.30).

Roberto Campos, enquanto ministro entre 1964-67, e de acordo com a apresentação da revista, foi submetido a ataques internos enquanto estava no governo. Ao colocar esta afirmação de forma explícita, a revista denuncia tensões dentro do próprio governo, com heterogeneidade de pensamentos, e não uma coalizão total e “romântica” da Revolução civil-militar de 1964. Essas tensões também podem ser interpretadas, como a cisão entre a linha “branda” e a linha “dura”, porém devemos interpretar com ressalvas estes termos, tendo em vista a fragilidade destas definições.

Roberto Campos retoma esta questão na entrevista, pois no ano de 1976 já havia se esgotado o “milagre econômico”, e uma das estratégias de Roberto Campos foi não demonstrar que houve um retrocesso na área econômica:

Visão – Estaremos de volta a uma situação semelhante à de 1964, com inflação acelerada e déficit no balanço de pagamentos?

Roberto de Oliveira Campos – Não, a situação hoje é bastante melhor, embora tenhamos de atravessar uma zona de turbulência.

Em suma, hoje temos radar, na época viajavamos com bússola e sextante. Naquele tempo tínhamos reservas cambiais negativas sob a forma de “atrasados comerciais”; hoje temos reservas positivas, se bem que resultantes de endividamentos e não de saltos comerciais.

Tínhamos então uma tarefa de reconstrução; hoje é de simples adaptação à crise internacional. Em compensação, como estávamos à beira do caos, havia naquele tempo maior plasticidade psicológica e política do que hoje para a aceitação de medidas duras (Quem é quem na economia, 1976, p.30).

Campos no seu discurso busca uma reversão de expectativas. Compara o ambiente econômico desfavorável no início do governo militar e atribui a uma

desorganização do Estado antes de 1964, também como estratégia para desqualificar a gestão econômica de desenvolvimentistas nacionalistas, como a de Celso Furtado, Ministro do Planejamento do Governo Goulart. Podemos perceber que existia um embate ideológico, mas não só entre linha branda e linha dura, mas sim entre desenvolvimentistas x liberais, a qual, Roberto Campos, como também Octávio Gouvêa de Bulhões não deixam de estar presentes nas suas argumentações ao longo dos anos no anuário “Quem é quem na economia brasileira”. No entanto, ao contrário de como tratou a crise do início dos anos 1960, minimiza a crise econômica que estava sendo vivenciada a partir da segunda metade dos anos 1970, argumentando que a organização macroeconômica do país possibilita uma adaptação à crise em comparação com a reconstrução do período anterior aos militares.

A estratégia de Roberto Campos então cai no jogo de palavras ao definir o momento em que a economia brasileira vivia, abordando-o como uma turbulência, mas que agora o governo possui “radar” ao contrário dos primitivos “bússola e sextante” para passar por este momento. O jogo de palavras demonstra a busca da superioridade na argumentação, colocando-o como um dos responsáveis pela modernização da economia brasileira, que agora permitiria apenas uma readaptação à crise internacional, ao contrário do esforço de reconstrução de antes.

Ao retornar as atenções para o governo Castello Branco, na próxima pergunta a revista explora quais eram as iniciativas que deveriam ser seguidas:

Visão – Quais eram as iniciativas daquela época que mereciam melhor seguimento?

Campos – Lamento que o Estatuto da Terra tenha ficado em banho-maria, pois era parte da estratégia de democratização de oportunidades, que constituía a filosofia social do presidente Castello Branco. Este sempre preferiu a expressão “democratização de oportunidades” à, hoje popular, “distribuição de renda”. É que um país pobre tem pouco a distribuir, mas ao mesmo tempo nenhum país é tão pobre que não deva fazer um esforço para democratizar as oportunidades em vários sentidos; acesso à educação; acesso à habitação; acesso à terra.

O primeiro se vincula ao problema geral de desenvolvimento, pois educação exige investimentos e reclama uma economia dinâmica para dar emprego aos educados. Buscou-se solução para o segundo problema com a criação do BNH. Melhorar as oportunidades de acesso à terra era o objetivo do Estatuto da Terra, expressão que Castello Branco preferia à denominação mais conflitiva “reforma agrária” (Quem é quem na economia, 1976, p.32).

Neste trecho, surge mais uma das dicotomias ao opor “distribuição de renda” com “democratização de oportunidades”, assumindo uma posição mais liberal a segunda e a primeira mais socializante. Ele usa os termos ao argumentar a respeito

do estatuto da terra, que seria uma tentativa de aumentar o acesso à lotes de terra produtivo para agricultores que não possuíssem seu espaço, mas enfatiza diferenciação em relação à reforma agrária do período João Goulart, como sendo coisas diferentes do ponto de vista ideológico. Conseguimos diferenciar no pensamento de Roberto Campos estas categorias, de um lado a “democratização de oportunidades” e o “estatuto da terra” como expressões liberalizantes, contrapondo com as propostas socializantes de “distribuição de renda” e “reforma agrária”, referindo-se à denominação como conflitiva.

A base da argumentação de Roberto Campos, como apontada no texto, trata do crescimento econômico brasileiro como basilar para estabelecer as diferenciações, recorrendo ao que seria o pensamento do presidente Castello Branco. Campos diz que em um país em processo de desenvolvimento como o Brasil, a democratização de oportunidades surge como uma via que preserva o direito de propriedade das elites, enquanto que promove a possibilidade de ascensão econômica dos mais pobres, dentro de um bem delimitado modelo de leitura liberal da sociedade. A distribuição de renda e a reforma agrária automaticamente remetem a ideia de partilha, logo, este seria um dos grandes medos das elites econômicas brasileiras em meados de 1975, quando o “milagre” se esgotaria, e no contexto internacional de Guerra Fria e de possibilidade de retorno de Guerrilhas pelo país, o medo do comunismo voltava a ganhar força.

Os termos utilizados são elementares para perceber as tensões presentes no discurso político e econômico do período, pois, com o esgotamento do ufanismo, e a desilusão de que o Brasil deixou de crescer e de caminhar em ritmo acelerado rumo ao desenvolvimento, aos poucos, voltavam a pairar velhos fantasmas que traziam novos medos aos grupos hegemônicos. Emergia então, o gigantismo do Estado como um dos medos das elites empresariais nacionais, e aos poucos ganhava forma o fantasma do capitalismo de Estado, como uma forma híbrida de governo como denunciou Henry Maksoud pouco tempo depois.

Sobre a política de distribuição de rendas, tratou de ser enfático ao afirmar que seria um erro deixar os ricos mais pobres para deixar os pobres mais ricos, numa visão até certo ponto inocente da realidade, como se a distribuição de renda fosse simplesmente uma via de mão dupla, como o governo só retirando de um grupo e enviando para o outro:

Jamais se conseguiu eficazmente tornar os pobres mais ricos simplesmente tornando os ricos mais pobres; acabam ficando todos mais pobres. Mais uma sabia transferência de recursos de investimentos físicos para investimentos humanos – educação, habitação, saneamento, nutrição – pode a tal ponto melhorar a produtividade que a menor taxa de investimento físico é compensada por sua melhor utilização (Quem é quem na economia, 1976, p.32).

Os termos utilizados na argumentação de Campos a todo momento buscam a valorização do individualismo, democratizar oportunidades é isto, é a busca do sucesso individual, e coloca a desigualdade como um dos maiores freios à capacidade criativa dos indivíduos, a qual impacta indiretamente na iniciativa privada. Campos reforça a todo momento a importância da distribuição de oportunidades como alternativa a ineficiente distribuição de renda, lançando ao Estado a responsabilidade de melhor instruir os sujeitos mais pobres, ao mesmo tempo em que os quantifica como investimentos na transferência dos investimentos físicos para os investimentos humanos: “menor taxa de investimento físico é compensada por sua melhor utilização”. O que buscamos demonstrar nestes recortes é a carregada carga ideológica que guia a construção da argumentação de Roberto Campos, onde o tecnicismo apresenta um dos seus auge ao analisarmos o pensamento do intelectual, evidenciado na forma com que o economista denomina o investimento social para o trabalhador, simplesmente como uma unidade de produção, buscando a sua melhor utilização, para maiores retornos para a produção e não para o sujeito enquanto cidadão.

A entrevista avança para o tema da estatização, e diante da possibilidade de expor suas opiniões, Roberto Campos lembrou um opúsculo que ele escreveu sobre o tema em meados da década de 1960:

Visão – Qual é a sua opinião sobre a estatização?

Campos – Há mais de dez anos escrevi um opúsculo “funções da empresa privada” em que procurei formular uma teoria sobre os limites racionais da intervenção do Estado. Relendo recentemente, conclui que nada tenho a adicionar ou subtrair (Quem é quem na economia, 1976, p.35).

Sobre o opúsculo, é uma característica dos intelectuais escreverem suas ideias e opiniões sobre determinado assunto, e diante da indagação, Roberto Campos retoma um texto que escreveu no início do governo militar sobre a estatização, através da imposição de limites da intervenção estatal. É notório ao longo do tempo, principalmente quando trabalhamos a história das ideias, que exista uma flutuação do

pensamento dos intelectuais sobre determinados assuntos, estes movimentos são naturais, porém, no recorte selecionado, declara Campos que nada teria de adicionar ou subtrair do material.

Compreendendo a efervescência dos debates econômicos e políticos do período, principalmente tendo em vista modificações tão intensas com o “milagre econômico” e com os processos de intensificação do regime militar, que um pensador como Roberto Campos, o qual participou de parte do processo, mantenha estática sua forma de pensamento sobre os limites de intervenção do Estado. Ainda mais percebendo a tendência de porosidade do pensamento liberal brasileiro, ou seja, o liberalismo que chamamos “de conveniência” é justamente para realizar um esforço de compreender as grandes ideologias como corpos em movimentos que variam de acordo com a sociedade no qual se reproduz e a partir dos grupos hegemônicos que as apropriam. Ou seja, retomamos este assunto, para problematizar o posicionamento estático de Roberto Campos sobre um tema base da nossa argumentação nesta pesquisa, que é: Como os liberais da revista interpretavam o estatismo ou a intervenção do Estado na economia a partir do pensamento liberal?

Pois bem, para continuar nossa análise vamos verificar como Campos desenvolve sua argumentação na entrevista:

Nesse opúsculo procurei distinguir as razões válidas e as espúrias de intervenção estatal. As válidas são: a) os modelos de desenvolvimento econômico da América Latina é que é menos do tipo espontâneo (EUA, por exemplo) que o tipo induzido (Alemanha Bismarkiana, Japão e França); b) a existência de imperfeições do mercado em (grau suficiente de concorrência, riscos anormais, necessidade de estimular regiões retardadas); c) alta concentração de capital em um longo período de maturação exigido por investimentos na infraestrutura e em algumas indústrias pesadas (Quem é quem na economia, 1976, p.35).

O autor começa distinguindo as razões válidas para a intervenção estatal, e diante das questões faz uma distinção do desenvolvimento latino americano em relação às outras experiências desenvolvimentistas, e classifica o modelo latino americano menos do tipo espontâneo e mais do tipo induzido. Logo, a intervenção estatal seria possível tendo em vista a artificialidade do desenvolvimento brasileiro. A interpretação que podemos tirar disto é a de que o incentivo à industrialização do tipo induzido resultaria em mecanismos estatais de financiamento de capitais privados nacionais, tendo um modelo de desenvolvimento que trate do estímulo do crescimento da empresa privada através de uma política econômica de intervenção estatal. O

segundo ponto que Roberto Campos toca no opúsculo é a questão das falhas de mercado, típica de economias periféricas, nas quais existe a desigualdade entre concentração de capitais e regiões. Na medida que os capitais se concentram nas empresas estatais e estrangeiras estas falhas podem se acentuar, e a intervenção estatal seria positiva como forma de arbitrar para a manutenção da harmonia nos mercados. E por fim, a última vantagem seria a capacidade do governo de investimento em infraestrutura em áreas que exigem muito capital, porém já na segunda parte dos anos 1970 se desenhava o clima de desconfiança no sucesso do preenchimento dos espaços vazios ao elevado custo de investimentos de capital sem o devido retorno que só somavam déficits financeiros ao governo⁹².

Este último ponto se torna contraditório, pois já em 1976, quando é realizada esta entrevista, existe a forte campanha contra o chamado capitalismo de Estado e à intervenção na economia sobre o discurso dos “espaços vazios”, mas ainda Campos se refere ao espaço que o Estado deve se ocupar quando o longo espaço de recuperação de investimentos altos não atrai os grupos empresariais privados. O discurso de Campos, sobretudo quanto aos limites da ação estatal, poderia fazer mais sentido no momento que foram escritos, tendo em vista, que em 1976 o debate contra a intervenção do estado estava em ebulição, ou seja, se a mesma entrevista fosse feita no final dos anos 1960, ou início dos anos 1970, quando a revista era amena em relação às críticas a respeito da condução econômica do governo, talvez os argumentos a favor da intervenção estatal de Campos fossem melhor aceitos tendo em vista seu alinhamento ideológico.

De outro lado, as razões ditas espúrias para a intervenção estatal seriam:

[...] a ilusão transpositiva (imaginar que a simples transferência de certas atividades para o Estado diminua o custo real do serviço); o preconceito ideológico, isto é, solapar o capitalismo; o preconceito patrimonial (pensar que o Estado não sabe administrar suas propriedades) (Quem é quem na economia, 1976, p.35).

Sobre as razões negativas para a intervenção estatal, além da ideia de que o Estado possa realizar um determinado serviço a um custo menor, devemos perceber,

⁹² No começo da década de 1970 esses projetos super-dimensionados se encaixavam na euforia desenvolvimentista do “milagre econômico” e pareciam redundar na popularidade dos militares, ou auto-nomeados líderes do salto de grandeza. No entanto no final da década de 1970 e início dos anos 80, esses projetos tornaram-se sinônimos de tudo quanto estava errado no governo militar (SCHNEIDER, 1994, p.43).

e dar maior ênfase aos aspectos subjetivos presentes da argumentação de Roberto Campos, pois, pensar a ideia de um preconceito ideológico e patrimonial, remete aos valores básicos de uma economia capitalista, na qual o Brasil buscava sair da condição periférica. Estes preconceitos surgem a partir de uma matriz de pensamento liberal, no qual, o grau de intervenção do Estado, quando elevado, faz com que os intelectuais liberais vejam motivos para relacionar o aumento da intervenção com a redução das liberdades econômicas e também democráticas. Pois, por mais que o modelo liberal brasileiro apresentado pela revista seja variante quando comparamos com sua forma clássica, e também mais vulgar quando pensamos o debate econômico acadêmico entre desenvolvimentistas em suas diversas modalidades, a forma com que Roberto Campos se refere ao Estado, lhe dá ainda um grau de importância, em comparação com os editoriais ácidos de Henry Maksoud sobre a ineficiência do Estado em seus mais diversos segmentos.

Finalizando a entrevista, Roberto Campos, enumera de forma mais específica os motivos da ação empresarial do Estado, sejam positivos e negativos:

Diferenciei também os motivos de ação empresarial do Estado, ou seja, a motivação pioneira, a motivação supletiva (desinteresse da empresa privada), a motivação preclusiva (reservar áreas de monopólio para o Estado), a motivação corretiva (substituir a empresa privada afugentada por desincentivos ou irrealismo tarifário). As duas primeiras motivações são inquestionáveis. As duas últimas podem prestar-se a abusos, devendo cada caso ser examinado em seus méritos, seja no tocante à indispensabilidade do monopólio por motivos de segurança, seja no tocante à irreversibilidade da ação Estatal, que, inicialmente, desencorajou a empresa privada (exemplos: tarifas inadequadas para serviços públicos) e determinou a intervenção do Estado. Analisei também as limitações do Estado como investidor: politização da gerência, paternalismo no recrutamento, pouca sensibilidade a custos de produção, transferências de encargos para o erário, ausência de mecanismos de estímulos e castigo, imunidade ao açoite da concorrência, rigidez administrativa e ameaça de descontinuidade diretiva (Quem é quem na economia, 1976, p.35).

Neste recorte, podemos ter uma visão mais particular sobre os tipos de intervenção do Estado no campo empresarial e as suas limitações. Mostra que o assunto é extremamente complexo, onde em alguns momentos o Estado é amigo e em outros é vilão da iniciativa privada. E diante do exposto por Campos, percebemos que a relação é instável, pois, um tipo de intervenção desejável para o capital privado pode se tornar inconveniente, com o maior exemplo disto sendo as motivações supletivas, corretivas e preclusiva, as quais se confundem, e todas podem trazer controvérsias múltiplas a respeito da intervenção do Estado. Roberto Campos coloca

uma linha divisória entre as diferentes motivações, inquestionáveis ou abusivas, porém, é delicado analisar cada caso isoladamente, pois, como vimos nos editoriais de Maksoud, todas as motivações são abusivas, enquanto que nos editoriais de Farhat estas motivações poderiam ser observadas de acordo com a argumentação do articulista. Por fim, reforça a incapacidade gerencial do Estado, quando comparado com a eficiência de organização de empresas privadas, como o presente paternalismo nas escolhas dos cargos e a capacidade de se autofinanciar com impostos, ficando livre dos castigos do livre mercado que uma empresa privada com certeza não teria as mesmas vantagens.

Por mais que seu posicionamento se mantenha estático através do opúsculo, a composição do pensamento da revista mudou ao longo do tempo em relação aos limites do Estado, e esta variação se alterou de acordo com o esgotamento do milagre como também pela mudança de proprietário do Grupo Visão, porém, a entrevista de Campos, permite perceber que um dos participantes da revista não mudou seu pensamento de forma tão enfática.

O que queremos demonstrar é que, dentro da discussão do pensamento econômico brasileiro do período, podemos ter num mesmo grupo ou publicação, uma série de interpretações diferenciadas da situação econômica do país. E que, por mais que tenhamos posicionamentos parecidos, a porosidade que queremos demonstrar está presente, como nesta entrevista de Roberto Campos, na qual, a opinião da revista contra a intervenção estatal estava mais aguda, mas no discurso do entrevistado ainda parecia ter espaço para as intervenções estatais.

Concluimos este tópico sobre os fóruns e entrevistas, para demonstrar como se comportou o pensamento de Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos nas páginas do anuário “Quem é quem na economia brasileira”. No segundo capítulo tivemos a análise particular da coluna de Octávio Gouvêa de Bulhões, e este capítulo serviu como complemento para entendermos as variações da sua visão liberal sobre o Estado e o capital estrangeiro. A composição do pensamento de Roberto Campos também se tornou primordial, pois, assim como Bulhões, Farhat e Maksoud, representou também a mesma rede dos demais intelectuais, com Eugênio Gudin como principal mentor do grupo.

A partir do próximo tópico trataremos de algumas matérias da revista sobre diversos assuntos relevantes de natureza econômica, com destaque para como a revista tratou a questão do capital estrangeiro ao longo do recorte temporal proposto.

3.4 SOBRE AS MULTINACIONAIS E O CAPITAL ESTRANGEIRO

Neste tópico buscaremos trazer recortes da revista que busquem exprimir a opinião da publicação a respeito do papel do capital estrangeiro e das multinacionais dentro de um modelo proposto pela publicação. Já fizemos isto ao longo do trabalho com os editoriais de Said Farhat e Henry Maksoud, e também, ao longo dos outros materiais de análise, como na coluna de Octávio Gouvêa de Bulhões e até mesmo neste capítulo com as entrevistas e fóruns. Pois bem, o esforço que continua neste tópico assume uma natureza complementar na análise das fontes. São expressões da revista através de matérias especiais e entrevistas sobre o tema, que nos ajudarão a aprofundar um assunto sensível e importante para o desenvolvimento da nossa problemática, que é: Como uma publicação declaradamente liberal, e que defende o modelo, se posiciona frente às multinacionais e ao capital estrangeiro? Os preceitos liberais defendidos como ideologia se reproduzem nas matérias publicadas sobre o tema na revista? Ou mais uma vez teremos a figura do “liberalismo de conveniência”, que visa a proteção do capital privado nacional perante o mercado?

Estas perguntas já estão parcialmente respondidas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, porém, o esforço nesta questão é consolidar o posicionamento do anuário perante o capital internacional além da retórica oficial de apoio e reproduzida até certo ponto por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, ou dos capitais estrangeiros honestos *versus* desonestos dos editoriais. Ou seja, alguns elementos de tensão surgem neste meio, e que poluem a visão liberal da revista, expondo algumas inconsistências.

Pesquisas já consolidadas dentro do âmbito historiográfico e econômico, dão conta da importância das multinacionais no período, sobretudo dentro de uma estratégia de desenvolvimento que envolvia a coalizão de capitais que formavam o chamado tripé. A questão da coalizão de capitais é abordada, por autores como René

Armand Dreifuss⁹³ dentro de uma ótica marxista, Maria Helena Alves⁹⁴ relacionando com a questão da segurança nacional, Celso Furtado dentro do desenvolvimentismo nacional⁹⁵, dentre outros intelectuais das mais diversas tradições teóricas que se complementam ou que se contrapõem, mas que dão destaque para a participação dos capitais internacionais neste processo de intervenção militar que culminou e deu condições de prosseguimento à ditadura entre 1964-85. Por mais diferentes que sejam as abordagens e opiniões a respeito do capital internacional, procuraremos nos manter dentro da nossa proposta de visualizar a ação da revista dentro de um campo que se denomina liberal/neoliberal.

Dentro do debate teórico/ideológico do período, Ricardo Bielschowsky coloca o tema do capital estrangeiro como o que mais fermentava discussão entre os intelectuais ligados à economia, gerando as principais controvérsias e argumentos:

A questão do investimento estrangeiro foi, politicamente, o mais explosivo dos temas associados ao debate desenvolvimentista brasileiro, igualando apenas à apaixonada disputa em torno da reforma agrária. Em primeiro lugar, constitui uma questão correlata à dos investimentos estatais, já que era frequentemente abordada com vistas à escolha política entre os dois únicos agentes capazes de empreendimentos que implicavam vultosas somas de capital: o Estado e o capital estrangeiro. Em segundo lugar, era o símbolo ideológico do velho imperialismo, representado, na visão nacionalista, uma força de oposição à industrialização (BIELSCHOWSKY, 1995, p.63).

O tema trazia polarização também dentro do próprio empresariado, por isto, enfatizamos que a opinião da revista não é uma opinião homogênea de toda a classe empresária, mas sim dos grupos empresariais ligados à Editora Visão e a sua linha de pensamento. Ricardo Bielschowsky continua ilustrando o cenário de debates intelectuais apresentando as múltiplas facetas da discussão:

No espectro dos posicionamentos sobre a participação do capital estrangeiro entre nacionalistas radicais e moderados, de um lado, e “não nacionalistas”,

⁹³ As companhias multinacionais e mesmo “nacionais” dominavam a economia. Interesses multinacionais predominavam no setor secundário, o mais dinâmico deles. Através de seu controle oligopolista do mercado, as companhias multinacionais ditavam o ritmo e a orientação da economia brasileira (DREIFUSS, 1981, p.57).

⁹⁴ E é neste contexto que podemos compreender a ideologia da segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente (ALVES, 1985, p.23).

⁹⁵ A alta taxa de crescimento da produção industrial brasileira, alcançada a partir de 1968, depois de um período de seis anos de relativa estagnação (1961-67), foi obtida através de uma política governamental muito bem-sucedida que visa atrair grandes empresas transnacionais e fomentar a expansão das subsidiárias destas já instaladas no país (FURTADO, 1985, p.106).

de outro, havia a corrente dos desenvolvimentistas do setor privado, que mantinha uma posição eclética, refletindo a própria diversidade de posições do empresariado brasileiro (BIELSCHOWSKY, 1995, p.391-392).

Compreendendo a multiplicidade de abordagens a respeito deste assunto, percebemos o debate nacional orbitando por vários graus ideológicos, reforçando a nossa perspectiva de observar o pensamento liberal da revista como um campo poroso, pois, todo o contexto do debate intelectual amplo levava a este tipo de percepção. Iniciaremos com a análise dos recortes trazendo uma entrevista do Ministro do Planejamento do Governo Médici, João Paulo dos Reis Velloso, publicada no anuário “Quem é quem na economia brasileira” no ano de 1970, com o seguinte tema: O Brasil e o Capital Estrangeiro.

Primeiramente, o entrevistado delimitou o posicionamento e as condições para o estabelecimento da empresa estrangeira em território nacional:

Que haja forma de colocar a atuação completa concreta da empresa estrangeira dentro dos objetivos e diretrizes da estratégia nacional. Quer dizer: a empresa estrangeira tem que ter suficiente lucidez para colocar-se dentro do papel que lhe reserva a política nacional de desenvolvimento (Quem é quem na economia, 1970, p.325).

No recorte o ministro busca encaixar a empresa estrangeira dentro de uma estratégia maior de desenvolvimento nacional, retórica comum ao período, sobretudo no início dos anos 1970 onde o objetivo principal estava voltado para o desenvolvimento do Brasil a partir da cooperação de todos, mas com o lugar bem delimitado dos capitais estrangeiros. A argumentação de Velloso se aproxima do posicionamento de Said Farhat, onde apresenta os capitais estrangeiros honestos e desonestos, e logicamente os honestos estariam alinhados com a política nacional de desenvolvimento.

O discurso da publicação busca apenas exaltar o papel da empresa nacional como elemento “principal” perante as outras formas de capital que dividiam espaço no período, desenvolvendo uma argumentação até certo ponto “xenofóbica” contra os capitais estrangeiros, trazendo uma carga de desconfiança no trato destes capitais. Compreendemos que, na busca do anuário delimitar um campo, determinou também o *habitus* de seus participantes. Podemos interpretar estas delimitações de comportamentos ou de atuações, como uma forma de incorporar estes elementos ao campo, mas evidenciando suas intenções, justamente para demonstrar o *habitus* compatível com as ideologias defendidas pelo anuário, pois dá espaço apenas aos

intelectuais que até certo ponto compartilham e reforçam o *habitus* do “liberalismo de conveniência”.

No entanto, como sempre recorreremos, estas posições não representam um discurso liberal em seu sentido pleno, pois, dentro da linha de pensamento liberal, mais uma vez não se permite a construção de barreiras de acesso aos capitais externos, justamente por que vê as economias interligadas mundialmente, mas na estratégia intervencionista do governo, a revista parece ter buscado na ideologia liberal uma forma de combater o capital estatal, mas que tropeçava no tratamento do capital estrangeiro.

Dentro da proposta liberal do livre mercado, o ministro Velloso aponta os cuidados do governo com a situação da concessão de créditos para as empresas estrangeiras que poderia afetar as empresas nacionais:

No campo do crédito, é preciso evitar a tendência a que o sistema financeiro se concentra no atendimento às grandes empresas estrangeiras. Corrigir distorções desse tipo não é, obviamente, discriminação contra a empresa estrangeira, mas uma forma de evitar que o livre jogo das forças de mercado tenda a criar condições de desigualdade para a empresa nacional, no próprio país (Quem é quem na economia, 1970, p.325).

O trecho apresentado é muito emblemático ao observarmos a postura de Velloso ao defender a iniciativa privada nacional da concorrência estrangeira sinalizando políticas de proteção em nome do livre mercado. Parece um tanto contraditória a posição do ministro, levando em consideração que a cartilha liberal não prevê a criação de barreiras comerciais e nem de crédito. Possivelmente as empresas estrangeiras poderiam disponibilizar de maiores créditos porque o volume de capitais que investiriam no país era também mais robusto do que os das empresas nacionais, por isto, é que elas possuíam a capacidade de absorver mais recursos financeiros em comparação com as empresas nacionais que não dispunham de tanta capacidade de financiamento.

Porém, o discurso é claramente protecionista, e na medida em que é publicado pela revista recebe o endosso do Grupo Visão. Claramente, existe a preocupação de manter condições de competição com a empresa estrangeira, e o protecionismo, estranhamente, dentro da argumentação do ministro Velloso é para a proteção do livre mercado. Cabe destaque para a incoerência quando diz que [...]“evitar que o livre jogo das forças de mercado tenda a criar condições de desigualdade para a empresa nacional, no próprio país”, ou seja, parece confundir

uma série de argumentos a respeito da proposta liberal no seu sentido estrito. O livre jogo de mercado não deve ser regulado devido a sua característica de selecionar e premiar as empresas/capitais mais eficientes, a concorrência não traria desigualdade para a empresa nacional, apenas melhores condições de bem-estar para os consumidores que poderiam usufruir da livre concorrência.

Fica bem delimitado o compromisso com a empresa nacional, pois, o governo não deixaria que as empresas estrangeiras entrassem na competição do livre mercado para prejudicar as empresas nacionais no seu próprio país. A retórica é nacionalista, de aproximação com a burguesia nacional no sentido de tranquiliza-los a respeito das entradas de capitais internacionais, mas do ponto de vista ideológico, as inconsistências surgem, pois, o grupo Visão apresenta ressalvas perante o capital estrangeiro ao mesmo tempo que defende uma não intervenção do Estado na economia. Percebendo estas características, as respostas do ministro Velloso parecem querer amenizar as preocupações da burguesia nacional, ou as preocupações do Grupo Visão a partir da sua linha de pensamento, para com isto demonstrar que está alinhado com os interesses dos capitais nacionais, dialogando em sintonia com o que esperam ouvir os empresários, sem concorrência do governo e nem de empresas estrangeiras.

A afirmação de apoio aos capitais nacionais é reforçada no trecho seguinte:

Dentro daquelas linhas de atuação, podemos destacar, primeiro, a de fortalecer o poder de competição da empresa nacional, pois é fazendo-a eficiente e bem dotada de instrumentos para competir que lhe estaremos dando condições efetivas de resistir e ganhar terreno (Quem é quem na economia, 1970, p.325).

Defende os interesses da empresa nacional propondo políticas de crédito a favor da modernização da produção e do capital nacional. Podemos neste ponto, retomar discussão anterior sobre o paternalismo x omissão do Estado, apresentado no capítulo anterior, para questionar o posicionamento dos capitais nacionais perante outros capitais. A partir do ponto de vista adotado pelo argumento do Ministro Velloso, estes posicionamentos não determinam um paternalismo estatal para com a empresa privada nacional?

O medo dos capitais nacionais é da omissão, mas quando são estabelecidas barreiras de créditos a empresas estrangeiras, estas não estariam sendo vítimas da omissão do Estado? Podemos interpretar possíveis respostas através do nosso

esforço em definir o “liberalismo de conveniência” adotado pela publicação, isto é, o argumento liberal clássico se desmancha pois não cabe dentro do campo que o anuário estabelece como seu espaço de poder. O argumento da omissão e do paternalismo, a partir do projeto de sociedade apresentado pelo anuário só é válido quando se posiciona a favor dos interesses da publicação, logo, estes termos adotam significados diferentes de acordo com a intenção, evidenciando um pragmatismo no discurso da revista.

Em outro momento o anuário denunciou a omissão aos capitais nacionais produtivos em contraposição aos capitais nacionais beneficiados pelo paternalismo, mas que não possuem eficiência de mercado, logo, dentro do medo da empresa nacional ser solapada pelo capital estrangeiro a revista não invalida a possibilidade de um paternalismo estatal, mas sobre o argumento do “fortalecimento da empresa nacional”, com possibilidades de resistir e ganhar terreno, a omissão estaria se tornando o paternalismo.

Na sequência da entrevista, o ministro Velloso, apresenta uma segunda linha de ação como forma de enquadrar a empresa estrangeira dentro das necessidades do desenvolvimento nacional:

Como segunda linha de ação, certas coisas devem ser obtidas da empresa estrangeira. [...] Deve a empresa estrangeira orientar-se, preferencialmente, para áreas em que possa trazer efetiva contribuição através de transferência de tecnologia, de forma complementar, à empresa nacional (Quem é quem na economia, 1970, p.325).

Neste ponto da entrevista, é colocada forma de inserção da empresa estrangeira, que é complementar à empresa nacional. O que são bem-vindos são os capitais e as tecnologias da produção, que pudessem ser absorvidos pelas empresas nacionais, porém, sem a competição, mas no sentido de aproveitar o *know-how* (como fazer). Ou seja, estão bem delimitados os limites de ação, o Estado com os “espaços vazios” e a empresa estrangeira com a “complementariedade”, ambos atuando onde a empresa nacional não poderia estar. Esta era a configuração do tripé, que no discurso era bom, mas na prática trazia mal-estar aos capitais nacionais, pois os limites traziam tensões a estes grupos. Ao tentarmos trazer o posicionamento da revista, seguimos apontando que o seu argumento segue uma linha de raciocínio no qual tanto o capital estrangeiro quanto o capital estatal deveriam dar suporte para o crescimento do capital privado nacional. Eis, mais uma vez o “liberalismo de

conveniência” como resultado de uma proposta pragmática de ação a ser adotada pelo governo no campo econômico.

A proposta do anuário neste ponto não seguia os traços liberais das linhas neoliberais/desenvolvimentistas não nacionalistas, apresentados teoricamente por Ricardo Bielschowsky, pois caso seguissem esses parâmetros não deveriam possuir este posicionamento perante às incertezas e medos da concorrência do capital internacional. Sabemos que são respostas do ministro a uma entrevista, porém, o direcionamento das perguntas no sentido de mapear como o governo vê o capital internacional, a necessidade de explicitar o apoio à empresa nacional durante a entrevista, e a própria publicação do material, endossam a nossa interpretação de que o posicionamento do ministro é o mesmo que o da publicação.

Finalizando a análise da entrevista do Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, do ponto de vista ideológico percebemos a porosidade do campo liberal sustentado pelo entrevistado e também pela revista, evidenciado pela inconstância do discurso assumido, com uma argumentação próxima à que Ricardo Bielschowsky apresenta como de desenvolvimentismo nacionalista ligada ao setor privado nacional, afastando-se da linha neoliberal/desenvolvimentista não nacionalista.

O próximo ponto que abordaremos nesta temática do capital estrangeiro, seguindo de forma crescente a cronologia da publicação, é a publicação de um seminário de professores estrangeiros no ano de 1972 sobre o capital estrangeiro, para identificarmos, como ao longo do recorte temporal a revista continuou a abordar o assunto.

3.5 O CAPITAL ESTRANGEIRO ATRAVÉS DA VISÃO DE UM SEMINÁRIO MINISTRADO POR PROFESSORES NORTE AMERICANOS

O seminário envolvendo professores norte-americanos chamado “O Capital Estrangeiro”, foi publicado pelo anuário “Quem é quem na economia brasileira” do ano de 1972, trazendo a opinião de estudiosos norte-americanos sobre a economia brasileira. Não pretendemos nos aprofundar muito neste tópico, mas trazemos ele para demonstrar o posicionamento de outro lado da moeda, até porque o seminário foi financiado pela Embaixada dos Estados Unidos e tinha como foco os empresários nacionais e os homens do governo. Ou seja, é uma tentativa de representantes do

capital estrangeiro dialogar com o empresariado nacional, expor seu lado, e diante deste evento, o anuário assim apresentou o tema:

Afinal, o investimento estrangeiro ajuda ou atrapalha o desenvolvimento? Dez anos atrás, a simples formulação da pergunta suscitava reações pró e contra, mas em nível de decibéis suficiente para tornar inaudível quaisquer respostas. Se ainda o debate sobre o tema fosse patrocinado pela Embaixada dos Estados Unidos, mesmo o mais bisonho dos jornalistas poderia antecipar seu desfecho caso se conseguisse dar-lhe inícios (Quem é quem na economia, 1972, p.89).

Inicia a matéria informando que este tipo de debate há dez anos atrás causaria muitas controvérsias, citando o período do início dos anos 1960 quando predominavam as teorias econômicas relacionadas ao estruturalismo latino americano, com os processos de substituição de importações e reformas estruturais que deram origem ao Plano Trienal no final de 1962, e que culminou na instabilidade do governo Goulart. Pois bem, a matéria retoma este tema, buscando demonstrar que atualmente existe um diálogo mais acessível entre as partes, sem deixar de lado os interesses nacionais. Dessa forma a revista expõe o assunto, e no primeiro momento parece ter a disposição de ouvir a outra parte envolvida no modelo. Sobre os oradores, a apresentação é feita da seguinte forma:

Os oradores principais, que se encarregavam de desenvolver o tema, foram três professores americanos, cuja especialização mostrava traços comuns: economistas, estudiosos das atividades das empresas multinacionais e do papel do investimento estrangeiro e, com alguma variação entre eles, conhecedores dos problemas brasileiros. Pela ordem: Dr. Werner Baer, da Universidade de Vanderbilt, assessor econômico para a Fundação Ford no Brasil. Professor Samuel Morley, segundo conferencista, atualmente leciona da Universidade de Wisconsin, mas já trabalhou no Brasil, num programa da Universidade da Califórnia. Finalmente o último conferencista, Professor Calvin Blair, da Universidade do Texas, menos conhecido no Brasil, mas professor visitante de várias universidades mexicanas... (Quem é quem na economia, 1972, p.89).

Após feita a apresentação dos oradores, bem como as suas trajetórias acadêmicas e lugares onde lecionam, dão destaque para a qualificação dos mesmos para falar a respeito das empresas multinacionais e do papel do capital estrangeiro no Brasil. Na proposta de análise que compreende o campo da história das ideias, parece fomentador que os círculos de discussão são espaços onde intelectuais de diversas vertentes podem trocar experiências e produzir novas ideias e formulações teóricas. Dentro de um momento onde a discussão tinha como foco o desenvolvimento nacional, correntes de campos diferentes poderiam interagir e produzir entendimentos

novos para os problemas nacionais e este seminário era uma ótima possibilidade de embate entre intelectuais que representavam o capital nacional dialogando com intelectuais que representavam o capital estrangeiro norte-americano. Pois bem, os empresários nacionais não se fizeram presentes neste encontro:

E, afinal, foi também danosa a ausência de representantes da principal força interessada em discutir o assunto: o empresariado nacional. A imprensa presente especulava sobre os motivos que teriam levado a Embaixada dos Estados Unidos a organizar esse tipo de realização no Brasil. E a ausência de empresários nacionais era tida como um sinal de que não se desejava levar as coisas muito a fundo (Quem é quem na economia, 1972, p.89-90).

Neste ponto a publicação entra em contradição no seu texto, pois, primeiramente diz que um seminário como este não poderia ser realizado há dez anos atrás porque se questionaria o porquê da Embaixada dos Estados Unidos promoverem um encontro deste tipo, mas, dez anos após, quando o encontro acontece parece ter havido um boicote dos empresários nacionais. Os motivos para a recusa é um ponto que devemos considerar, pois, a negativa do diálogo reforça uma das hipóteses desta pesquisa, que é justamente a visão dos empresários nacionais de que tanto capitais estrangeiros, quanto as empresas estatais eram rivais e usurpavam seus espaços, deixando de lado as ideias de um desenvolvimento em conjunto envolvendo os capitais diferentes que formavam o modelo do tripé.

Na historiografia o silêncio ou a falta de diálogo entre diferentes atores diz muito, por mais que não tivesse havido um debate esperado entre representantes do capital nacional com os representantes do capital estrangeiro, a escolha por um possível boicote ou desinteresse ao evento serve como questionamento de como eram as relações nos bastidores da economia brasileira destes representantes. Mais uma vez a discussão ideológica entre os grupos parece representar um campo bem delimitado, criando inclusive uma barreira de troca de ideias e debates entre os grupos diferenciados.

Como era de se esperar, os conferencistas reforçaram a necessidade de fomentar a entrada de capitais estrangeiros no Brasil. Assim o conferencista, Professor Samuel Morley iniciou sua argumentação:

A questão, diz ele, não é saber se o país deve usar o capital estrangeiro para seu desenvolvimento; mas sim, tendo um país já escolhido esse caminho, deve ou não prosseguir nele? Morley não tem resposta segura para a primeira questão, mas está absolutamente certo de que, no caso brasileiro, a resposta para a segunda é sim (Quem é quem na economia, 1972, p.93).

Ao longo do desenvolvimento do seminário o conferencista levantou uma hipótese que as empresas estrangeiras ajudariam na distribuição de renda nacional, devido ao aumento de contratação da força de trabalho de brasileiros e de compra de insumos de fornecedores nacionais. A revista rebateu a hipótese do professor, dizendo que ele não teria base estatística e de levantamentos para sustentar a afirmação:

Embora sem dispor de pesquisa a respeito, Morley acredita que provavelmente está havendo uma redistribuição interna da renda desviada do capital local para a força de trabalho local, graças à atividade de firmas multinacionais – hipótese extremamente curiosa que, todavia, ele não desenvolveu por não dispor de levantamentos acurados (Quem é quem na economia, 1972, p.93).

Percebemos uma tentativa da revista de desqualificar a argumentação do professor, numa tentativa aparentemente de negação das propostas positivas relacionadas ao capital estrangeiro. Cabe salientar, que no ano de 1972 as expectativas sobre o desenvolvimento brasileiro eram otimistas com o crescimento sustentado da economia desde 1968, logo, poderíamos interpretar o posicionamento dos empresários nacionais como uma resposta ao capital estrangeiro de que não poderiam entrar aqui como atores principais, e sim como coadjuvantes do desenvolvimento nacional. No decorrer do seminário, a revista deu ênfase ao trecho no qual o orador salienta os problemas que poderiam ser criados:

Ainda que, no conjunto de sua conferência, Samuel Morley se tenha mostrado favorável ao investimento estrangeiro, não deixou de apontar os problemas que surgem: 1) As empresas multinacionais tem bloqueado a expansão do empresariado nacional – Esse é um fato constatado para Morley “seria muito melhor que as empresas nacionais pudessem concorrer com as estrangeiras e se expandir”. Mas, especialmente nos setores dinâmicos da economia, a empresa multinacional domina o mercado (Quem é quem na economia, 1972, p.93).

Neste trecho o professor afirma que as empresas multinacionais estão bloqueando a expansão das empresas nacionais, e a revista dá validade para a fala do orador ao dizer que é um fato constatado por Samuel Morley. É curioso que no trecho selecionado anteriormente, quando o orador argumenta de forma contrária às expectativas ideológicas da publicação, a contrapartida é dizer que o orador não dispõe de estudos para comprovar seus argumentos, mas quando a opinião do orador

vai ao encontro com a linha de argumentação do anuário ressalta que é um “fato constatado”.

Percebemos que o tema a respeito do espaço da empresa nacional na economia brasileira era cercado de tensões, e que se aprofundava muito mais do que uma simples exposição de uma ideologia liberal a favor do livre mercado, com cada empresa fazendo seu melhor e sendo premiada pela eficiência, com o governo atuando nos espaços para proporcionar infraestrutura para os investimentos crescerem. Os limites são cercados de tensões, e o modelo proposto pela revista a todo momento tenta se cercar de argumentos para se colocar como prejudicada no processo. O anuário, como um ideário destes grupos, e que assumia uma proposta liberal, claramente se contrapõe ou apresenta ressalvas ao capital estrangeiro, os quais a até certo ponto eram valorizados pelo Governo. Vamos concluir a apresentação deste seminário com um trecho da conferência realizada pelo professor Calvin Blair, que se inicia com a seguinte questão: Como conviver com as empresas multinacionais?

Como conviver com as empresas multinacionais? Com essa pergunta o professor Calvin Blair iniciou o capítulo final e possivelmente o mais significativo de sua conferência. Para ele, o poder das grandes empresas representa para os governos locais uma confrontação nas áreas principalmente de mais alta importância econômica. “A intrusão da grande empresa estrangeira haverá de intensificar as tensões internas nacionais” (Quem é quem na economia, 1972, p.94).

A resposta do professor à pergunta por ele colocada aponta para o estabelecimento de tensões internas, prevendo uma disputa de espaço no plano econômico, porém o conflito ideológico é latente desde antes, como aponta nosso estudo desde os editoriais de Said Farhat em 1968 que distinguiam os honestos e os desonestos. Diante disto, podemos constatar uma rejeição dos grupos ligados ao capital nacional perante os capitais internacionais, como também de recusa ao intervencionismo estatal, não cabendo o rótulo de liberais em sentido clássico ou de neoliberais, mas sim interpretados como um grupo voltado apenas aos seus interesses e manutenção do poder, expressando mais uma vez o pragmatismo nas suas propostas.

Curiosamente a pergunta lançada pelo professor Calvin Blair foi utilizada como título de uma matéria especial feita pelo anuário “Quem é quem na economia brasileira” no ano de 1974, o qual vamos analisar no próximo tópico deste capítulo.

3.6 ESTADO, EMPRESA NACIONAL E MULTINACIONAIS

Iniciamos a análise do último material selecionado do anuário “Quem é Quem na economia brasileira” como forma de consolidar o pensamento da publicação ao longo de todo período do recorte temporal estudado. No ano de 1976 a revista publicou uma matéria especial intitulada “Estado, Empresa Nacional e Multinacionais”, justamente abordando os três elementos que são a base de nossa análise. Além da já citada campanha antiestatal, abordada nos editoriais de Henry Maksoud e que estava com força total para mostrar aos empresários que o discurso dos espaços vazios eram uma falácia para o capitalismo estatal avançar sobre parcelas do mercado que seriam destinadas para a iniciativa privada, não respeitando os dispositivos constitucionalmente previstos para o capital nacional⁹⁶.

Nesta matéria, assim como os demais conteúdos publicados ao se referir ao capitalismo de Estado, a revista é enfática logo no início ao apontar os caminhos liberalizantes que o governo deveria adotar ao deixar o mercado livre das intervenções governamentais:

No entanto, se for escolhido, como no Brasil, um sistema de livre iniciativa, em geral por se acreditar na eficiência maior do empresário privado, deverá deixar-se a atividade produtiva exclusivamente na mão deste (Quem é quem na economia, 1976, p.26).

Esta afirmação não é novidade, porém, assim como na matéria de 1972 sobre as facilidades de crédito para as empresas estrangeiras e que foram denunciadas pelo anuário, o assunto ressurgue nesta matéria, apontando que as empresas privadas não avançam em mercados ocupados pelas empresas multinacionais porque não receberam o devido apoio financeiro:

Surge, porém, o problema da capacidade, sobretudo financeira, do empresário nacional, que lhe restringe as possibilidades de atuar em determinados setores, que ficam abertos à entrada, sem concorrência doméstica, de empresas multinacionais. Estes seriam talvez os “espaços não tão vazios” (Quem é quem na economia, 1976, p.26).

[...]

As empresas multinacionais representam 40% do patrimônio e 55% do faturamento, de modo que a participação das empresas privadas nacionais é relativamente reduzida. [...] Diante deste panorama, o problema mais importante parece ser o de viabilização da indústria nacional privada, pelo

⁹⁶ A pressão dos empresários era mais eficaz quando podiam falar em nome dos interesses da industrialização futura do país, em vez de apenas em favor da cobiça individual ou coletiva. (SCHNEIDER, p. 318, 1994).

menos no que tange a grandes empreendimentos, se se quiser obter maior equilíbrio (Quem é quem na economia, 1976, p.26).

Levando em consideração a divisão dos ciclos ideológicos do desenvolvimento brasileiro elaborado por Ricardo Bielschowsky, notamos um distanciamento do modelo de discurso neoliberal e desenvolvimentista não nacionalista, aproximando-se de um desenvolvimentismo voltado para o capital privado nacional. Compreendemos que este pode ser um posicionamento aceitável para a revista, porém, não condiz com o pensamento de liberais que escrevem para o anuário, como o editor chefe Octávio Gouvêa de Bulhões, e muito menos do proprietário da publicação, Henry Maksoud, que durante este período já defendia um modelo neoliberal de Estado Mínimo no Brasil, sem intervenção nos assuntos econômicos. Ou seja, existe uma contradição nas linhas de pensamento defendidas nos editoriais e colunas, e as demandas propostas nas matérias especiais e entrevistas, surgindo um discurso frágil apoiado no que seriam os ideais do liberalismo clássico, mas ocultando um posicionamento conservador da revista a respeito do papel da elite empresarial nacional durante o processo de desenvolvimentismo nacional. Lança em seguida a necessidade futura de definição dos caminhos que o Brasil deveria seguir ao conciliar os capitais que integravam o modelo do tripé:

Aos poucos o Brasil vai precisar optar pela estrutura interna que virá a ter no futuro, tanto no aspecto social através da distribuição de renda, como no econômico delineando os papéis do Estado e da empresa privada nacional e estrangeira (Quem é quem na economia, 1976, p.26).

Os papéis destes diferentes atores já se apresentam bem definidos pelo anuário, inclusive com os diagnósticos dos problemas brasileiros dentro do âmbito econômico delineados, direcionando a responsabilidade para este reordenamento das estruturas internas para o Estado. Dentre os diagnósticos mais interessantes que a revista propõe para o problema da crescente estatização brasileira desde o início do governo militar, é a criação de crenças e mitos sobre a importância do Estado intervir nos processos de desenvolvimento econômico do país. Cita que havia uma insuficiência de conteúdos ideológicos que levaram ao fortalecimento de um pensamento desenvolvimentista estatal que não se sustentava do ponto de vista teórico, mas sim numa farsa criada através da intervenção constitucional para salvar a democracia com o intuito de impedir que movimentos de esquerda crescessem no Brasil e implantassem um regime socialista.

O processo de estatização da economia brasileira deriva de inúmeros fatores, com raízes político-ideológicas, psicológicas e econômico-financeiras. No primeiro caso parece haver uma insuficiência de conteúdo ideológico desde o primeiro Governo da Revolução, cuja plataforma de combate à subversão e corrupção foi e é incompleta no sentido de preservar e imunizar seus quadros dirigentes da influência de mitos e crenças como:

- a) A estatização de setores produtivos é inevitável, como condição prévia para obter escala de produção e recursos financeiros suficientes para garantir o desenvolvimento tecnológico, *vis-à-vis* a empresa multinacional;
- b) A inexistência de capacidade empresarial e/ou desinteresse pelos setores decisivos da economia por parte do setor privado “justificam” o preenchimento pelo Estado dos denominados “espaços vazios”;
- c) A desestatização de setores da economia implicaria a desnacionalização destes setores;
- d) A ampliação incessante das posições do capitalismo de Estado é irrelevante, pois num futuro indefinido das empresas poderão ser devolvidas à iniciativa privada (Quem é quem na economia, 1976, 82).

São citados quatro pontos que sustentavam de acordo com a revista a crença da necessidade de uma intervenção do Estado na economia. Nestes quatro pontos temos os nós nos quais o discurso da revista busca travar enfrentamentos perante o papel da intervenção estatal na economia, surgindo de forma sintética as principais demandas que eram apresentadas. Colocando de forma inversa, se fossemos reverter os mitos que a revista aponta sobre a necessidade de expansão da estatização teríamos: a) A estatização dos setores produtivos é dispensável; b) A existência de interesse dos empresários nacionais invalida o argumento estatal da necessidade de preenchimento dos espaços vazios; c) A desestatização de setores da economia não implicaria em desnacionalização destes setores; e d) A expansão do capitalismo de Estado é relevante, pois futuramente as empresas do governo dificilmente poderiam ser transferidas para as empresas privadas.

O recurso da revista de colocar as demandas do governo como mitos, e as afirmações que ela faz ao denunciar essas crenças, serve para invalidar os argumentos colocados pelo governo ao longo do tempo, dando credibilidade para as propostas adotadas no modelo que propõe de privilégios para a empresa privada nacional. A nossa tentativa de inverter os argumentos da revista contra o capitalismo de Estado, serve para melhor evidenciarmos suas principais demandas, colocando, através de uma perspectiva aparentemente liberal, as responsabilidades pelo fracasso do desenvolvimento econômico do Brasil nas costas do Estado que não deu a devida importância para o empresariado nacional.

Na sequência da argumentação surge um elemento novo até então. É citado o economista austríaco Friedrich Von Hayek, um dos fundadores da escola austríaca de pensamento econômico juntamente com Ludwig Von Mises, os quais seguiam uma linha extrema neoliberal. Hayek já era citado por Henry Maksoud em seus editoriais, principalmente após 1977, mas esta citação de 1976 é uma das primeiras que surge na publicação:

As críticas do professor Hayek, assim como as ressalvas de Roberto Campos se ajustam perfeitamente ao distorcido modelo brasileiro de intervenção estatal na economia. Essa moldura nos leva às raízes econômico-financeiras do processo de estatização (Quem é quem na economia, 1976, p.83).

A intencionalidade ao citar o economista austríaco é a de invalidar o modelo econômico de intervenção estatal através de um dos intelectuais que mundialmente vinha surgindo com uma proposta que se contrapunha às políticas keynesianas que se consolidaram com o Welfare State em todo o mundo após a década de 1930. O desenvolvimentismo latino americano, sobretudo a partir das teorias da CEPAL, se baseava no intervencionismo de tipo keynesiano, com o enfraquecimento do “milagre econômico” no Brasil e mundialmente com a crise do Welfare State, novas possibilidades surgiam nos debates dentro do pensamento econômico, ganhando força as teorias neoliberais de Hayek, principalmente após ser condecorado em 1974 com o prêmio Nobel de economia.

Na mesma citação temos Roberto Campos como reforço intelectual no diagnóstico contrário ao modelo de intervenção estatal brasileiro, e podemos dizer que esta citação apresenta um elo de ligação entre uma mudança de pensamento da publicação nos anos que virão. Ao citar Roberto Campos, assim como fez anteriormente com Gudin e Bulhões, demonstra a âncora intelectual do seu posicionamento liberal que adota desde meados dos anos 1960, baseado em intelectuais brasileiros que se consolidaram a partir desta via de pensamento, mas quando cita Hayek apresenta uma nova guinada em seu pensamento, se posicionando ainda mais na extremidade da vertente neoliberal. Temos agora duas grandes bases teóricas, o liberalismo nacional e o neoliberalismo que surge internacionalmente com Hayek que começa a ser explorado pela revista, estes elementos surgem para intensificar a crítica ao modelo do tripé:

O curioso é que foram as distorções que levaram ao *modelo do tripé*. Na primeira fase do Governo, enquanto o Estado não punha em prática ou não

colhia os resultados previsíveis da captação de recursos, abriram-se as portas às empresas estrangeiras para ajudarem no desenvolvimento do país (Quem é quem na economia, 1976, p.85).

[...]

A esse esforço se somou outro maior, o do fortalecimento do orçamento monetário (via tributação) e o da captação e alocação de recursos pelo Estado, estimulando-se a tecnoburocracia e a expansão das estatais. Isso sempre às custas do setor privado, que pagou por tudo, e com a justificativa de conter o processo de desnacionalização. Seguiu-se a união das estatais com as multinacionais, em favor da chamada absorção de tecnologia (Quem é quem na economia, 1976, p.85).

Os recortes selecionados buscam demonstrar o posicionamento da revista contra o modelo do tripé. Ideologicamente, coloca o empresariado nacional como o responsável pela viabilização da estatização, e a estatização abriu espaços para o capital estrangeiro em virtude da pouca poupança que conseguiu absorver com o sacrifício do setor privado nacional. Dentro do modelo apresentado na crítica ao tripé, e no campo do embate de ideias, a intenção da publicação é mais uma vez colocar o capital privado nacional como vítima, em contraposição a uma coalizão entre capital estatal e estrangeiro que se colocou contrária, e que sugou os recursos da classe empresarial brasileira. A intenção é responsabilizar a política econômica estatal pela fragilidade do empresário nacional, a perna mais curta do tripé, que pouco se desenvolveu porque foi vítima por um lado da tributação do estado e por outro da espoliação do capital estrangeiro.

A leitura do contexto econômico feita pela revista vai mais uma vez contra a intervenção estatal na economia e também contra a entrada de empresas estrangeiras em território nacional, mas agora assume uma postura mais rígida contra as ações do governo quando comparada com períodos anteriores, principalmente com o início dos anos 1970, quando a revista era muito mais cuidadosa ao apontar as falhas da condução estatal. Claro, que os momentos econômico e político contribuíram para o aprofundamento da crítica, tendo em vista que se iniciava a abertura do governo Geisel e que se instalava uma crise econômica internacional que refletia no Brasil com o esgotamento do “milagre”.

Mas o fato é que o terceiro pé, a empresa nacional, estava sendo suprimido de acordo com a retórica da revista pelos outros dois pés:

Então, assentados os dois pés gigantes do tripé – estatais e multinacionais - , buscou-se criar a “grande empresa nacional”, pois só ela terá condições e *status* para se constituir no terceiro pé (gigante) do tripé (Quem é quem na economia, 1976, p.85).

O discurso da grande empresa nacional proposto pelo governo, primordial para as ambições ufanistas principalmente durante o início dos anos 1970 era falso, no sentido que, como já foi dito pela fonte, “na prática a teoria é outra”, ou seja, a publicação busca denunciar que na verdade não existe esforço do governo de criar uma grande empresa nacional, mas sim atrofia-la em prol da hipertrofia das estatais. O discurso da “grande empresa nacional”, soava bem dentro de um discurso oficial de que o Brasil caminhava a passos largos para o desenvolvimento, influenciando positivamente nos posicionamentos ideológicos e expectativas dos empresários, os quais na esperança do Brasil alcançar o grau de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo mundial gerava reações de apoio. Essas reações de apoio, dentro de uma proposta liberal, foi o que sustentou a “Revolução de 1964”, porém, a proposta liberal que se discursava ao longo do governo militar se enfraqueceu, e as elites liberais que outrora se alinharam com a matriz ideológica do governo passaram a denunciar o capitalismo de Estado.

Além desta visão por parte dos liberais ligados a revista de que o governo abandonou ou apenas sugou as elites empresariais nacionais, a revista vai mais longe, apontando que houve uma vitimização do empresário como culpado pelo atraso que existia na economia brasileira, justificando a intervenção através do tripé:

Como isso tudo se deve ao modelo de desenvolvimento escolhido – moldado na extrema dependência de importações -, atribuiu-se ao empresário nacional a culpa pelo atraso, se trata de setores (como siderurgia, bens de capital, petroquímica, papel e celulose) que exigem pesados investimentos, o atraso só poderia ser compensado com fortes oligopólios atuando no setor. O que “justifica”, mais uma vez, para as autoridades, a presença do tripé. Sempre dentro do princípio de que “o que o Estado não puder ocupar, deve, necessariamente, controlar” (Quem é quem na economia, 1976, p.85-86).

Durante a argumentação, sendo verdade ou não a respeito da vitimização do empresariado pelo governo, a revista busca passar a mensagem de que o governo usou o empresariado como “bode expiatório” para colocar em prática a intervenção econômica e a atração do capital estrangeiro, sob a justificativa de que quem devia se ocupar destes espaços não possuía possibilidades de fazê-lo. Cita também um princípio de ação do Estado que o coloca com o monopólio das decisões de mercado e da composição de capitais ao dizer que “o que o Estado não puder ocupar, deve, necessariamente, controlar”.

Existe um esforço da publicação de que ao mesmo tempo em que denuncia as ações do governo contrárias ao empresariado nacional, propõe que no Brasil esteja se constituindo um sistema econômico híbrido, situado entre o capitalismo e o socialismo, baseado na intervenção estatal. Este tipo de argumento se enquadra no modelo de pensamento liberal, típico da periodização proposta, onde as políticas econômicas de modelo keynesiano estavam perdendo espaço para um retorno do pensamento liberal, sobretudo a partir de Hayek, Mises e Friedman. Essas ideias se aproximam muito dos argumentos construídos por Hayek no livro de 1944, *O Caminho da Servidão*, no qual a iniciativa privada e a população em si tinham as vontades e recursos suprimidos por uma presença excessiva do Estado atuando sobre as decisões econômicas e pessoais. Henry Maksoud, dentre todos os liberais incluídos nas redes que envolviam o campo da revista era o que declaradamente tinha maior admiração por Hayek, e na segunda parte dos anos 1970 a publicação assumia muitos dos posicionamentos neoliberais:

Este sistema híbrido, que se convencionou denominar, no Brasil, economia social de mercado, é de difícil conceituação. Resultaria dos supostos conflitos de interesse entre a acumulação privada de capital e as aspirações públicas de justiça social. Implicaria marcante presença do Estado na economia, além dos limites admissíveis (Quem é quem na economia, 1976, p.86).

Busca conceituar a chamada “economia social de mercado”, formulação de uma suposta teoria econômica para demonstrar os abusos do Estado na intervenção econômica. A tentativa de estabelecer uma conceituação serviria para as elites empresariais sistematizarem seu pensamento através de uma crítica coerente aos desmandos do Estado, dentro de um modelo de enfraquecimento do capital privado nacional e não de fortalecimento:

Em outras palavras, estaríamos diante de um “novo” sistema econômico que diferiria da economia de mercado (capitalismo liberal) e do planejamento central totalitário (socialista)?

[...] Os responsáveis por esse sistema híbrido parecem insensíveis às debilidades de um modelo, ignorando que a própria obscuridade do conceito – função orientadora e co-participante do Estado – abre as portas para o avanço sem limites da participação estatal na economia, com liquidação progressiva do capital privado (Quem é quem na economia, 1976, p.86).

A atribuição do conceito criado de “economia social de mercado” assume uma obscuridade na percepção da revista, por ser um conceito que se contrapõe aos interesses dos grupos liberais, e mais do que obscuro, é destrutivo aos capitais

privados, por isto preocupava tanto. O pessimismo assumido pela revista vai na contramão do discurso oficial da reprivatização da economia, porém os dados oficiais mostram o avanço da estatização, levando a uma deturpação ideológica nas duas vertentes. Temos uma série de incoerências ideológicas na construção destes discursos, primeiramente o Estado que sustentava o discurso de desenvolvimento baseado na empresa privada, mas que na prática se tinha o avanço das empresas estatais, e a ideologia neoliberal da publicação, que também na prática se preocupava apenas com as condições de expansão do capital privado nacional, dentro de uma visão pragmática de manutenção da sua hegemonia.

Este capítulo buscou demonstrar como os fóruns, entrevistas e outras matérias apresentadas no anuário “Quem é quem na economia brasileira” serviram para revelar essas preocupações das elites, primeiramente com a participação de intelectuais do peso de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, e posteriormente com diversos conteúdos que complementavam a visão liberal da publicação, evidenciando os pontos de tensão e de disputa pela hegemonia econômica do capital privado nacional contra o governo e o capital estrangeiro.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou discutir o pensamento econômico liberal brasileiro durante a Ditadura Militar através do ponto de vista dos representantes do capital privado nacional. Dentro desta proposta, para concluir esta pesquisa, iremos apontar alguns de seus limites teóricos e metodológicos. Primeiramente, buscamos delimitar os posicionamentos liberais presentes na fonte analisada. O anuário “Quem é quem na economia brasileira” foi a voz escolhida para estabelecer as relações do discurso liberal, refletido nos interesses empresariais que envolviam a publicação com os demais grupos envolvidos na pesquisa, que foram o capital estatal e o capital privado estrangeiro. Na estratégia de analisar a fonte, manteve-se a proposta metodológica de selecionar os intelectuais que melhor poderiam representar os alinhamentos do anuário, este processo acaba por silenciar outras vozes, possibilitando outras visões e interpretações além dos liberais que representaram o capital privado nacional nas relações de aproximação e distensão com o governo militar.

Em relação aos limites da escolha teórica, lançou luz sobre a fonte no sentido de compreendê-la dentro do espectro de uma ideologia preocupada na manutenção da hegemonia de grupos ligados aos setores empresariais nacionais, reproduzindo estes anseios no campo da publicação “Quem é quem na economia”. Compreendemos que além do viés da fonte, aparentemente objetivo e pragmático no que se refere aos debates dentro do campo econômico, mantinham veladas subjetividades, as quais, o referencial teórico selecionado proporcionou o suporte para percebê-las, explorá-las e interpretá-las. Diante disto, antes de passar para as conclusões específicas do trabalho, esta pesquisa se inseriu no campo da História das Ideias e do Pensamento Econômico Brasileiro, adentrando amplas discussões envolvendo intelectuais que referenciavam os embates das diferentes correntes teóricas que marcaram o pensamento econômico nacional do período. Estas correntes são percebidas na nossa proposta de analisar o pensamento liberal, principalmente dentro das escolhas de intelectuais como Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, e de editores como Said Farhat e Henry Maksoud para expor os posicionamentos da publicação.

Nos editoriais percebemos diferenças em relação aos posicionamentos de Said Farhat e Henry Maksoud. Said Farhat alternava momentos de defesa da condução econômica do Estado, e em outros expressava desconfianças em relação

ao avanço estatal na economia, por outro lado não fazia intervenções nos limites da política e da manutenção dos direitos humanos, negando questões a respeito da tortura e da censura que estava sendo praticada no Brasil, principalmente após o Ato Institucional nº5. É perceptível na construção dos editoriais de Said Farhat suas diferentes visões sobre os caminhos que a economia brasileira poderia seguir, como o apoio a “Revolução de 1964”, pois a todo momento apresenta os limites do Estado como promotor da liberdade e da livre iniciativa, tornando-se otimista com a ideia de reprivatização da economia, mas já sinalizando com cuidado contra o avanço estatal sobre os espaços vazios.

O editor considera o modelo do tripé como necessário para o desenvolvimento econômico brasileiro, porém procura fazer com que o governo veja o capital nacional privado como importante aliado, buscando meios para que o tripé não fique “em falso”, com a perna do capital privado nacional mais curta. Desta maneira, preocupa-se com o crescimento da inserção do capital privado estrangeiro na economia brasileira, bem como o avanço estatal, mas entra em contradição quando propõe um modelo de livre iniciativa, e quando existe a possibilidade de ampliação da pressão de capitais internacionais na economia brasileira, aponta para cuidados para que não ocorra desnacionalização e absorção de empresas nacionais por internacionais. Desta forma, o limite do apoio cessava quando denunciava o excessivo avanço estatal, e quando se sobrepunha o planejamento estatal ao ideário liberal do anuário, alertando os setores privados em relação ao avanço das estatais e dos capitais estrangeiros que fossem nocivos ao desenvolvimento nacional⁹⁷.

A crítica ao avanço estatal nos editoriais de Farhat parece querer dar o recado que a “Revolução de 1964” deu um jeito nos comunistas com o apoio do capital privado, porém estava na hora do governo deixar o mercado, garantindo a “segurança” e a “liberdade” para os capitais privados usufruírem dos espaços vazios que as estatais deixariam abertos. Quando iniciamos a análise nos editoriais de Farhat em 1967, ainda existia uma fé das empresas privadas nacionais de passarem do papel

⁹⁷ [...] os representantes, os que seguravam o leme do Estado, dissociaram-se dos representados, que se fracionaram e polarizaram em torno de interesses e ideias distintos. Fraturaram-se, por uma parte, as articulações típicas entre o Estado (e suas empresas), os capitais privados locais e o capital internacional, entre o setor público e o privado. Por outra parte, foi posta em xeque a estrutura existente de agregação e intermediação de interesses econômico-sociais em face do poder estatal. E os vários segmentos sociais que compunham a velha aliança desenvolvimentista magnetizaram-se por diferentes “fórmulas” de enfrentamento da crise econômica, fórmulas que oscilaram ideologicamente entre o nacionalismo desenvolvimentista e o neoliberalismo (SALLUM JR, 1999, p.3).

de coadjuvantes para destaque no desenvolvimento econômico brasileiro, dentro de um projeto maior desenvolvimentista. O que deixa de ocorrer após o “milagre” com a estagnação da economia, fazendo com que estes setores revertam suas expectativas perante o papel do Estado⁹⁸.

Nos editoriais de Henry Maksoud, destaca a sua ferrenha crítica a qualquer tipo de intervenção estatal, constituindo um discurso de cunho neoliberal mais intenso que o liberalismo pragmático de Said Farhat, apesar de que ambos se colocavam ao lado da iniciativa privada nacional. Farhat ainda pressupunha a viabilidade de certo planejamento estatal. O período em que Henry Maksoud comprou a publicação foi marcado pela denúncia das “falácias dos espaços vazios”, desconstruindo a fala oficial do governo que defendia o modelo do “tripé” como meio para atingir o desenvolvimento econômico. Neste mesmo contexto, encabeçou a “Revolta dos Empresários”, em que se posicionaram fortemente contra o avanço das estatais. Foi percebida a influência do pensamento do intelectual austríaco Friedrich Von Hayek nos editoriais de Henry Maksoud, sobretudo em 1977, mudando as referências utilizadas para fundamentação da crítica estabelecida anteriormente, demonstrando uma guinada da revista na direção dos argumentos neoliberais que ganhavam força.

Avançando sobre a coluna de Octávio Gouvêa de Bulhões, e das participações de Roberto Campos nos fóruns, ambos se direcionaram em prol da manutenção dos privilégios das elites empresariais brasileiras, pois, por mais que discurssem a respeito de um desenvolvimento nacional em âmbito geral, apontam os limites e as responsabilidades tanto do capital estrangeiro, quanto do capital estatal. O maior estranhamento causou os posicionamentos de Roberto Campos, o qual, sempre foi conhecido pela sua defesa do capital estrangeiro para o desenvolvimento da economia brasileira, mas que, em diversas vezes durante os fóruns se posicionou com cautela em relação ao papel do investimento internacional frente a uma perda de hegemonia pelo capital privado nacional. Podemos perceber então, um alinhamento do discurso do intelectual de acordo com os interesses da publicação, demonstrando a porosidade do campo ideológico liberal expresso pelo anuário.

⁹⁸ Verifica-se, assim, que, para Furtado, a tendência à estagnação expressa questões que extrapolam os limites das teorias do crescimento econômico, pois “tem raízes profundas nas estruturas sociais” (Furtado, 1964a). Tratava-se de avaliar a real possibilidade de desenvolver plenamente o capitalismo num país subdesenvolvido. Se pelo advérbio “plenamente” entendermos a necessidade de uma burguesia nacional assumir a hegemonia que lhe permita sobrepor seus interesses aos das demais classes dominantes, então a tese estagnacionista adquire um sentido forte (SALM, 2011, p.176).

A questão social continua sendo pouco debatida durante os fóruns do anuário, pois se concentram na esfera econômica. É interessante destacar que tal preocupação com o desenvolvimento social é invertida, principalmente a partir de Roberto Campos, no qual o intelectual aponta que é melhor “democratização de oportunidades” ao invés da “distribuição de rendas”, fazendo menção ao período em que passou como ministro do governo Castello Branco. Este direcionamento, arbitrariamente condenando as políticas sociais do governo anterior, sobretudo com as propostas das reformas de base de João Goulart, direciona para um individualismo, no qual cada sujeito deveria buscar sua oportunidade e que o governo apenas se preocuparia com a garantia destas oportunidades. Dentro deste formato, a democratização de oportunidades aconteceria através do avanço dos investimentos privados na economia, através de um posicionamento que agrada os empresários nacionais, e mais uma vez tratando de reforça-los como grupo hegemônico.

Após considerar os pontos específicos tratados na dissertação, em âmbito geral o que observamos ao longo do material demonstrou uma configuração de disputas identificadas dentro do discurso estabelecido pelo anuário, a partir de três forças, adquirindo a seguinte direção: no plano interno existia a força de expansão do capital estatal, inclusive internacionalmente com empresas estatais como a Petrobrás atuando em outros países; de fora para dentro a emergência crescente do capital estrangeiro; e por fim, encontrando-se estrangulado estava o capital privado nacional. É possível identificar dentro desta configuração de disputas pelo poder econômico o embate entre três grandes grupos: o capital privado nacional buscando a manutenção da sua hegemonia frente ao capital estatal que crescia nos anos do governo militar, por outro lado internacionalmente o Brasil experimentava a entrada cada vez maior de capitais privados estrangeiros que passavam a ganhar espaço no campo de disputa pela hegemonia econômica em território nacional⁹⁹.

Os modelos de sociedade claramente entravam em conflito, gerando um importante fluxo de ideias que buscamos demonstrar através da fonte histórica

⁹⁹ Frações importantes das classes dominantes nacionais impedem, à sua maneira, a plena modernização do país. Lutam obstinadamente para conservar o regime estabelecido, ao mesmo tempo em que são obrigados a negociar espaços para sucessivas transformações do patamar evolutivo do capitalismo no país, que, como dissemos, são impostas de fora para dentro pelos interesses estrangeiros. Inúmeros pactos e acomodações são articulados de forma tensa e conflituosa com o capital internacional, produzindo equilíbrios dinâmicos e provisórios frequentemente renegociados em termos cada vez menos favoráveis às classes dominantes nacionais (CASTELO, 2011, p.317).

selecionada. Temos, evidentemente, a apresentação de apenas uma das partes quando fizemos a escolha de trabalhar com a seleção de uma fonte liberal no formato de revista. Logicamente os argumentos e intelectuais que evidenciamos na escolha dos recortes da fonte demonstraram seus posicionamentos através de ideias que seguiam uma mesma matriz de pensamento, formando o campo ideológico e as redes que se constituíram através da publicação, e que, ao longo dos anos e dos intercâmbios de ideias através dos conteúdos serviram para evidenciar as demandas dos grupos e a apresentação de um modelo de sociedade voltado para a manutenção da hegemonia do capital privado nacional.

É importante acrescentar que ao longo do recorte estabelecido os posicionamentos da revista sofrem algumas alterações, como exemplo a venda do grupo em 1974, passando a publicação do empresário Said Farhat para Henry Maksoud, bem como externamente com os momentos de auge e crise do “milagre econômico”, que impactaram na flutuação das ideias e nas aproximações ou distensões com o governo. Distensões que foram melhor evidenciadas após 1975 com a “revolta dos empresários”, por outro lado, no período anterior a 1975 existia uma preocupação menos explícita com o capital estatal e mais explícita com o capital estrangeiro, tendo em vista que as matérias especiais, fóruns e entrevistas que tinham como tema o capital estrangeiro, deixariam de ser tão recorrentes na publicação pós 1975 invertendo a tendência observada entre 1967 a 1974.

Por fim, ao longo da análise da fonte, percebemos diversas nuances no pensamento liberal apresentado pelo anuário, o qual, assumia alternâncias de posicionamentos, principalmente em relação ao capital estatal e o capital estrangeiro, modificando-se de acordo com a conveniência. Diante de tal questão, buscamos definir um tipo de liberalismo que pudesse representar os posicionamentos da publicação, o qual chamamos de Liberalismo de Conveniência. Sendo definido da seguinte forma: discurso subjetivo das elites hegemônicas que representavam o capital privado nacional, com uma face pragmática e superficial, escondendo questões sociais, pairando apenas dentro dos interesses específicos do grupo e na preservação da sua manutenção, apresentando a discussão de conceitos como democracia, segurança e liberdade predominantemente quando privilegia o capital privado nacional.

FONTES

Anuário **Quem é Quem na Economia Brasileira**. Sob a responsabilidade de publicação pela Sociedade Editorial Visão Ltda. Edições utilizadas compreendem de agosto de 1967 até agosto de 1978.

As fontes encontram-se na Biblioteca Pública do Paraná e na Biblioteca de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, ambas localizadas na cidade de Curitiba.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Tradução: Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ASSUNÇÃO, Marcelo Felisberto Moraes. **Notas Sobre a Dominação Social em Antônio Gramsci e Pierre Bourdieu**. In: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXXI, 2016. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14280.pdf>. Acesso em 10 jul. 18.

ARENDT, Hanna. **Homens em Tempos Sombrios**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

AVELAR, Idelber. **Alegorias da Derrota: A Ficção Pós-Ditatorial e o Trabalho de Luto na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BARNES, John Arundel. **Redes Sociais e Processos Políticos**. In: BIANCO, Bela-Feldman. **A Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BARTH, Fredrik. **O Guru, O iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **Os Conceitos: Seus Usos nas Ciências Humanas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil 1998.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Pierre. **O Sociólogo e o Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BOURDIEU, Pierre. EAGLETON, Terry. **A Doxa e a Vida Cotidiana: Uma entrevista.** In: ZIZEK, Slavoj (Org.) **Um Mapa da Ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. Pg.266.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **Crise Inflacionária e Alternativas de Política Econômica.** São Paulo: v.7, nº13, p. 20-32, jul-out. 1980.

_____. **Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo.** 2ªed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY, Pablo. **Crescimento, Distribuição de Renda e Progresso Técnico.** In: MALTA, Maria Mello (et. Al.). **Ecossistema do Desenvolvimento: Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2011.

BORGES, Maria Angélica. **Eugênio Gudim: Capitalismo e Neoliberalismo.** São Paulo: Educ, 1996.

BURAWOY, Michel. **O marxismo encontra Bourdieu.** Tradução Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. 183p.

CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa – Memórias.** Rio de Janeiro: TopBooks, 1994.

CARNEIRO, Ana Maria. **Historiografia dos Intelectuais no Brasil Contemporâneo.** In: AVELAR, André de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Matheus Henrique (Orgs.) **Contribuições à História Intelectual do Brasil Republicano.** Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

CODATO, Adriano. **Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil Pós-1964.** Curitiba: HUCITEC Editora, 1997.

_____. **O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas.** In: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (Orgs.) **Como Estudar as Elites.** Curitiba: Editora UFPR, 2015.

DREIFUSS, Renné Armand **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma Introdução**. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

ENNE, Ana Lúcia. **O Conceito de Rede e as Sociedades Contemporâneas: Comunicação e Informação**. V7, nº2. Pág 264-273.- jul. /dez.2004.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

_____. **Entre Inconformismo e Reformismo**. Revista de Economia Política, v. 9, n. 4, out.-dez. 1989, p. 6-28. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141990000100013
Acesso em 29 jul. 18.

_____. **Os Ares do Mundo**. In: **Celso Furtado: Obra Autobiográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

_____. **Reinventando o Otimismo: Ditadura Propaganda e Imaginário Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. **O Regime Militar no Brasil (1964-1985) / Coleção Que História é Esta?** São Paulo: Saraiva, 1999.

FIORI, José Luís. **Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em 09 set. 18.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/visao>. Acesso em 09 set. 18.

GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

GIAMBIAGI, F; VILLELA, A; DE CASTRO, L.B; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GUDIN, Eugênio. **Reflexões e Comentários: 1970-1978**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GUDIN, Eugênio; SIMONSEN, Robert Cochcrane. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira. (coletânea)** Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2010b.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

JUNIOR, Gervásio César. **Revista Visão: Ação Partidária e Disputas de Projetos Hegemônicos na Década de 1970**. In: X Encontro Nacional de História: O Brasil no Sul. UFSM, 2010.

LAHIRE, Bernard. **Campo**. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.] **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos Intelectuais**. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

LUCA, Tânia Regina. **História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos**. In: PINKSY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARINELI, Felipe. **O Desenvolvimento de Antônio Delfim Netto: para Além dos Estigmas da Teoria do Bolo**. In: **Revista Contemporânea - Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, A Cultura Autoritária em Questão**. Ano 4, nº05, vol.1, 2014. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/4_O_desenvolvimentismo_de_Antonio_Delfim_Netto.pdf, acesso em 22 set. 2017.

MACEDO, B.G. **Desenvolvimento Econômico: A Atualidade da Economia Política Cepalina**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p.265

MALTA, Maria Mello (et. Al.). **Ecoss do Desenvolvimento: Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2011.

MALTA, Maria Mello. **Sensos do Contraste: O Debate Distributivo no “Milagre”**. In: MALTA, Maria Mello (et. Al.). **Ecoss do Desenvolvimento: Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2011.

MANNHEIN, Karl. **Ideologia e Utopia**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Política Externa Brasileira: 1964-1985**. In: **Carta Internacional**. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Vol.8, n.2, jul-dez. 2013. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/120/64>. Acesso em 01 ago. 18.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NERY, João Elias. **Páginas de Cultura, Resistência e Submissão: Livros na Revista Visão (1968-1978)**. In: Revista Em Questão. Porto Alegre v.13, nº2, p.283-297, jul/dez 2007.

PLANALTO FEDERAL. **Constituição Federal de 1967**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRUNES, Cândido Mendes. (Org.) **Hayek no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

RODRIGUES; Helenice. **Transferência de Saberes: Modalidades e Possibilidades**. História: Questões e Debates, Curitiba, n. 53, p. 203-225, jul/dez. 2010. Editora UFPR.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1984.

SALLUM JR., Brasílio. **O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e Desenvolvimentismo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999.

SALM, Claudio. **O Debate Sobre a Tendência à Estagnação**. In: MALTA, Maria Mello (et. Al.). **Ecoss do Desenvolvimento: Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2011.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SCHNEIDER, Ben Ross. (1994), **Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil**. São Paulo, IDESP/Editora Sumaré, 1994.

SCARLECIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo. **Eugênio Gudim: Inventário de Flores e Espinhos, um Liberal em Estado Puro**. Rio de Janeiro: Insight, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. **Os Intelectuais**. In: RÉMOND, Renné.(Org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2ªEd. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da História Intelectual: Entre Questionamentos e Perspectivas**. Campinas: Papirus Editora, 2002.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)**. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1995, p. 33.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. **De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da Abertura**. In: SORJ, Bernardo (Org.). **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p.53

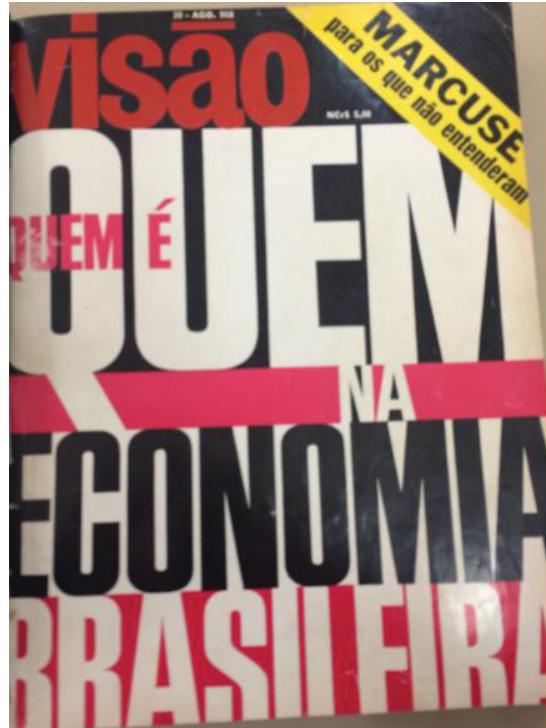
WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011.

ANEXOS

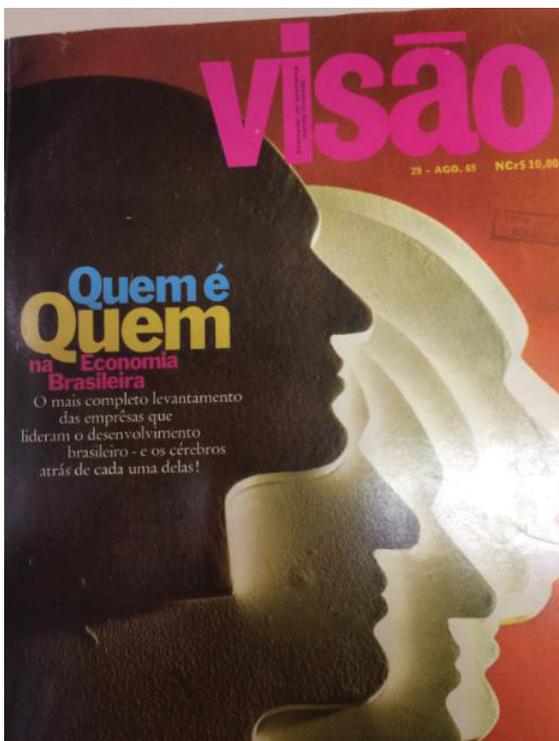
CAPAS DO ANUÁRIO – QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA



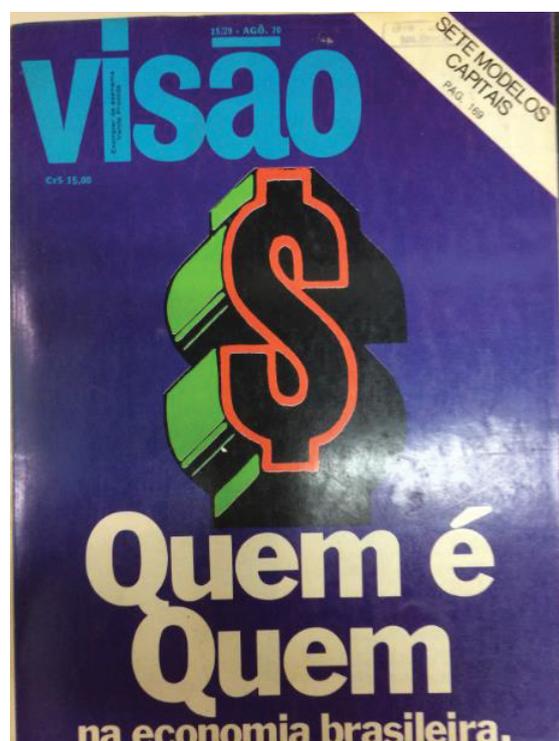
Quem é quem na Economia – 1967



Quem é quem na economia – 1968



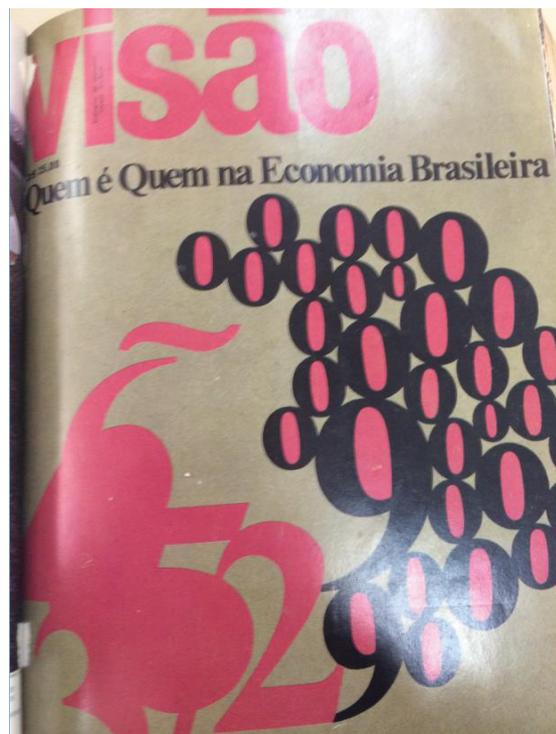
Quem é na Economia – 1969



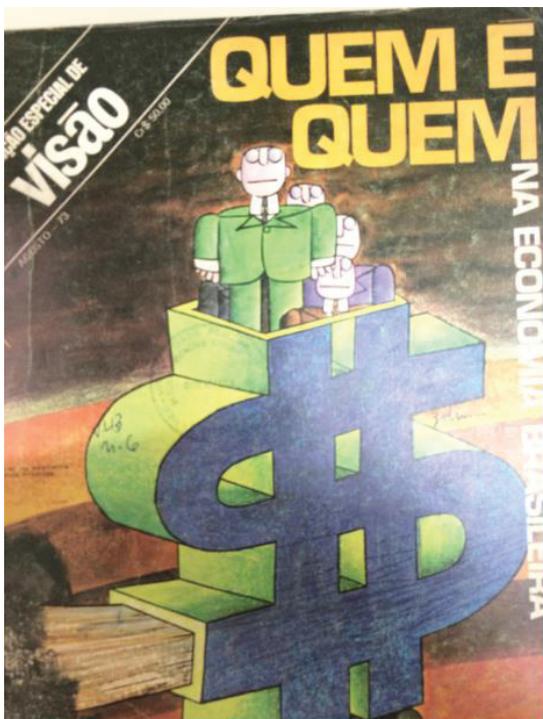
Quem é quem na economia - 1970



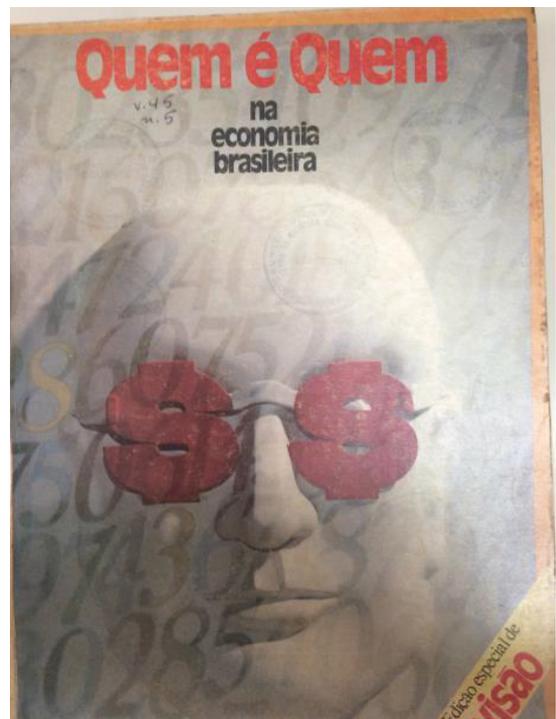
Quem é quem na economia – 1971



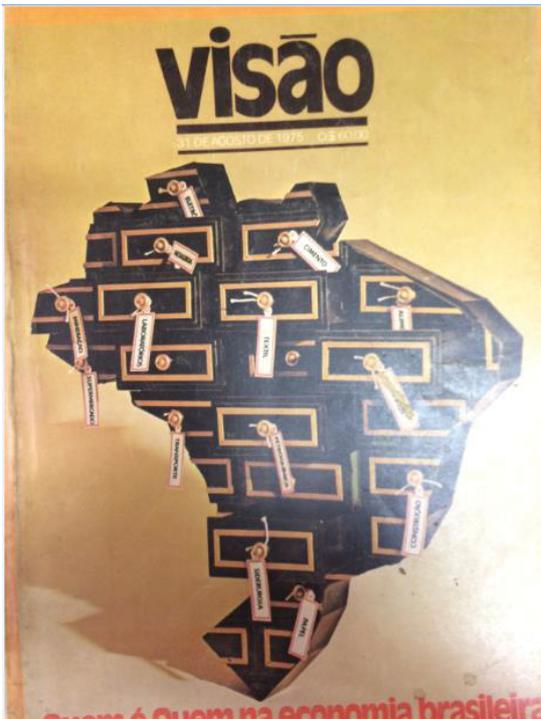
Quem é quem na economia -1972



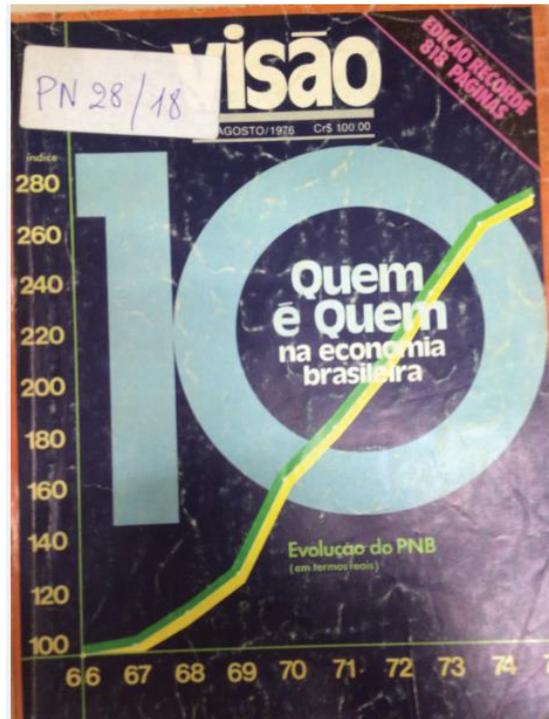
Quem é quem na economia – 1973



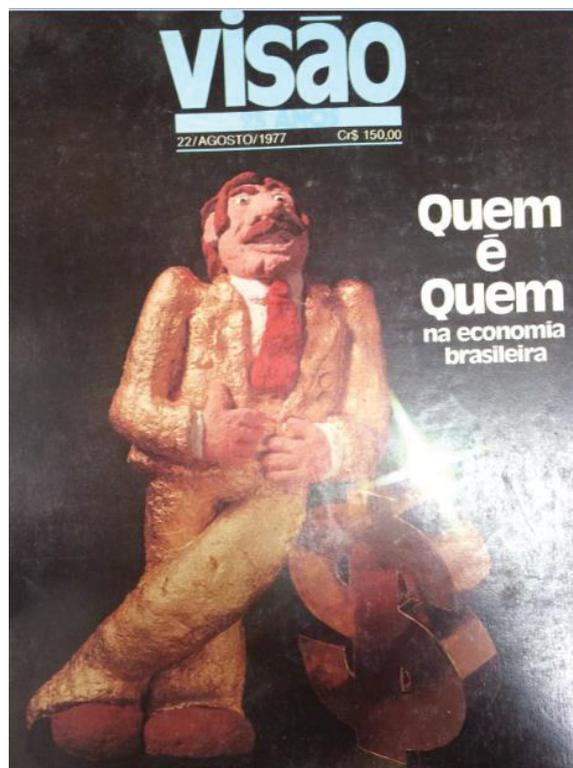
Quem é quem na economia – 1974



Quem é quem na economia – 1975

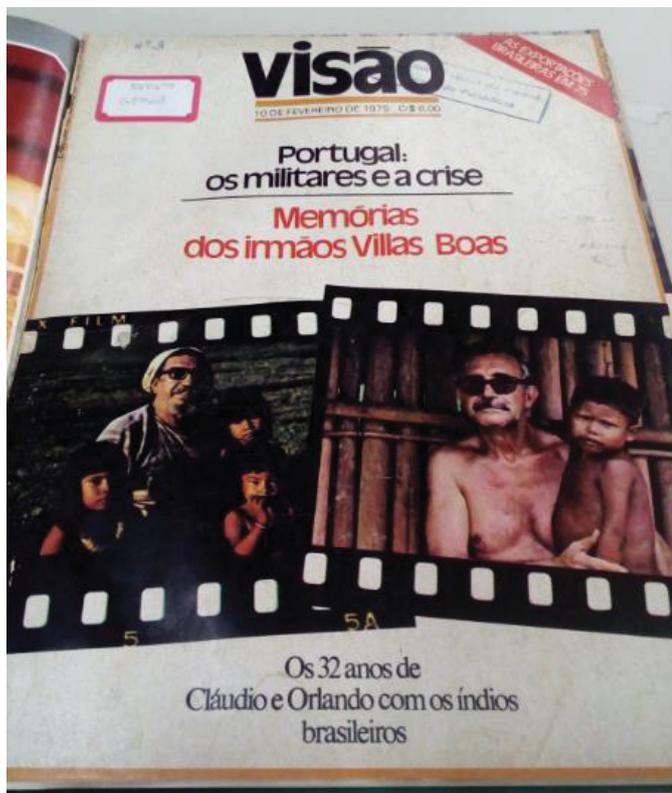


Quem é quem na economia – 1976



Quem é quem na economia - 1977

REVISTAS VISÃO DE FEVEREIRO DE 1975 E EDITORIAL "FALÁCIA DOS ESPAÇOS VAZIOS"



Revista Visão 10 fev. 1975



Revista Visão 24 fev. 1975

A falácia do "espaço vazio" I

HENRY MAKSOUD

A necessidade de definir os papéis do Estado e da iniciativa privada na economia brasileira converteu-se, nos últimos tempos, em assunto obrigatório de pronunciamentos de ministros e de políticos, e de polémica na imprensa.

Não poderia ser de outra forma. Denunciado, o problema simplesmente não poderia ser ignorado ou reduzido — pois a poderosa e crescente presença estatal no domínio econômico, no Brasil, não é fenômeno recente que se possa desconhecer ou disfarçar.

Não podendo ser ocultado, o problema vem sendo, no entanto, envolvido numa nuvem de argumentos pouco esclarecedores, seja porque não se consubstancia fora do nível genérico das proposições doutrinárias, seja ainda porque apenas se resumem ao enunciado dos fins últimos, sempre válidos.

Constitui um arquétipo destas afirmações doutrinárias e destes fins últimos a assertiva de que a ação empresarial do Estado se destina a preencher vazios deixados pela iniciativa privada nacional, vazios que, de outra forma, tenderiam a ser ocupados pelo capital estrangeiro.

Tal afirmação parece lógica, quando repetida e enfatizada pelos homens de Governo, no que corresponde aos investimentos necessários à infra-estrutura energética e de transportes do país. Nestes, o risco, a baixa rentabilidade e o volume de capitais afastaria o interesse privado.

Porém, o problema não se esgota neste nível superficial. Se se estabelece, por hipótese, que é necessária uma oferta de energia e de serviços de trans-

porte, e que o Estado deva, mediante instrumentos empresariais próprios e públicos, materializá-los, também será verdadeiro o fato de que, para concretizar os investimentos inerentes a esta tarefa, o Estado deverá adquirir insumos na forma de bens e de serviços, gerando uma demanda que teoricamente deveria ser atendida pelo setor privado. O espaço relativo a esta demanda também está vazio? Ele não estará sendo ocupado por um inconsciente e pouco explicitado movimento de integração e verticalização das atividades estatais que, argumentando com redução de custos dos insumos que usa ou com a segurança de fornecimento, gera procedimentos ou mesmo empresas subsidiárias que substituem a empresa privada existente, negando-lhe esta demanda adicional?

O ponto nevrálgico para o qual se voltam as preocupações dos que temem a expansão, mesmo involuntária, da ação estatal, não se encontra na política de investimentos nem nas iniciativas empresariais do Governo. Elas não constituem o principal instrumento desta ação estatizante inconsciente, e ambas são hoje manejadas com um nível de consciência e controle maior que as compras governamentais delas derivadas. Estas sim, pela inexistência de uma política explícita que oriente o poder de compras do Estado, produzem efeitos não previstos, pouco meditados ou mesmo não observados, que levam à expansão da ação estatal e mesmo à competição predatória com a iniciativa privada.

Ninguém discute que o Governo deva prover serviços ferroviários de transporte. Porém será indispensável que para isto se importem vagões do exterior, mantendo capacidade ociosa na indústria nacional, sob o argumento da urgência da demanda?

Poder-se-ia aceitar a contragosto que o Governo emprenda no setor siderúrgico, mas, mesmo a contragosto, deve-se admitir que para isso deva criar também uma empresa de projetos? Ou uma empresa fabricadora e montadora de perfis metálicos para pontes, edificações, etc.?

Também não se pode falar em "vazios" quando o setor público assume, sem justificação possível, tarefas que vinham sendo bem desempenhadas pela empresa privada. Foi o que recentemente ocorreu, por exemplo, com a absorção pelos Correios dos serviços de malotes, que o setor privado havia desenvolvido precisamente porque o serviço público se revelara incapaz de cumprir a função.

Uma estratégia nacional que recorra à empresa estatal como instrumento preferível para preencher os vazios é duplamente discutível. Em primeiro lugar — como indicamos anteriormente — porque nem sempre o espaço ocupado pela ação estatal está vazio. Antes de cada nova iniciativa governamental, este ponto deve ser devidamente comprovado. Além disso, a estratégia é bastante discutível, mesmo porque o vazio pode resultar não da falta de interessados em ocupá-lo, mas de condições que estimulem a ocupação. Isto seguiremos discutindo.

A falácia do "espaço vazio" - II

HENRY MAKSOUD

O argumento dos "espaços vazios", invocado para justificar a ampliação das atividades econômicas estatais, apresenta mais um aspecto que merece discussão. Se existem, de fato, tais "espaços", qual a causa desse fenômeno?

Não haverá empreendedores no Brasil? Serão os brasileiros, enquanto particulares, marcados por um tabu tropicalista, ou por maldição divina, que necessariamente os destina à mediocridade ou à incompetência? Se é este o caso, que milagre é esse que os torna presumivelmente capazes, quando convertidos em dirigentes de empresas do Estado?

A experiência tem mostrado que não existe esse milagre. O que ocorre, simplesmente, é que, na ausência de condições favoráveis (e, mais do que isso, na presença de inúmeros obstáculos), o empreendedor brasileiro, como tal, e enquanto particular, dificilmente pode surgir no cenário econômico e quando se lança não consegue realizar todas as suas potencialidades. Infelizmente, para aumentar o sofrimento dos homens empreendedores de que a nação tanto necessita para sustentar seu desenvolvimento, não basta acreditar — como se acredita — nas convicções antiestatizantes da cúpula do Governo; e de pouca

valia será o "poderoso, amplo e variado sistema de incentivos" e "mecanismos" creditícios oficiais recentemente lembrados pelo ministro de Planejamento em aula inaugural no Rio de Janeiro. Sem um sistema financeiro que realmente possa viver o clima de livre empresa (o empreendedor, entenda-se, não é necessariamente um capitalista) e sem uma política — que permeie e engaje todos os escalões do Governo — decididamente voltada para efetivamente deixar caminho à capacidade "de pôr em marcha coisas novas", é simplesmente lógico que o empreendedor potencial privado brasileiro deixe de aparecer em cena e que por isso a empresa nacional cresça menos do que poderia e ocupe menos espaço do que deveria ocupar. Sem clima não haverá empresa privada na escala que o país precisa; porque a semente da empresa, o **empreendedor**, não floresce apenas à indicação de tempo bom, que — ele sabe — pode ser passageiro.

A opção "Estado ou capital estrangeiro", com que freqüentemente se procura justificar o intervencionismo governamental, tem sido abusivamente utilizada na retórica política. O fato é

que, se não se derem à empresa brasileira as condições necessárias à sua afirmação, ai sim, estaremos tornando aquele dilema cada vez mais real. Mas isto só acontecerá se, no Brasil, as pessoas responsáveis de toda a nossa sociedade não tomarem consciência do **real sentido da livre empresa e sua fundamentação nos homens empreendedores** — que as nações hoje mais ricas souberam identificar e estimular, conforme já destacamos em editorial de 16-12-74 desta revista.

Não nos enganemos. É fácil e confortável vestir a camisa do nacionalismo, especialmente quando isso não obriga a nenhuma ação prática na hora da verdade. Empresas privadas brasileiras têm sido subutilizadas, ou simplesmente impedidas de crescer, de aprimorar-se tecnologicamente, porque inúmeras vezes pessoas responsáveis da Administração preferiram ir buscar lá fora os bens e serviços que podemos perfeitamente produzir. E homens inovadores no campo dos negócios têm sido desestimulados e contidos por processos burocráticos estatizantes que não raro apresentam matizes de incrível ficção de estilo kafkiano. E depois vêm dizer que há um "vazio" que só pode ser ocupado pelo Governo ou pelo capital estrangeiro.

COLUNAS OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES



Afirmção da economia brasileira

Enquanto falam orientadores da opinião pública se julga no direito de selapar a harmonia dos homens, lutando dos erros menores fonte de erros maiores, os que se dedicam à produção tratam, sem alacria, de reverter os falhos e de corrigir os deturcados. Trabalham com pertinácia, imbuídos do espírito afirmativo, em oposição aos que, desconhecendo ou descrendo, se deixam envolver pelo ceticismo negativo.

Este suplemento econômico de *Visão* mostra que o panorama brasileiro deve inspirar confiança, não pela ausência de obstáculos, nem pela insignificância de desajustamentos, mas pela possibilidade de vencê-los e de corrigi-los.

Quando foi dito que cessara a fase de expansão industrial de produtos nacionais, em substituição aos produtos importados, os devotos do pessimismo viram surgir no horizonte da economia brasileira a nuvem da estagnação. Entretanto, basta um relance para saltar a compreensão a existência de fortes estímulos ao desenvolvimento econômico. Observe-se, por exemplo, a promissora interdependência da indústria com a produção agropecuária, ainda muito incipiente. Muitas indústrias novas poderão surgir, conjugadas com a atividade rural, proporcionando acréscimo apreciável de renda, além de oferecerem ao País um progresso de menor concentração urbana e maior difusão de serviços.

Os desajustamentos que nos afligem advêm da persistência da inflação e de excessos de favorecimento concedidos à indústria durante determinado período de estímulos desprovidos. Ambos contribuíram para esmaecer a eficiência da indústria e agravar a deficiência produtiva na agricultura. Depois de março de 1964, com o início do combate à inflação, processou-se uma retomada de posição. Verificaram os produtores que não poderiam assegurar o progresso do País sem imprimir-lhe acentuada produtividade à produção. Há muito o que fazer, e muito do que poder ser feito desde que a atuação do Governo no que concerne à eficiência dos serviços públicos e à consistência da política fiscal e da política monetária. Há se observar, porém, um clima de confiança. E evidente o empenho de produzir, como demonstram os dados que figuram neste número. São informações confirmadas por outros inquéritos, dentre os quais o do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Trimestralmente, a Fundação solicita das empresas informações sobre as atividades produtivas e tendências do mercado. É uma "sondagem conjuntural", conforme a própria denominação do inquérito que indaga dos resultados do trimestre anterior e das perspectivas do trimestre subsequente.

Com pequenos erros, as previsões têm sido confirmadas. No último inquérito, realizado no mês de julho do corrente ano, registra-se um clima de otimismo. "Progresso", diz o documento, "a expansão da procura e, em consequência, verificou-se generalizado aumento da produção e do emprego. Essa evolução favorável, verificada no segundo trimestre, confirma a previsão feita em abril."

Seria lamentável que tão auspicioso progresso viesse a ser reprimido por dificuldades forçadas pela incapacidade de uns e pela incompreensão de outros. Há obstáculos a vencer, mas devemos enfrentá-los no prosseguimento tenaz de nosso trabalho contínuo, reafirmando e acrescentando, ao firme propósito de melhorar e progredir, sem incorrermos em retrocesso, provocados por mudanças irrefletidas, pelo prazer cabotino de reformar.

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

Coluna do ano de 1968

A omissão e o paternalismo



O leitor encontrará neste número especial várias informações sobre empresários e empresas. Verificará, nos diferentes temas, provas confortadoras da atuação do Estado e dos particulares no esforço do desenvolvimento do país. Entretanto, nem sempre o esforço é comum. Com certa frequência, as atitudes desistem de ser conjugadas porque o Estado, ao desviar-se de seu roteiro de conduta coordenadora, cai em posições extremas: a de omissão ou a do paternalismo. No primeiro caso, a iniciativa dos indivíduos é desperdiçada no conjunto da economia; no segundo, o conjunto da economia estiola a iniciativa dos indivíduos.

Vejam dois exemplos típicos.

Os brasileiros redescobriram a bolsa de valores, depois de vários anos de desinteresse pelas ações das empresas. O Governo muito contribuiu para essa redescoberta, em sua salutar conduta de oferta de estímulos fiscais. Todavia, os indivíduos estão desenvolvendo sua iniciativa na conquista de ganhos de capital, resultado de uma procura superior à oferta de títulos. Cabe, pois, ao Governo interessar-se na flexibilidade da oferta suplementar de ações, mediante processo de drenar recursos para as empresas, cujos títulos sofrem maior pressão na procura. Sem essa flexibilidade de oferta, a valorização dos títulos não favorece as empresas. É, sobretudo, profundamente prejudicial à coletividade, porque a cota alta exagerada se segue uma queda ainda mais exagerada, com repercussões nocivas à economia do país. Não se trata de impedir que os indivíduos comparem à bolsa, nem há a tentativa de desmover-lhes de especular. Tudo se resume em frear a especulação pelo aumento da oferta dos títulos mais procurados, sem benefício das empresas, dos acionistas e do conjunto da comunidade econômica. É o meio de associar a iniciativa dos indivíduos com o interesse da coletividade.

Ao mesmo tempo que observamos a reticência do Governo em enfrentar a especulação, no justo receio de interferir de maneira contraproducente, vemos que no setor da produção mineral sua posição é oposta. Julpa acertado assumir a responsabilidade e o risco financeiro da exploração mineral, em movimento de cunho notoriamente paternalista.

Entre esses dois extremos há enorme gama de cooperação entre o Estado e os indivíduos, na senda do progresso econômico e social. Cabe insistir nessa cooperação, de modo a evitar-se o desperdício pela omissão do Estado e impedir-se que o surto da iniciativa dos indivíduos seja esmorecido pelo paternalismo estatal. Cabe a insistência porque o atual Governo tem demonstrado grande capacidade de acerto, no campo econômico e financeiro.

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

Coluna do ano de 1969



As inovações financeiras nacionais e internacionais

Na reunião das Câmaras Americanas do Rio e de São Paulo, em resposta às amáveis considerações de Fernando Porteira, tive o prazer de dirigir as palavras que em seguida transcrevo. Em evidência, procurei reforçar as ponderações formuladas, pois acredito serem de elevado interesse nacional e internacional.

A história financeira do país deu às vezes de registrar os atos decisivos de alguns indivíduos, no desempenho de suas funções. Devo, pois, dizer que ao Luiz Biolchini coube acionar a alavanca que permitiu transformar um capital enfiado de atrasados comerciais e financeiros em oporoso mercado cambial. Os brilhantes sucessores de Biolchini introduziram melhorias nas marcas, destacadamente o processo de sistemático ajustamento da taxa de câmbio. Mas manda a gratidão dos homens que, uma vez por outra, nos lembramos do ação inicial e decisiva de Luiz Biolchini.

O fato de termos atingido uma situação cambial de tranquilidade está longe de significar que tenhamos alcançado o ápice das modificações. Na verdade, conseguimos legítimo progresso na área do comércio, pouco evoluímos na área financeira. Entretanto, o surto do desenvolvimento assinala a necessidade de novas aperfeiçoamentos; ao contrário, daqui por diante, cotizaremos a criar embarços ao descobrimento do progresso do país.

O problema que vamos mencionar, embora recente, é muito conhecido. O problema consiste no empobrecimento das empresas, suas dimensões aumentam não somente por expansão, mas, também, por incorporação de outras empresas.

Geralmente, a concentração de atividades traz uma economia de escala, sob vários ângulos. Esse o motivo de o Governo brasileiro facilitar a fusão de empresas. Temos que podemos observar na agricultura: o minifúndio improdutivo. Mas a centralização, após certos limites, deixa de oferecer as vantagens iniciais do custo da produção e da eficiência administrativa. Persiste, porém, a vantagem financeira. As grandes empresas que dispõem de vultoso patrimônio e considerável receita conseguem crédito com mais facilidade do que as empresas de menor porte. A vantagem da facilidade de crédito resulta em adicional vantagem tributária. Os juros são dedutíveis da renda tributável, ao passo que os dividendos são taxados e mais fortemente se for estabelecida uma distinção entre lucros reinvestidos e lucros distribuídos.

Desejo com essas considerações frisar não serem as grandes concentrações fruto exclusivo de imperativos técnicos, mas, também, o resultado de inadvertidas discriminações financeiras, em prejuízo de uma descentralização recomendável pela técnica do processo produtivo, pela autonomia administrativa e pelas reações psicológicas contrárias aos monopólios. A ação centralizadora provoca um clima de desconfiança, principalmente quando a empresa que exerce a absorção é estrangeira e as empresas substituídas ou absorvidas são nacionais.

O Brasil é grato às empresas estrangeiras, notadamente às empresas americanas. Parte apreciável do progresso do país acha-se relacionada com o capital e a técnica provenientes da Europa e dos Estados Unidos. E, mais recentemente, do Japão. Mas o êxito seria consideravelmente ampliado, intensificado e, sobretudo, solidificado, se algumas empresas se desvinculassem da matriz. Suponhamos que uma empresa americana decida ampliar sua atividade construindo uma fábrica no Brasil. Em vez, porém, de manter o estabelecimento fabril ligado à matriz, decide criar empresa inteiramente nova, mediante oferta simultânea de ações, no Brasil e nos Estados Unidos. A oferta de ações no Brasil seria bem recebida, pois existe o desejo de participação nacional em empreendimentos de iniciativa estrangeira. As ações teriam boa acolhida nos Estados Unidos por serem títulos emitidos por empresas conhecidas, mercadoras de confiança, e o investimento realizado é país que desperta interesse. A ambos os governos o procedimento seria plausível. Significaria atrair descentralização financeira e administrativa; expressaria a contribuição de particulares ao desenvolvimento econômico; realçaria espírito de cooperação empresarial, entre os dois países.

Os empreendimentos de iniciativa de nacionais não têm a mesma facilidade de lançar as ações no mercado externo. Mas poderiam contar com o auxílio de capital estrangeiro na compra de ações, no território nacional.

Nenhuma das duas hipóteses acima indicadas encontra,

Coluna do ano de 1971



Mentalidade construtiva

Este artigo é dedicado à memória do Presidente Castello Branco. Algumas passagens são transcritas do discurso que fez, em nome do Governo do Estado da Guanabara, por ocasião do traslado dos restos mortais do Presidente, em 12 de julho último.

Se uma coletividade for desprovida da motivação de trabalho e de progresso, sua tendência é de estagnar na rotina ou deixar-se envolver no sentimento de descer e de negar.

Romper com a rotina é impedir a repetição de erros e aperfeiçoar os acertos. O progresso econômico e social exige continuidade. Corrige-se, reforma-se e consolida-se. O êxito do futuro está na sabedoria de preservar-se a conquista do passado. Essa mentalidade construtiva acha-se sintetizada nas palavras do Presidente Castello Branco, dirigidas aos ministros, em abril de 1964, no início de seu Governo: "A Nação não deseja de nós a rotina de uma administração tímida ou inoperante, mas a marca decisiva de uma obra que assinala um governo evoluído, reformista e legal".

Tendo sido um estadista, não se limitou a fixar o roteiro para seu Governo. Lançou as sementes da motivação de novas construções. Criou um ambiente de incentivo empresarial que empolgou os produtores, imprimindo a todos o ânimo de trabalho, pelo desenvolvimento do país. Eis porque estamos presenciando um ritmo de progresso, seguro e crescente.

Há obstáculos a vencer. Embora grandes dificuldades tenham sido aplainadas, existem problemas que nos desafiam. Mas as autoridades e o público procuram cooperar, em clima de compreensão recíproca, no sadio propósito de acertar. Não existem arroubos demagógicos, nem demonstrações de prestígio. Há disciplina consentida, no reconhecimento do esforço de cooperação, em benefício da conquista de um Brasil maior. O brasileiro acredita em si mesmo. Tem confiança em seu destino. Não lhe ocorre paralisar a produção para o realce de força política, como ocorre em alguns países, onde sindicatos de operários não trepidam em estancar toda a atividade econômica para evidenciar o seu indiscutível poder. Nesses países há fortes interesses constituídos e fraca motivação construtiva.

A ausência de motivação construtiva acarreta graves incompreensões, severos desentendimentos, descrenças deploráveis. Renega-se o passado, desconhecendo-se os esforços despendidos. O enorme acervo que se pode usufruir escapa à capacidade de avaliação. Nega-se porque não se sabe como afirmar. E políticos destituídos de orientação, falsos líderes, alimentam essa descrença, arvorando-se em inovadores, quando, na verdade, seguem a corrente de opiniões e

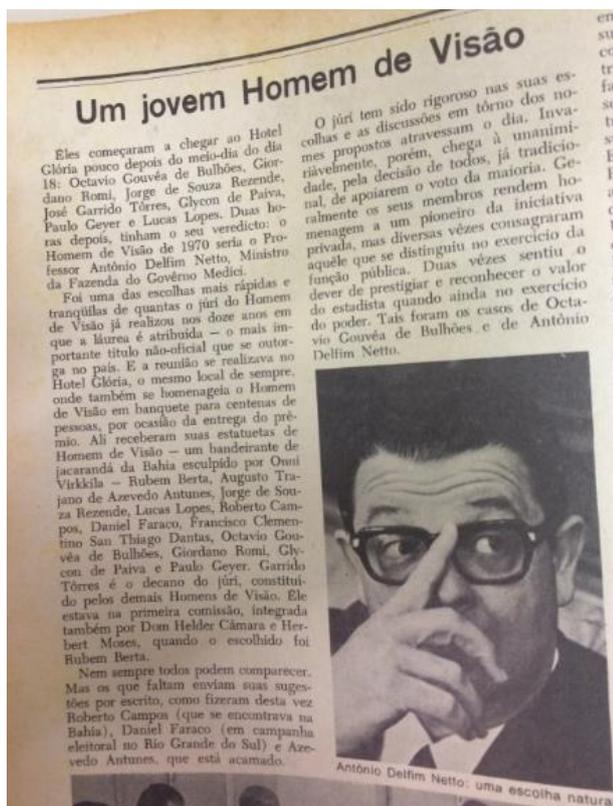
vidas por interesses frustrados, alimentados por julgamentos completamente desgarrados da realidade dos fatos.

O mundo atravessa uma fase difícil. Não porque, nos países do Ocidente, haja motivos econômicos e sociais que o justifiquem. Trata-se, apenas, do amolecimento da convicção nos princípios que são o roteiro dos homens públicos. De maneira decisiva e oportuna, esses princípios foram salientados pelo Presidente Castello Branco, em harmonia havida na Guanabara, na Escola Superior de Guerra. O homem de governo cabe a responsabilidade de agir politicamente. Procurar orientar a opinião pública, sem jamais a ela substituir, pois, se não a puder ignorar, a ela não se deve desviar. E é justamente isso que distingue daqueles que, apesar de preocupados com objetivos imediatos, abandonam os permanentes objetivos nacionais, por causa de interesses momentâneos. É mister ter a sensibilidade política, sem, no entanto, entregar-se à irresponsabilidade política. Na confusão dessas duas ideias está a raiz de muitos dos nossos males".

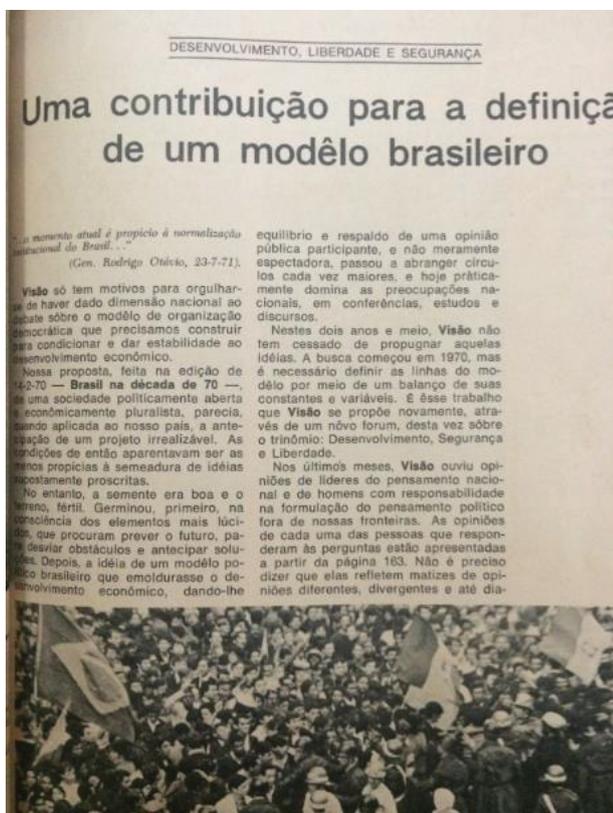
A lição é singela, mas a serena energia e desprendimento do Presidente Castello Branco soube segui-la. Seu exemplo sistematiza. Eis porque, no Brasil, o Governo adquiriu autoridade e confiança.

Coluna do ano de 1972

MATÉRIAS ESPECIAIS E FÓRUNS



Delfim Netto como Homem de Visão em 1970



Primeira Página do Fórum de 1971 – Desenvolvimento, Liberdade e Segurança



Primeira Página do Fórum de 1973 – Homens de Visão



Matéria Especial de 1974– As Multinacionais

INDICES E CORPO EDITORIAL

EDITORIAL	
Dados econômicos para interpretação criteriosa	6
A ECONOMIA BRASILEIRA EM 1966-75	
ENTREVISTAS	
Eles estiveram no poder (alguns ainda estão) e contam o que fizeram	28
Hélio Beltrão: "Revolução silenciosa"	29
Roberto Campos: "A defasagem sinistra"	30
Octávio Gouvêa de Bulhões: "Conter a inflação"	35
Luís de Moraes Barros: "Uma diretora única"	36
Jayme Magrassi de Sá: "Um leilão por baixo"	38
Ernane Galvão: "Controlar a inflação"	38
Edmundo de Macedo Soares: "Agir com coragem"	40
Pratini de Moraes: "Salada de frutas"	42
Nestor José: "Uma função política"	44
Henrique Flanzer: "Milagre da confiança"	44
Ângelo Calmon de Sá: "Ensinando a poupar"	46
João Paulo dos Reis Velloso: "Diferenças de estilo"	48
Paulo Lira: "Prioridade: inflação"	52
Benedicto Moreira: "Exportar a todo vapor"	52
ÍNDICE REMISSIVO	
Os temas de nove anos de "Quem é quem"	56
PANORAMA DE UMA DÉCADA	
1966: Cassações, eleições, repressão e guerra	60
1967: Legislação revolucionária, inflação, conflitos	62
1968: No Brasil, linha dura; no mundo, violências	64
1969: A vez dos decretos-leis e mudanças no Governo	66
1970: Conquista do tri dá ânimo novo	68
1971: O ano do estouro da Bolsa e das guerras	70
1972: A luta por mais recursos e exportações	72
1973: A economia mundial entra em crise	74
1974: A revolução dos programas econômicos	76
1975: Tudo para equilibrar o balanço de pagamentos	78
Retrato de uma década	80
ESTATIZAÇÃO	
Os tortuosos caminhos que levam ao modelo do tripé	82
A FILOGENESE DAS ESTATAIS	
Código de atividades e funções	92
Relação das empresas estatais	93
Retrato das estatais	117
QUEM É QUEM NA ECONOMIA BRASILEIRA	
Estrutura, metodologia e representatividade	154
Os códigos	162
As duzentas maiores empresas do Brasil	196
Listagem classificada das empresas e análise dos setores de atividade	226
METALURGIA	
SID Siderurgia	
MNF Metalurgia dos não-ferrosos	
MET Produtos metalúrgicos diversos (laminado, forjaria, fundição, estamparia)	
INDÚSTRIA MECÂNICA	
MAQ Máquinas, motores e equipamentos ind (inclusive elétricos)	
INS Máquinas, aparelhos e instrumentos para escritório	
MATERIAL ELÉTRICO	
MEL Material elétrico	
DOM Aparelhos domésticos, material de consumo (lâmpadas, acessórios e utensílios)	
MATERIAL DE TRANSPORTE	
NAV Construção naval	
FER Material ferroviário	
AUT Veículos automotores	
APÇ Autopeças e carroçarias	
TRA Tratores, máquinas de terraplenagem e implementos	
AVV Aviões e outros veículos	
MADEIRA E ARTEFATOS	
MAD Madeiras, compensados, laminados e outros	
PAP Papel e papelão	
MOBILIÁRIO	
MOV Móveis e artefatos de decoração (inclusive de escritório)	
BORRACHA	
BOR Borracha e artefatos de borracha e derivados	
COUROS E PELES	
COU Couros, peles e produtos similares	
QUÍMICA	
QUI Química e petroquímica	
PLA Plásticos e derivados	
PET Petróleo (refinação e distribuição)	
GÁS Gás (de petróleo)	
FAR Produtos farmacêuticos, medicinais e veterinários	
PER Produtos de perfumaria, higiene doméstica, velas, etc.	
TEXTIL	
TEX Fiação e tecelagem	
ART Artefatos de tecidos	
VES Artigos de vestuário e acessórios	
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	
MOI Moinhos	
FRF Carnes frigorificadas e industrializadas	
PES Pescado (pesca e industrialização)	
LAT Laticínios	
AÇU Açúcar e álcool	
CAF Café solúvel	
OLV Óleos vegetais	
ALM Produtos alimentares diversos	
BEBIDAS	
SEB Aguardentes, cervejas, vinhos, refrigerantes e águas	
FUMO	

ÍNDICE DE QUEM É QUEM NA ECONOMIA DO ANO DE 1976

Diretor-presidente: Henry Maksoud
 Diretor-editorial Roberto Muylaert
 Diretor: Pedro J. Meinrath
 Conselho Editorial: Octavio Gouvêa de Bulhões
 (presidente)
 Diretor: Jorge Leão Teixeira

A Editora Visão Ltda. é uma empresa do Grupo Visão

Redação

Editores: A. P. Quartim de Moraes, Arnaldo Lacombe, Carlos Ernani Brickmann, Luiz Weis, Renato Bittencourt, Rodolfo Konder. **Consultor:** Eduardo Matarazzo Suplicy (economia). **Secretário:** Francisco Costa Pinto. **Redatores e repórteres:** Anna Maria Capovilla, Antônio Carlos Fon, Antônio Tofaneto, Cyro Franklin de Andrade, Décio Pedroso, Hairton Calixto, Lauro V. de Noronha Feital, Maria da Graça Mascarenhas.

Sucursais — Rio: Jorge L. Teixeira (diretor), Zuenir Ventura, Alceu Nogueira da Gama, Beatriz Marinho, Cesário Marques, Georges Gafner, Roosevelt N. de Holanda. **Brasília:** D'Alembert Jaccoud, Fábio Mendes, Fernando M...

Corpo editorial no ano de 1975

Editor e diretor-responsável:
 Saïd Farhat

Conselho Editorial. Presidente:
 Octavio Gouvêa de Bulhões

Diretor:
 Jorge Leão Teixeira

Equipe de Redação: Luiz Garcia. **Editores:** Luiz Weis, Marco Antonio Rocha, Rodolfo Konder, Vladimir Herzog. **Redatores:** Antonio Alberto Prado, Antônio Carlos de Godoy, Jorge F. G. de Azevedo, José Roberto Nassar, Miguel Urbano Rodrigues, Bert Appy. **Auxiliares:** Anna Maria Capovilla, Elly Heuer, Maria da Graça Mascarenhas, Milagros Minguez Flores, Taeko...

Sucursal Rio: Zuenir Ventura (chefe), Antônio Carlos Seidl, Roosevelt N. de Holanda
Sucursal Brasília: Fábio Mendes (chefe), José Milano Lopes
Colaboradores: Adhemar Bahadrian, Anatol Rosenfeld, Anthony Christo, Carlos Nelson Coutinho, D'Alambert Jaccoud, Ernst..., Jean-Claude Bernardet, Lauro de Oliveira Lima, Perseu..., Sabato Magaldi
Secretário de Produção: Ruy Onaga. **Fotografia:** Georges Gafner
Revisão: Armando Masson, J. Nivaldo Amstalden, Lázaro..., Silva, Manoel Bezerra Júnior, Raul Drewnick. **Arquivo:** Grisanti de Moura, Urandi B. Castro. **Dep. de Arte:** Edson Lobo (chefe), Alice Taira, Antônio A. Callor, Jorge Bittar, El C. Mayrink, Osvaldo Salerno.

Correspondentes no País. Aracaju: Ivan Macedo Valença; **Belo Horizonte:** Humberto Mota; **Curitiba:** Milton Cavalcanti; **Fortaleza:** Rodolfo Espinola; **João Pessoa:** Luiz Augusto da Franca Cris...
Manaus: Phelippe Daou; **Natal:** Arlindo de Melo Freire; **Alegre:** Ana Amélia de Lemos; **Recife:** Maria Cristina Ta...

Corpo Editorial em 1974

Editorial

"Non possumus non loqui" — São Pedro, Aíto, 4, 20

Ao entregarmos aos nossos leitores mais este número do "Quem é quem na economia brasileira", temos a certeza de que, como nos anos anteriores, ele vem mostrar e documentar a força realizadora da economia nacional — sobretudo de seu setor privado.

Relacionamos cerca de 2.700 empresas, alinhadas, em cada setor, na ordem de seus recursos próprios, isto é, de capital mais reservas. Cobrimos todos os Estados. E o leitor avisado já poderá notar como aumenta o número de empresas incluídas nesta lista, e que se situam fora do eixo Rio-São Paulo, ou mesmo do triângulo que tem Belo Horizonte como vértice. Notará também que já começam a despontar, entre as grandes, algumas empresas surgidas no Nordeste e no Norte do país, em decorrência dos incentivos fiscais.

O trabalho deste ano não difere do dos anos anteriores senão no ainda maior cuidado com que foi executado. As bases e critérios de classificação serão encontrados, como de hábito, na seção "O modo de ver as coisas" (pág. 205).

Não é, porém, sem certa apreensão que vemos a legislação federal, após uma fase evidentemente inspirada pela orientação privatista do Ministro Delfim Netto, encaminhar-se para o que parece ser uma direção estatizante, tanto mais clamorosa quanto desnecessária. Houve, primeiro, o episódio da pretendida desapropriação do Banco da Província do Rio Grande do Sul (Visão, 15-8-69). Depois, veio a lei já chamada da "Minerobrás", a qual, sob o pretexto de que a pesquisa mineral é operação que envolve enormes riscos — chama êsses riscos, na prática, à esfera governamental, quando o certo teria sido, ao contrário, incentivar as empresas e mesmo os indivíduos a investirem na prospecção mineral, da maneira mais ampla e menos burocratizada possível.

Mesmo nos chamados minerais estratégicos, como os de urânio, é fato que a liberdade de cada qual sair por aí com um contador "Geiger" nas mãos, testando rochas e territórios, é que proporcionou a descoberta de jazidas em número e riqueza suficientes para abastecer as reservas estratégicas do Ocidente. Cada qual tomou seu risco, na medida de suas possibilidades. Mas a soma de todos os riscos assumidos foi certamente muito maior do que, para citar um só exemplo, o Governo do Canadá poderia ter mobilizado para a busca altamente incerta do minério. Além, evidentemente,

tão em seus termos exatos: "... o dinamismo do setor privado provém, essencialmente, da pressão do risco: sem este não existiria o espírito empresarial...", o que é largamente provado pela experiência mais que circunscrita das empresas nacionalizadas, com poucas e honrosas exceções no mundo ocidental, ou de propriedade do Estado, nos países comunistas. Como diz muito bem o editorial citado, "pretender extinguir o risco é, de fato, asfixiar a iniciativa privada".

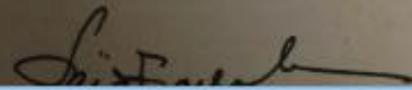
É possível que, como nos casos do Banco da Província e das novas normas de cálculo de aposentadoria, aqui também o Governo tenha de voltar atrás.

Novas preocupações surgem com a lei do que se poderia chamar a "Ferrobrás", a qual, na prática, significará a institucionalização cada vez mais firme do Estado-industrial, num setor que a atividade privada pode preencher com eficiência.

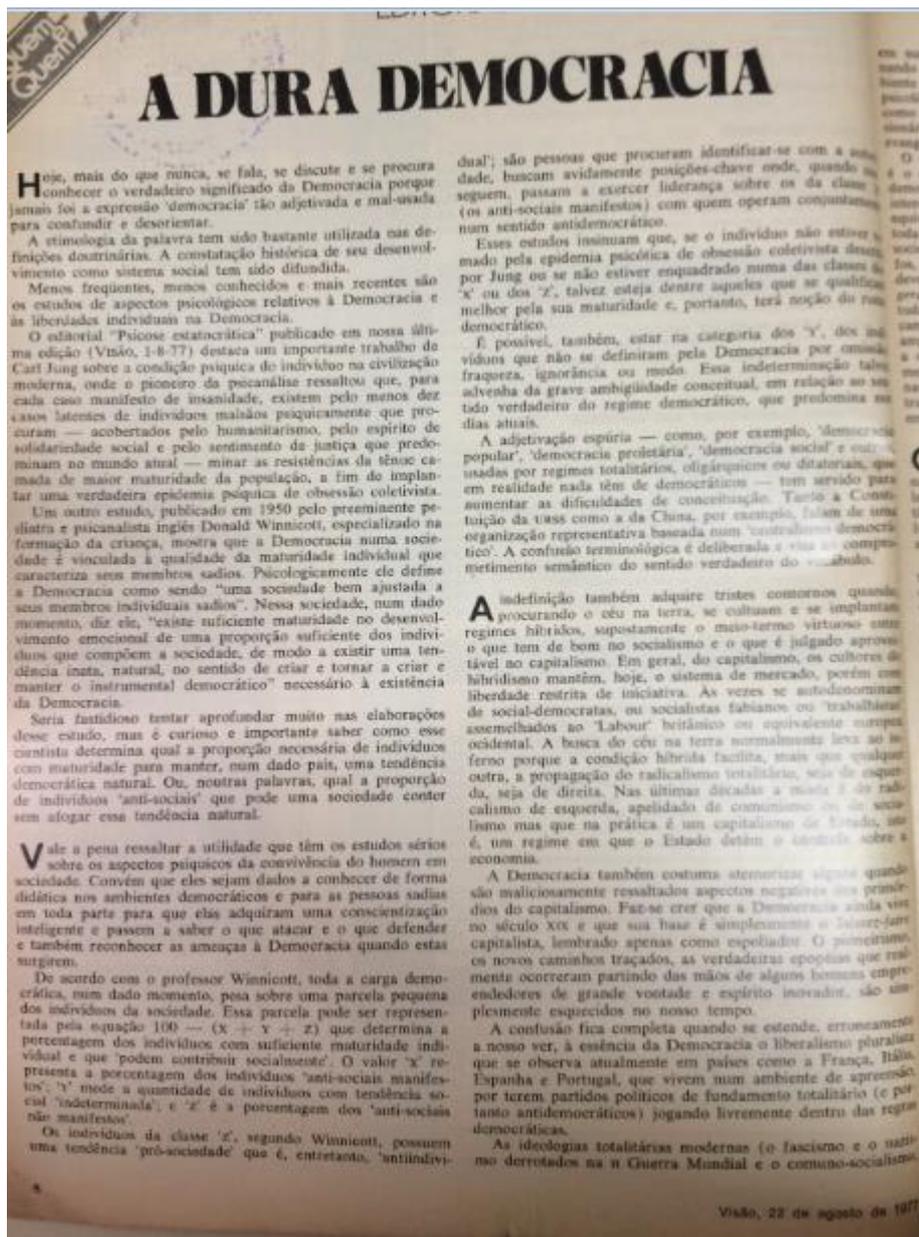
No caso da "Minerobrás", a atitude do Ministro Dias Leite não seria para estranhar. Afinal, ele defende em livro que publicou as mesmas idéias da nacionalização e estatização da mineração. A posição de Visão, nessa questão, sempre será no sentido mais liberalizante possível, em coerência, aliás, com outorga, ao longo dos anos, do título de "Homem de Visão" a homens como Augusto Azevedo Antunes e Glycon de Paiva, sem falar em Roberto Campos.

O Brasil, afinal, precisa resolver para onde vai, em termos de economia: em sentido estatizante, que chama a si desnecessariamente o risco "que é a essência da iniciativa privada", ou continua dando a esta condições para se fortalecer e desenvolver cada vez mais, liberando os recursos oficiais para tantas coisas, como educação, saúde pública, onde tanto resta a fazer, com urgência.

Nosso propósito é que este "Quem é quem" mostre o que vem fazendo a iniciativa privada — tanto nos setores glamorosos, tão ao gosto dos planejadores oficiais, como nos setores onde eles não se aventurariam, por falta do atrativo teórico e da filigranagem barroca e bacharelesca. Na medida em que o fizermos, esperamos estar acendendo uma vela — em vez de só maldizer a escuridão — para que a definição nacional seja no sentido certo: de deixar à iniciativa privada o que ela pode e sabe fazer bem.



Editorial escrito por Said Farhat em 1969



Editorial de Henry Maksoud em 1977 – 1ª Página